



UnB

Universidade de Brasília (UnB)

Centro de Desenvolvimento Sustentável

Curso de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável

MARIANA GOMES RABELLO MOTTA

**A mulher e seus frutos: contribuição do Cerrado no sistema
agroextrativista quilombola Kalunga**

Dissertação de mestrado

BRASÍLIA

2023

MARIANA GOMES RABELLO MOTTA

**A mulher e seus frutos: contribuição do Cerrado no sistema
agroextrativista quilombola Kalunga**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável.

Área de concentração: Território, Meio Ambiente e Sociedade.

Orientadora: Prof. Dra. Laura Angélica Ferreira.

Coorientadora: Prof. Dra. Janaína Deane de Abreu Sá Diniz.

Brasília,
Setembro de 2023

MARIANA GOMES RABELLO MOTTA

**A mulher e seus frutos: contribuição do Cerrado no sistema
agroextrativista Kalunga**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável.

Membros da banca examinadora

Profa. Dra. Laura Angélica Ferreira
PPG-CDS, UnB
(Orientadora)

Profa. Dra. Janaína Deane de Abreu Sá Diniz
PPG-MADER, UnB
(Coorientadora)

Profa. Dra. Doris Aleida Villamizar Sayago
PPG-CDS, UnB
(Examinadora Interna)

Dra. Claudia Souza
(Examinadora Externa)

Dra. Cecília Ricardo Fernandes
(Examinadora Externa)

Brasília,
Setembro de 2023

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Paulina (*in memoriam*).

Ao meu pai, Mário.

Ao meu parceiro, amigo e esposo, Washington.

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo ao povo Kalunga, e não poderia ser diferente. Não só por me permitir adentrar na sua terra, mas também por ter sido recebida com tanto respeito e solicitude. Em especial, agradeço a Dona Neuza Kalunga, Sr. Alvino, Ciléia, Cenir e neném Ágatha pelo acolhimento, conselhos, e por compartilhar um pouco de suas vidas comigo. Agradeço a cada uma e cada um com quem conversei em Cavalcante e no Vão de Almas. Entrego essa pesquisa grandemente agradecida a vocês e ao seu povo.

Minha professora que o destino me reservou: Laura Ferreira. Que encontro de vida que tivemos. Obrigada por me acolher nos momentos difíceis, por lutar comigo e por mim. Você é, antes de professora, humana e isso a torna excepcional. Eu espero ser para meus futuros alunos um pouco do que você é para mim. Sua orientação foi além de dicas de escrita e literatura. Você mudou minha vida. Obrigada por tanto. Nunca poderei retribuir.

Janaína Diniz! Ainda na graduação eu lia seus trabalhos e pensava no quanto você era incrível! Quando Laura comentou que te convidaria para ser coorientadora, fiquei nervosa, tensa, porque eu ia conhecer minha “ídola” acadêmica! E quando nos encontramos eu tive certeza de que eu idolatrava a pessoa certa! O seu apoio, as nossas conversas, as viagens, seus retornos sobre o trabalho, tudo foi essencial para o desenvolvimento dessa pesquisa. Olhando você em campo, eu aprendi a ser pesquisadora. Obrigada por esses anos juntas.

Tenho muito orgulho da banca examinadora ser formada apenas por mulheres. Afinal, a ciência é feminina. Mulheres que estiveram antes e estão agora. Doris, Cláudia e Cecília, obrigada pelo direcionamento na academia e em campo. Os ajustes de vocês foram cirúrgicos para dar forma a pesquisa.

Meu companheiro e amigo, Washington. Quando passei na seleção, havíamos acabado de perder nossa gravidez. Não foi fácil. E então, várias foram as noites chegando tarde e saindo cedo para o trabalho, vários foram os dias que recusei um convite para sair com você porque eu tinha que estudar, vários foram os dias de muitos estresses devido a prazos na academia. Desde o começo dessa pós, passamos por tantas coisas. Agora eu entendo o que é cumplicidade porque você me ensinou, diariamente, nesses dois anos. Eu sou grata por estarmos e sermos juntos. Estarei sempre aqui para você.

Bijos, agradeço pela parceria, pela desenvoltura e por dividir comigo um momento tão importante para mim. Sem você, muitas coisas poderiam ter dado errado. Você é uma amiga que conheci no trabalho, que demoramos a ficar próximas, mas quando eu mais precisei você estava lá. Obrigada, minha amiga. Quero continuar compartilhando com você.

Minha família e amigos! Como sou abençoada por tê-los. Obrigada a cada uma e cada um que permaneceu comigo. Agradeço os convites para o bar (às vezes sentar-se numa cadeira de plástico no meio da calçada e reclamar é tudo que precisamos). Obrigada por cada palavra de apoio, cada colo que vocês me deram. Vocês são diferenciados.

Sophia, Eduardo, Matheus, Eva e Noah. Meus amores, vocês são a diversão na forma mais pura. Passar um tempinho com vocês é como se minha bateria recarregasse de energias boas! Vocês me enchem de orgulho em cada coisa que fazem. Titia é louca por vocês.

RESUMO

No Cerrado a agricultura familiar tem por característica constituir um sistema agroextrativista. As produções podem ser variadas, tratando-se, portanto, do conjunto de diferentes atividades produtivas que a família tem em sua propriedade. Em Goiás, na área hoje reconhecida pelo Governo de Goiás por Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCK) e pela ONU como o primeiro Território e Área Conservada por Comunidades Indígenas e Locais (TICCA) do Brasil, o povo Kalunga usufrui dos recursos dados pelo bioma para seu autoconsumo e comercialização. Devido ao isolamento, eles desenvolveram um forte vínculo com o bioma e condições para que sobrevivessem. Assim, os moradores da comunidade Kalunga Vão de Almas, são agricultores, extrativistas e alguns mantêm a tradição da pesca. O extrativismo não apenas gera renda, fornece produtos para consumo e fabricação de utensílios e ferramentas. A prática extrativista é, portanto, mais do que uma atividade que permite um retorno financeiro para quem a exerce. Faz parte da tradicionalidade dessas pessoas. Utilizando-se do método LUME, uma ferramenta capaz de absorver as relações entre as áreas social, econômica e ecológica dentro do sistema agroextrativista, o objetivo geral do trabalho é o de analisar a função do extrativismo dos frutos do Cerrado nos sistemas produtivos Kalunga e entender como esses garantem as condições mínimas para a reprodução social das famílias. Com os objetivos específicos, deseja-se: i) caracterizar o sistema agroextrativista; ii) identificar e mapear os fluxos de insumos, produtos, rendas monetárias e não monetárias do sistema agroextrativista; iii) descrever a divisão social do trabalho dentro do sistema agroextrativista. Os resultados apontaram que a atividade extrativista é de responsabilidade das mulheres; em regra, o extrativismo sempre é associado a alguma outra fonte de renda e não custeia as principais despesas, mas é renda importante para a reprodução social das famílias; as produções agrícolas e as criações de animais traduzem a autossuficiência da comunidade e formam estratégia de renda para as famílias. A força que há nessa relação povo-território traduz a resistência de um povo e a garantia de que não apaguem a história dos Kalunga. Fica evidente a necessidade de uma organização social que contemple os moradores de todo o território atuando para distribuição igualitária das oportunidades que chegam visando o fortalecimento da comunidade.

Palavras-chave: LUME; sistema agrário; gênero; povos e comunidades tradicionais; Cerrado.

ABSTRACT

In the Cerrado, family farming has the characteristic of constituting a system of extractive agriculture. The produce can be varied and is, therefore, referred to as the ensemble of different productive activities of the family in its property. In the federal state of Goiás, in the area now recognized by the government of Goiás as a Kalunga Historical and Cultural Heritage Site (SHPCK) and by the UN as the first Territory and Area Conserved by Indigenous and Local Communities (TICCA) in Brazil, the Kalunga people make use of the resources provided by the biome for self-consumption and commercialization. Due to their isolation, they have developed a strong bond with the biome and the conditions of their survival. Thus, the residents of the Kalunga community Vão de Almas are farmers, extractivists and some maintain the tradition of fishing. Extractivism not only generates income, it provides products for consumption and for the manufacture of utensils and tools. The extractive practice is, therefore, more than an activity that allows a financial return for those who exercise it. It is part of the tradition of these people. Using the LUME method, a tool capable of absorbing the relationships between the social, economic and ecological areas within the extractive agricultural system, the general objective of this work is to analyze the function of extractivism of Cerrado fruits in Kalunga productive systems and to understand how these ensure the minimum conditions for the social reproduction of families. With the specific objectives, it is desired: i) to characterize the extractive agricultural system; ii) to identify and to map the flows of inputs, products, monetary and non-monetary income of the extractive agricultural system; iii) to describe the social division of labor within the extractive agricultural system. The results showed that extractive activity is the responsibility of women; as a rule, extractivism is always associated with some other source of income and does not cover the main expenses, but it is an important income for the social reproduction of families; Agricultural production and animal husbandry translate into the community's self-sufficiency and encompass an income strategy for families. The strength that exists in this people-territory relationship translates into the resistance of a people and the guarantee that they will not erase the history of the Kalunga. There is a clear need for a social organization that contemplates the residents of the entire territory, that promotes equal distribution of the opportunities that arrive and aiming at the strengthening of the community.

Keywords: LUME; agrarian system; gender; traditional peoples and communities; Cerrado.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	– Curva de oferta e demanda.....	31
Figura 02	– Vista do morro do Moleque na estrada para o Vão de Almas.....	37
Figura 03	– Mapa do SHPCK e suas divisões.....	38
Figura 04	– Exemplo do diagrama de fluxos de produtos e insumos.....	41
Figura 05	– Trecho do Rio Alma (Rio Branco)	48
Figura 06	– Estrada para o Vão de Almas.....	49
Figura 07	– Caminhão na estrada para o Vão de Almas.....	49
Figura 08	– Sucupira.....	50
Figura 09	– Casas na vila.....	51
Figura 10	– A vila à noite.....	52
Figura 11	– Casa no Vão de Almas.....	54
Figura 12	– Fabricação de Adobe.....	54
Figura 13	– Construção para fogão a lenha.....	56
Figura 14	– Escola na comunidade.....	56
Figura 15	– Estrutura para pegar água no rio.....	58
Figura 16	– Bomba d’água na escola.....	58
Figura 17	– Cisterna familiar.....	59
Figura 18	– Castanha de caju torrada.....	62
Figura 19	– Construções na propriedade.....	62
Figura 20	– Loja.....	63
Figura 21	– Produtos para venda.....	63
Figura 22	– Criação solta.....	64
Figura 23	– Plantação de mandioca.....	64
Figura 25	– Fluxograma da Família 1.....	67
Figura 26	– Gráficos radares da Família1.....	70
Figura 27	– Fluxograma da Família 2.....	73
Figura 28	– Gráficos radares da Família 2.....	75
Figura 29	– Fluxograma da Família 3.....	77
Figura 30	– Gráficos radares da Família 3.....	79
Figura 31	– Fluxograma da Família 4.....	82
Figura 32	– Gráficos radares da Família 4.....	84
Figura 33	– Caju congelado para venda.....	86

Figura 34 – Fluxograma da Família 5.....	87
Figura 35 – Gráficos radares da Família 5.....	89
Figura 36 – Fluxograma da Família 6.....	92
Figura 37 – Gráficos radares da Família 6.....	95
Figura 38 – Gráficos radares síntese das famílias entrevistadas.....	96
Figura 39 – Criações na propriedade.....	100
Figura 40 – Fuso.....	104
Figura 41 – Gráfico das pessoas envolvidas nas atividades agrícolas.....	105
Figura 42 – Gráfico dos frutos mais citados.....	106
Figura 43 – Gráfico dos frutos consumidos.....	109
Figura 44 – Gráfico de maior dificuldade no extrativismo.....	112
Figura 45 – Gráfico da principal fonte de renda.....	114
Figura 46 – Gráfico da segunda principal fonte de renda.....	115
Figura 47 – Gráfico do extrativismo associado a outras fontes de renda.....	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Síntese dos atributos para cada família.....	98
Tabela 02. Relação de consumo, venda e troca dos frutos	110
Tabela 03. Atributo autonomia família 1.....	134
Tabela 04. Atributo responsividade família 1.....	134
Tabela 05 – Atributo integração social família 1.....	135
Tabela 06 – Atributo gênero família 1.....	135
Tabela 07 – Atributo autonomia família 2.....	135
Tabela 08 – Atributo responsividade família 2.....	136
Tabela 09 – Atributo integração social família 2.....	136
Tabela 10 – Atributo gênero família 2.....	136
Tabela 11 – Atributo autonomia família 3.....	137
Tabela 12 – Atributo responsividade família 3.....	137
Tabela 13 – Atributo integração social família 3.....	137
Tabela 14 – Atributo gênero família 3.....	138
Tabela 15 – Atributo autonomia família 4.....	138
Tabela 16 – Atributo responsividade família 4.....	138
Tabela 17 – Atributo integração social família 4.....	139
Tabela 18 – Atributo gênero família 4.....	139
Tabela 19 – Atributo autonomia família 5.....	139
Tabela 20 – Atributo responsividade família 5.....	140
Tabela 21 – Atributo integração social família 5.....	140
Tabela 22 – Atributo gênero família 5.....	140
Tabela 23 – Atributo autonomia família 6.....	141
Tabela 24 – Atributo responsividade família 6.....	141
Tabela 25 – Atributo integração social família 6.....	142
Tabela 26 – Atributo gênero família 6.....	142

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Atributo autonomia.....	42
Quadro 2. Atributo responsividade.....	43
Quadro 3. Atributo integração social.....	44
Quadro 4. Atributo equidade de gênero.....	44
Quadro 5. Nomes científicos das espécies cultivadas citadas.....	102
Quadro 6. Nomes científicos das espécies nativas citadas.....	106
Quadro 7. Relação de pessoas na atividade extrativista e responsável pela renda.....	108
Quadro 8 – Produtos feitos a partir dos frutos do Cerrado.....	111

LISTA DE SIGLAS

ACSBio Kalunga - Agroextrativismo, Segurança Alimentar e Comercialização de Produtos da Sociobiodiversidade no Território Kalunga

AQK - Associação Quilombo Kalunga

COVID-19 - Coronavírus SARS-CoV-2

CSA - Comunidade que Sustenta a Agricultura

GEF - Global Environment Facility

MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário

PPP-ECOS - Programa de Pequenos Projetos Ecosociais

Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SHPCK - Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga

TIICA - Território e Área Conservada por Comunidades Indígenas e Locais

UnB - Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. ELEMENTOS DO SISTEMA AGRÁRIO: ESPECIFICIDADES ECONÔMICAS DE SISTEMAS AGROEXTRATIVISTAS DO CERRADO	22
1.1. De que agricultura familiar estamos falando?	24
1.2. Os caminhos da reprodução social na agricultura familiar	27
1.3. Agroextrativismo no cerrado	29
2. METODOLOGIA.....	35
2.1. Área de estudo	36
2.2. Coleta de dados	39
2.3. Modelização e fluxos	40
2.4. Análise de dados.....	41
3. A COMUNIDADE VÃO DE ALMAS	47
3.1. A vila temporária	50
3.2. As casas	53
3.3. Infraestrutura.....	56
3.4. Água e energia	57
4. CADA CASA, UM CASO	60
4.1. Família 1	61
4.2. Família 2	71
4.3. Família 3	76
4.4. Família 4	80
4.5. Família 5	85
4.6. Família 6	90
4.7. Síntese	96
5. SISTEMAS AGROEXTRATIVISTAS: REFLEXÕES E DISCUSSÕES .	100
5.1. Atividades agropecuárias	100
5.2. Atividade extrativista	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121
APÊNDICE A	129
QUESTIONÁRIO	129
APÊNDICE B.....	134

INTRODUÇÃO

Desde que Gro Harlem Brundtland formalizou o termo desenvolvimento sustentável e o adjetivou como sendo um “conceito político”; um “conceito amplo para o progresso econômico e social” (VEIGA, 2010, p.113), as discussões e reflexões se desenvolveram e os entendimentos sobre sustentabilidade se multiplicaram nas diferentes áreas do conhecimento e em relação às possíveis soluções aos problemas socioambientais enfrentados pela humanidade.

Ao longo dos anos, os modos de produção, estilos de vida e de consumo foram ressignificados diante da necessidade mundial de rever os meios pelos quais cada país crescia e se desenvolvia economicamente, dadas as consequências acarretadas sobre os recursos naturais, as quais têm desencadeado uma série de transformações e restrições nas funções ecossistêmicas necessárias à manutenção da vida no planeta. Neste sentido, Veiga e Zatz (2008, p.44) destacam que “As sociedades, para crescer, no começo, destroem o meio ambiente e, quando se tornam suficientemente ricas, começam a se comportar de outra forma, tentando recuperar o que destruíram [...]”. Este é o cenário em que vivemos na atualidade. Chegamos ao ápice de uma infinidade de tecnologias para facilitar nossa existência em termos de serviço e trabalho, nos distanciando da natureza, de sua diversidade de situações, para criarmos um mundo cada vez mais previsível e homogêneo. Nestes termos, a prática da agricultura sofreu uma transformação importante: o que em seus primórdios era uma produção voltada para a alimentação humana e dependente dos ciclos climáticos (chuva e seca) de cada região, e, portanto, diversificada e relacionada às culturas locais e suas condições edafoclimáticas, passou a ser universal e quase independente das condições locais. Graças ao desenvolvimento de e uso de insumos sintéticos, manipulação genética, iniciados com a revolução verde na década de 70 no Brasil, se pode quase que “produzir tudo em todos os locais” basta aplicar a boa prática da produção concernida.

A produção agrícola regada de tecnologia que permitiu cultivo onde antes não era possível mostra seus efeitos atualmente. Secas de nascentes, contaminação de solo, devastação de áreas nativas, intoxicação de populações locais são apenas alguns exemplos do que foi sendo construído com a agricultura convencional.

Na contramão, fortificaram-se as agriculturas alternativas com soluções que abordam a recuperação do que foi perdido e a harmonia da produção com o ainda nativo.

As agriculturas alternativas dialogam com a produção, com o contexto econômico, trabalho justo para os trabalhadores e com olhar cuidadoso com a sociedade. Caminham, portanto, para religar a conexão sociedade-natureza, e fortalecer a relação simétrica e equilibrada como deve ser. O caminho para essa religação vem sendo construído com respeito aos povos e a natureza, preocupados com a saúde e a alimentação de toda uma sociedade.

A alimentação também ganhou um novo olhar, não apenas valorizando o produto final disponível no mercado, mas também na forma de sua produção. Com isso, os alimentos orgânicos, naturais e regionais vêm ganhando a atenção do público. A sociedade procura consumir, cada vez mais, produtos do seu próprio território e, por consequência, é observada a crescente comercialização de produtos regionais. Os frutos do Cerrado acompanham essa tendência, uma vez que é verificado o aumento dos mercados da sociobiodiversidade no Cerrado (GARCIA, 2017). Os mercados da sociobiodiversidade são locais de comercialização dos produtos florestais regionais explorados a partir do extrativismo.

Nas feiras e mercados do estado de Goiás e do Distrito Federal, por exemplo, é muito comum a presença do pequi, seja ele *in natura*, em conserva ou polpa. Este fruto é emblemático quando se fala em frutos nativos do Cerrado, pois é usado tradicionalmente na culinária regional, compondo pratos típicos da região e tem alcançado novos públicos e inovando em diferentes formas de apresentação como em licores, cremes e sorvete.

O abastecimento dos produtos da sociobiodiversidade dessas feiras e mercados é feito a partir dos agricultores familiares. São famílias que formam grupos sociais de produção local e comercializam os produtos extraídos do bioma em que estão inseridos. A agricultura familiar difere de outras formas sociais, pois tem na família a “estrutura fundamental de organização da reprodução social” onde o desenvolvimento de estratégias, sejam elas coletivas ou não, está altamente relacionado com a transferência do seu patrimônio cultural e material (SAVOLDI; CUNHA, 2010). Fala-se, portanto, de uma agricultura com centralidade na família e com profunda ligação com a terra, de onde é tirado o alimento e a renda, e que desenvolve mecanismos que permitem o repasse cultural e material mencionado. Esses aspectos são importantes pois a agricultura familiar abarca várias relações, atividades e características internas, as quais irão orientar as relações com os componentes externos, como por exemplo, o mercado.

No Cerrado a agricultura familiar tem por característica constituir um sistema agroextrativista. Na literatura, o agroextrativismo configura a junção da agricultura com a atividade extrativista (NOGUEIRA; FLEISCHER, 2005; BISPO; DINIZ, 2014). O sistema agroextrativista é entendido, portanto, como o todo de uma propriedade, ou seja: a família, suas produções e relações que daí decorrem. Essa composição específica de produção para o bioma foi moldada ao longo do tempo, permitindo que especificidades fossem incorporadas. As produções podem ser variadas, tratando-se, portanto, do conjunto de diferentes atividades produtivas que a família tem em sua propriedade. Ou seja, em apenas uma propriedade é possível existir a agricultura, o extrativismo (ainda que esse ocorra em áreas externas da propriedade como terra de terceiros e áreas coletivas), mas também a criação de animais, o pomar, a apicultura ou a meliponicultura, entre outras atividades. Também é possível que todas essas atividades existam em consórcio ou que se formem arranjos de duas ou mais atividades.

Muitos foram os movimentos que nasceram para chamar atenção da sociedade para a agricultura familiar. As pautas sobre a segurança no campo, as necessidades de fomento para estes agricultores, as consequências da produção agropecuária em larga escala e as ameaças que isto trazia para os biomas, formavam em parte o rol de reivindicações, não apenas dos agricultores familiares, mas de uma sociedade que começara a se alertar para as questões socioambientais.

A criação da Rede Cerrado, durante a Rio 92, foi de extrema importância para trazer para o Cerrado uma atenção global que já existia para a Amazônia, mas que chegou anos mais tarde (e até hoje, ano de 2023, os dois biomas não possuem a mesma atenção). Ainda que fosse incipiente, a Rede Cerrado permitiu que, nos anos seguintes, novos projetos e iniciativas em prol do bioma nascessem. O Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS) do *Global Environment Facility* (GEF) foi implementado no Brasil para o Cerrado em 1995, e em 2003 criou-se a Iniciativa Cerrado Sustentável também do GEF (SAWYER; LOBO, 2008).

A valorização da cultura, do saber, da natureza, e da qualidade dos produtos foi mais uma ação que fortaleceu o caminho para a valorização de produtos regionais. Na direção de uma alimentação mais saudável e de valorização local, o Movimento *Slow Food* já tinha uma aproximação com o Brasil a partir de uma parceria com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2004, o que permitiria, em 2007, a participação

do movimento na Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária (CARVALHO, 2008).

Os movimentos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais também foram relevantes para chamar atenção para o meio rural. Ações como a Marcha das Margaridas, que acontece desde 2000, os Encontros Nacionais da Agricultura Familiar, o Encontro e a Feira dos Povos do Cerrado, são exemplos de mobilizações sociais a favor de trabalhadores e trabalhadoras rurais e do Cerrado.

Para além dos movimentos sociais de agricultores e agricultoras familiares e movimentos sobre alimentação como o *Slow Food*, desde 2011 a proposta de Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) também consolidou o percurso para os mercados atuais. No Brasil, a CSA ganha novos consumidores e cresce no país. Com objetivos de compra direta e produção de alimentos orgânicos, a CSA tem se mostrado uma alternativa ao mercado convencional de hortaliças e frutas (CSA BRASIL, 2022). Afinal, a iniciativa entrega produtos de qualidade, garante ao produtor as condições para sua produção e encurta a cadeia de comercialização.

Percebe-se que a tímida, porém crescente preocupação com a responsabilidade social do que se consome e o surgimento de conceitos como soberania alimentar somados aos movimentos e ações citadas, culminaram nos últimos anos no protagonismo de alimentos regionais.

A soberania alimentar trata da autonomia da população em produzir, distribuir e consumir principalmente os produtos locais, valorizando a regionalidade em que vive (VIA CAMPESINA, 2018). Não se trata apenas de garantir o alimento, mas também garantir qualidade e liberdade de poder escolher a produção local.

Portanto, as relações sociais criadas e desenvolvidas, ainda que com objetivos diferentes, compartilham o tema central da alimentação e mercados e no fim estão interligadas. Comprar diretamente com quem produz se tornou novamente possível. As organizações sociais como cooperativas, associações, grupos de agricultores e agricultoras, de extrativistas e de pescadores foram fortalecidas e ganharam espaço na comercialização dos produtos regionais e nas demais produções.

O percurso que a sociedade traçou e as preferências de consumo que sobressaíram ao longo dos anos permitiram abrir o caminho para uma demanda por produtos do Cerrado. A construção da valorização de produtos regionais veio a partir de movimentos sociais que, primeiramente, chamaram a atenção para o bioma.

Em Goiás, o povo Kalunga usufrui dos recursos dados pelo bioma para seu autoconsumo e comercialização. Através das centenas de anos que estão instalados na área hoje reconhecida pelo Governo de Goiás (GOIÁS, 1991) por Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCCK), e pela ONU como o primeiro Território e Área Conservada por Comunidades Indígenas e Locais (TICCA) do Brasil, o território localizado no Noroeste e Norte Goiano conta com uma área de cerca de 262 mil hectares (AQK, 2020).

O que hoje se conhece por Sítio se formou devido à necessidade de fugir da escravidão. Essas pessoas buscavam locais mais distantes para que não fossem achados pelos escravizadores. Dentre os morros que moldam toda a região da Chapada dos Veadeiros, grupos se formavam e a região de difícil acesso se tornou o local ideal para recomeçarem suas vidas, longe das torturas, punições, castigos e violência que sofriam. Devido ao isolamento, eles desenvolveram condições para que sobrevivessem. Agricultura, pesca e extrativismo estão dentro das atividades realizadas. Assim, os moradores da comunidade Kalunga Vão de Almas, localizada no SHPCCK, são agricultores, extrativistas e alguns ainda mantêm a tradição da pesca. Ainda conseguem manter as atividades e tradições transmitidas pelos seus antepassados, mesmo que atualmente o acesso à cidade mais próxima seja mais facilitado quando comparado com poucos anos atrás.

A relação dos agricultores e agricultoras familiares que praticam o extrativismo resulta em um forte vínculo com o bioma, não apenas porque geram renda com essa prática, mas também porque os utilizam na própria alimentação e na fabricação de utensílios e ferramentas utilizados em outras atividades. A prática extrativista é, portanto, mais do que uma atividade que permite um retorno financeiro para quem a exerce. Faz parte da tradicionalidade dessas pessoas.

Para Sawyer (2011, p. 343) “não há extrativismo sem agricultura familiar nem vice-versa”. No caso do Cerrado, essa é uma relação sólida. Como citado, o povo Kalunga faz parte de um sistema agroextrativista. A literatura traz que a característica da pluriatividade também está presente nesse sistema (BISPO; DINIZ, 2014). Ou seja, alguns membros da família exercem atividades fora e dentro da propriedade que não necessariamente estão ligadas à agricultura e/ou ao extrativismo dos frutos do cerrado.

São muitas as características e diversificação da agricultura familiar (LAMARCHE, 1993). Diferentes arranjos produtivos e sociais podem ser encontrados

numa mesma região. Esses arranjos desenvolvidos são mecanismos para assegurar os recursos necessários para manutenção da família, o que leva à sua reprodução social, ou seja, leva as/os agroextrativistas a alcançarem as garantias mínimas de recursos (internos e externos) para a manutenção dos níveis sociais e de produção da família, tanto a curto quanto a longo prazo, permitindo que haja a transmissão desses recursos para seus sucessores.

Assim, percebe-se a grande capacidade de adaptabilidade desse Povo que se transforma e reinventa – a partir da pluriatividade e de movimentos sociais – para manutenção do sistema agroextrativista, e vê-se também a importância e influência dos mercados em suas vidas.

No Cerrado, Silva e Porto-Gonçalves (2008) relatam que a atividade extrativista vem sendo construída num ambiente de conflitos com o avanço do agronegócio. E acrescentam que é nesse mesmo ambiente próximo a veredas e chapadas que a atividade vai se moldando e criando a sua particularidade.

A importância dessa atividade se deve também ao fato de que o extrativismo pode surgir a partir de uma demanda do mercado (SHACKLETON; SHANLEY; NDOYE, 2007; SAWYER, 2011; MELO, 2013; AVELINE, 2016; BISPO, 2020), contribuindo para a renda da família.

Sendo assim, esta pesquisa visa contribuir para estudos sobre a importância da atividade extrativista para as famílias Kalunga, e a necessidade de manejo adequado das espécies, o que leva à questão indispensável de conservação do bioma para que esta atividade continue sendo possível, não apenas como fonte de renda, mas também garantindo a alimentação dessas famílias. Junto a essas questões, cabe reforçar a necessidade de políticas públicas que atendam às dinâmicas produtivas e adequabilidade dos programas para as diferentes realidades em campo.

O pressuposto da pesquisa parte do entendimento que extrativismo no Cerrado não custeia as principais despesas da família, mas contribui ocasionalmente em outros gastos e na alimentação, contribuindo significativamente para sua reprodução social. Neste escopo, a pergunta orientadora é: qual a contribuição do extrativismo para a reprodução social da família no sistema agroextrativista Kalunga?

O objetivo geral do trabalho é o de analisar a função do extrativismo dos frutos do Cerrado nos sistemas produtivos Kalunga e entender como esses garantem as condições mínimas para a reprodução social das famílias. Com os objetivos específicos, deseja-se:

i) caracterizar o sistema agroextrativista das famílias do Vão de Almas; ii) identificar e mapear os fluxos de insumos, produtos, rendas monetárias e não monetárias do sistema agroextrativista das famílias; iii) descrever a divisão social do trabalho dentro do sistema agroextrativista.

A presente pesquisa foi realizada no contexto do projeto Agroextrativismo, Segurança Alimentar e Comercialização de Produtos da Sociobiodiversidade no Território Kalunga (ACSBio Kalunga). O ACSBio Kalunga objetiva capacitar moradores das Comunidades Kalunga nas áreas da Agroecologia e da Sociobiodiversidade para fortalecer as dinâmicas socioprodutivas das comunidades. Esta pesquisa se insere no ACSBio como mais um trabalho para compor os estudos do projeto na temática dos sistemas agroextrativistas Kalunga.

1. ELEMENTOS DO SISTEMA AGRÁRIO: ESPECIFICIDADES ECONÔMICAS DE SISTEMAS AGROEXTRATIVISTAS DO CERRADO

Como mencionado anteriormente, o sistema agroextrativista é um sistema complexo, composto por uma série de elementos característicos e indissociáveis. Sendo assim, cabe trazer os principais temas aqui abordados como as especificidades econômicas do sistema produtivo, agricultura familiar, reprodução social e agroextrativismo no Cerrado. Dentre as diferentes correntes de pensamento, serão aqui trazidas as que melhor explica o tema de pesquisa.

Mazoyer e Roudart (2010, p.76) afirmam que “um sistema agrário não pode ser analisado independentemente das atividades a montante que lhe fornecem os meios de produção”. Ou seja, os elementos que primeiro vieram, os quais contribuíram para que um determinado sistema agrário tivesse atual configuração, não devem ser analisados como componentes alheios ao sistema, mas sim como parte indissociável do sistema. A teoria do Sistema Agrário permite estudar a agricultura, suas diferenciações sociais e de produção, sob a lente de fatores históricos e geográficos (NETO; LIMA; BASSO, 1997; MAZOYER; ROUDART, 2010), a fim de identificar sua dinâmica e refletir se os caminhos e rumos que estão tomando são sustentáveis e incluídos. Mazoyer e Roudart (2010) consideram que para analisar a agricultura é necessária a identificação e caracterização de dois subsistemas: i. ecossistema cultivado - formado por hortas, terras cultiváveis, pastagens e floresta; e ii. ecossistema social produtivo - formado por pessoas, equipamentos, plantas cultivadas e animais domésticos. A teoria permite compreender a complexidade do espaço agrário e sua sociedade ao estabelecer a representação de sua estrutura, organização e sobretudo as relações contidas tanto nas esferas macro, como micro das regiões agrícolas e suas unidades de produção agrícola e os sistemas (social, sistemas de cultivo e de criação) que a compõem (MIGUEL; MAZOYER; ROUDART, 2009; MAZOYER; ROUDART, 2010; SILVA; MIGUEL, 2014).

O interesse desta teoria, a qual se apoia na abordagem sistêmica, é o de realizar o estudo da trajetória da sociedade rural, das formas de agricultura e não apenas das dinâmicas agrícolas, mas também socioeconômicas e produtivas (FRITZ; MIGUEL; FRITZ, 2018) e pensar ações que possam reforçar os aspectos positivos para manutenção e sustentabilidade da sociedade em questão, ou, ao contrário, de ações que irão na contramão dos aspectos negativos. É uma ferramenta de apoio a reflexões sobre nossas transformações enquanto sociedade, e de identificação dos principais gargalos para

manutenção e reprodução dos sistemas de vida no planeta, notadamente os relacionados ao espaço agrário. É necessário, no entanto, nos embasar em estudos que tratam dos elementos dos subsistemas, assim como das relações postas.

Os trabalhos de Chayanov nos ajudam a identificar e entender comportamentos ou lógicas produtivas que não estão totalmente vinculadas às regras do mercado. As discussões sobre terra, trabalho e questões sociais permeiam seus estudos e nos parecem relevantes para a compreensão de todo o complexo funcionamento do sistema agroextrativista desenvolvido por povos do Cerrado, notadamente pelos quilombolas Kalunga, situados em Cavalcante-GO, sujeitos desta pesquisa.

A questão central dos trabalhos de Chayanov transita no entendimento de que o camponês é regido por princípios diferentes quando comparado aos princípios da produção capitalista. Para ele, ainda que essas famílias estejam inseridas no contexto capitalista, elas não são direcionadas e não operam pelas lógicas de mercado, sendo então “sujeitos criando sua própria existência” (CHAYANOV, 1966, p.118). Por essa afirmativa percebe-se que o trabalhador rural familiar detém certa autonomia nas decisões produtivas de sua propriedade. Para Chayanov, nesse tipo de propriedade o fim principal das atividades é o de garantir as necessidades da família. O “excedente” é visto como retribuição do próprio trabalho e não como lucro. O fundamento chamado balanço trabalho-consumo aponta essa relação. O equilíbrio da premissa seria o esforço aplicado que garante as necessidades da família. Ou seja, demonstra que enquanto o esforço de trabalho não atinge o ponto em que permite o bem-estar da família, a atividade deve continuar a ser executada. Quando o equilíbrio é atingido, a família então pode interromper essa atividade, afinal o esforço despendido não mais se justifica, pois o bem-estar já foi garantido. A ideia de valor e quantidade de trabalho são totalmente subjetivos e avaliados por cada família. O balanço trabalho-consumo é utilizado pelo autor para determinar as motivações das atividades econômicas na propriedade.

Essa premissa está relacionada com outro ponto abordado pelo autor no que se refere à quantidade de consumidores e trabalhadores de uma unidade familiar produtiva. “O volume da atividade familiar depende inteiramente do número de consumidores e não do número de trabalhadores” (CHAYANOV, 1966, p. 78), ou seja, uma família composta por muitas pessoas não terá, necessariamente, um grande número de trabalhadores. Haverá nessas famílias pessoas inaptas ao trabalho e que demandarão apenas consumo.

Para definir se determinada família é sobrecarregada de trabalho ou não, deve-se analisar cada família separadamente, a fim de identificar quem são os sujeitos que a compõem. O tamanho da família é levado em consideração por Chayanov, pois é daí que ele percebe as modificações nas forças de trabalho e como este fator define o acesso a terras. Carvalho (2014) aponta que falta na análise de Chayanov um olhar em relação ao tamanho da propriedade e força de trabalho externa. Abramovay (1998) também ressalta a falta de abordagem para o tamanho da propriedade e acrescenta que o autor não analisou a questão do desempenho econômico. Apesar da ausência dos pontos citados, os trabalhos de Chayanov contribuíram com grande relevância para a compreensão das dinâmicas internas que determinam o comportamento econômico camponês, sobretudo no que se refere ao ciclo de vida da família. Os objetivos e possibilidades de adotar estratégias produtivas para satisfação das necessidades familiares garantindo sua reprodução social variam ao longo do desenvolvimento da família nuclear. Enquanto há muitas crianças, as estratégias são limitadas em função da força de trabalho. Mas para alguns frutos do extrativismo, como mangaba (MOTA et al., 2011) e babaçu (PORRO; SALES, 2013), as crianças fazem parte da atividade e contribuem nas possibilidades da fixação e manutenção da família na terra, mas também dos costumes e tradições alimentares. Seria esta uma situação também presente nos sistemas agroextrativistas do cerrado?

Já Brookfield e Stocking (1999, p.78) afirmam que é necessário decifrar a complexidade da produção familiar de forma que permita à pesquisadora e ao pesquisador retratar “forças, pressões e oportunidades” que orientam as tomadas de decisão da família. Esses autores reforçam com os seus estudos a importância de um olhar minucioso e integrado na análise do sistema produtivo, o qual, no contexto desta pesquisa entende-se por sistema agroextrativista.

1.1. De que agricultura familiar estamos falando?

Para a legislação brasileira a agricultora ou agricultor familiar é entendido(a) como possuidor(a) de até 4 módulos fiscais; aquele(a) que utiliza mão-de-obra majoritariamente familiar; tenha parte da renda vinda das atividades exercidas na propriedade; e que a família dirija sua propriedade (BRASIL, 2006). Esse é o entendimento do Estado a respeito da agricultura familiar. No entanto, a discussão sobre o termo vai muito além desses quatro elementos e engloba a heterogeneidade que é inerente a este.

Antes de 1990 havia diversas denominações para aqueles que trabalhavam com agricultura para o autoconsumo. Wanderley (2014) aponta que os termos utilizados à época não asseguravam toda a representatividade necessária ao grupo social. Em 1995 com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Estado definiu um termo genérico que se contrapunha à agricultura patronal (ALTAFIN, 2007). A agricultura familiar então estava definida em Lei e começava o abandono dos termos pejorativos a esse grupo social.

A agricultura familiar no Brasil vem de um contexto da grande propriedade, monocultura para exportação e escravidão (BRUMER, 1993). Wanderley (1996) acrescenta que a herança colonial e as terras livres para serem ocupadas também estão incluídos nesse contexto da origem da agricultura no Brasil. Para esta autora ainda, a grande propriedade sempre foi a forma percebida de agricultura, canalizando todas as políticas agrícolas e colocando a agricultura familiar numa posição inferior a esta. Nota-se então que a trajetória da agricultura familiar brasileira é marcada pela resistência devido à falta de atenção do Estado, e por outro lado marcada por questões fundiárias.

No entanto, antes de adentrar nas dificuldades encaradas por agricultores familiares, cabe aqui trazer o entendimento para esta pesquisa de agricultura familiar. Em adiante, nesta pesquisa concorda-se com o que Wanderley (1996) e Lamarche (1993) afirmam sobre agricultura familiar: termo genérico que suporta as diversas formas de produção familiar. Assim, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, extrativistas e outros grupos sociais compõem o grande leque da agricultura familiar brasileira. As especificidades quanto à cultura, formas de produção, atividades exercidas e relação com o mercado vão ser diferentes para cada grupo, mas em comum, todos carregam a característica familiar, marcada pela indissociabilidade entre unidade de consumo e unidade de produção.

Existe um debate acadêmico que já vinha sendo construído há algum tempo, mas que ganhou mais força e direção na década passada. Trata-se das discussões sobre campesinato e agricultura familiar. São duas as linhas principais do debate: a que considera campesinato algo distinto de agricultura familiar; e a que considera que os dois conceitos podem ser tratados como pertencentes a uma categoria social.

Autores como Marques (2008), Shanin (2005, 2008) e Fabrini (2008) trabalham com a importância de se usar corretamente o termo e ressaltam a necessidade constante de revisitar a construção deste. Defendem, principalmente, que para entender o que o

conceito acarreta é necessário entender, primeiro, a sociedade na qual o camponês está inserido. Os autores mencionados trazem muito sobre a capacidade de resiliência camponesa. No passado, era anunciado o fim do campesinato ou a conversão dos camponeses em agricultores familiares (ABRAMOVAY, 1998). No entanto, como se pode observar, o camponês resiste ainda hoje. Shanin (2008, p. 28) afirma:

A questão da flexibilidade de respostas em face dos desafios e crises econômicas é algo que o camponês pode ensinar àquele que não é camponês, muito mais do que o contrário, como se pode observar em inúmeras situações.

Para Tepicht (1973 *apud* ABRAMOVAY 1998, p. 73) existem características que são comuns aos camponeses, são elas: “unidade indissolúvel entre o empreendimento agrícola e a família, uso intensivo do trabalho, natureza patriarcal da organização social”. O autor ainda entende que, devido ao fato de o camponês estar inserido no sistema capitalista, está fadado ao fim. Esta afirmação confronta o que os autores citados – e esta pesquisa – compreendem: o camponês não teve o seu fim, mas se reinventou para sua reprodução.

Um aspecto importante que Shanin (2008) aponta sobre os camponeses é que o termo é composto por diferentes elementos e que não pode ser entendido como algo fixo e imutável, e acrescenta que a economia familiar é o fator mais expressivo.

O extenso trabalho de Lamarche que resultou em dois livros (1993,1998) apresenta a categorização dos modelos produtivos em empresa, agricultura familiar moderna, empresa familiar e agricultura camponesa ou de subsistência, classificados de acordo com a relação com a terra, trabalho e reprodução do estabelecimento. Outro fator levado em consideração nesse estudo é o grau de dependência tecnológica, financeira e do mercado.

No entanto, os próprios pesquisadores reconhecem que as propriedades podem estar em zona de transição entre um modelo e outro, e as dependências (tecnológica, financeira e de mercado) serem altas – ou não - dentro de um mesmo modelo. Este fato reflete a realidade em que os agricultores estão inseridos, e da necessidade de diferentes estratégias para continuação da reprodução. Isto foi reafirmado por outros autores anos depois, como já apontado neste texto. O fato de pesquisadores de diferentes vertentes sobre a agricultura familiar concordarem que a sociedade em que o agricultor familiar está inserido é importante, demonstra que esse fator deve ser respeitado e considerado nas análises.

Assim, a agricultura familiar se percebe a partir do contexto econômico e político em que se insere e considera as especificidades de cada contexto. Para Lamarche (1993) a produção familiar pode se dar em diferentes categorias sociais com suas próprias lógicas e objetivos. É nessa vertente que esta pesquisa se identifica, a partir de estudos já feitos e acompanhando os grandes pesquisadores do tema, não se nega a existência de um campesinato brasileiro, mas sim este enquanto categoria social está inserido num termo mais abrangente que o comporta – a agricultura familiar.

1.2. Os caminhos da reprodução social na agricultura familiar

As famílias tomam decisões de acordo com suas necessidades, com a prioridade voltada para sua reprodução simples, e em seguida sua reprodução social. As escolhas que são feitas vão além de uma lógica meramente econômica (ainda que num sistema capitalista esse fator tenha maior relevância), pois ao ter que responder às necessidades individuais de cada membro, há um emaranhado de relações que não se encaixam puramente na “lei do mercado”. As famílias são direcionadas por decisões que percorrem âmbitos internos que não são pensados num primeiro momento. A decisão de iniciar uma outra atividade agrária, por exemplo, vai ser considerada a partir do retorno que essa atividade pode trazer, mas também a viabilidade em termos de esforço físico e da organização da força de trabalho para realizá-la.

Por outro lado, a motivação para uma nova atividade pode ter diferentes origens. As famílias podem iniciar uma nova atividade para comprar um equipamento necessário para uma outra atividade que eles já exercem, ou para manutenção de outro sistema de cultivo (plantio de milho para alimentação da criação), ou para comprar um novo veículo, ou porque era uma atividade exercida por um familiar e tem um significado afetivo. Os motivos podem ser diversos e não necessariamente passam por uma questão econômica.

Todas as atividades relatadas são consideradas na reprodução social, pois são os meios que se possuem para continuação desse sistema familiar. Entende-se por reprodução social como se dão as continuidades dos indivíduos nas práticas, organização, saberes e grupos sociais (CONTI et al., 2012; BRUMER; ANJOS, 2008). Fortes (1969, p. 2) desenvolve sua concepção de reprodução social definindo que são os processos que mantêm, repõem e repassam o “capital social de geração para geração”. Portanto, não se trata apenas de repasse de capital econômico e de bens materiais. Fala-se de um repasse que também é cultural e social (PERONDI; RIBEIRO, 2000).

No trabalho de Woortmann (1990) é evidenciada a importância da produção cultural da família e como a campesinidade não significa uma “prisão cultural”, já que a construção das categorias sociais é dinâmica e pode ser alterada pelos próprios agentes que a construíram. Essa afirmativa ajuda a dar luz ao entendimento sobre reprodução social, pois aceita que o capital cultural adote modernidades, fato que não altera o “grau” de campesinidade das famílias.

O trabalho de Woortmann (1983) mostra como a inclusão de uma nova atividade, no caso a pecuária, pode ser tanto uma estratégia de reprodução como um elemento de diferenciação do campesinato. O que se quer mostrar é que o capital cultural passado não é estático, ele permite a incorporação de novos fatores.

Outro elemento importante na reprodução social são as estratégias adotadas para que a reprodução social ocorra. Bourdieu (1994) afirma que a família faz parte de um sistema e, por sua vez, suas estratégias de reprodução também compõem um sistema. Essas estratégias são entendidas por ele como opções para reafirmação das famílias no espaço social. O autor aponta que as estratégias de reprodução se dividem em grandes classes (como por exemplo estratégias sucessórias e estratégias de investimento econômico) e que podem assumir diferentes combinações em diferentes tempos.

Isto é, para que a garantia da transmissão de um bem material seja possível, a família pode investir em uma nova atividade (estratégia de investimento econômico) ou assegurar aos filhos o acesso à educação (estratégia educativa). A característica de interdependência e multiplicidade das estratégias em uma única família fornece para essa pesquisa um campo de entendimento que auxiliará nas interpretações dos resultados.

Almeida (1986) defende que existem duas maneiras pelas quais famílias se reproduzem socialmente, o ciclo curto (anual) e o ciclo longo (geracional). O primeiro trata das lógicas econômicas envolvendo trabalho e consumo, e o segundo se refere à lógica do parentesco envolvendo as relações pessoais. O autor entende que famílias inseridas no sistema capitalista adotam estratégias nos dois ciclos para sobreviverem às pressões políticas, econômicas e de mercado.

Bourdieu (1994) aponta que grupos sociais adotam diferentes estratégias com importância e formas diferentes, principalmente em relação à essência do capital a ser transmitido. Se o capital a ser repassado trata-se do econômico, então uma ou mais estratégias serão adotadas para garantir esse fim. Schneider (2009) identifica a pluriatividade das famílias como uma estratégia de reprodução social. Como já dito, a

pluriatividade corresponde a atividades exercidas fora da propriedade e que não necessariamente estão ligadas à agricultura. A afirmativa do autor corrobora com o apontado por Bourdieu (1994) e Almeida (1986) quando tratam de arranjos de estratégias em um ou nos dois ciclos apresentados por este.

Ramiro e Menegat (2016) afirmam que as famílias se reorganizam nas divisões de tarefas com a finalidade da reprodução social. É possível então a realocação de mão-de-obra para alcançar a finalidade da família. Realocar uma pessoa de uma atividade para outra, ainda que momentaneamente, pode-se traduzir, portanto, numa estratégia para a reprodução social.

Sendo assim, a ideia sobre reprodução social para este projeto trata das garantias mínimas de recursos (internos e externos) para a manutenção dos níveis sociais e de produção da família, tanto a curto quanto a longo prazo, permitindo que haja a transmissão desses recursos para seus sucessores.

As diferentes formas de praticar a agricultura (sejam formas de agricultura moldadas ao longo do tempo ou formas incorporadas em momentos específicos) são uma estratégia de reprodução social, visto que revelam as adaptabilidades ocorridas diante das situações (pressões ou oportunidades) postas à família.

Nesta pesquisa, a reprodução social permite compreender as motivações e lógicas internas da família que a movem para a perpetuação do seu acervo de experiências, conhecimento, práticas e bens materiais.

Assim, entender sobre como acontece a distribuição das atividades dentro da família, a função do extrativismo dentro do sistema de produção e as relações sociais, podem ser melhor visualizadas quando apoiadas na teoria da reprodução social.

1.3. Agroextrativismo no cerrado

A extração de algumas estruturas botânicas como frutos, folhas, seivas, cascas e lenha, eram utilizadas na sobrevivência das primeiras populações humanas há 11.000 anos Antes do Presente (AP) no sistema biogeográfico do Cerrado (BARBOSA; ARAÚJO, 2020). Evidente que para o uso dessas estruturas, essas populações adquiriram conhecimento sobre as espécies botânicas por meio da observação do comportamento das espécies. Informações sobre o tempo de colheita, os locais de ocorrência, tempo de floração e crescimento foram sendo adquiridos sobre cada recurso disponível para que fosse possível sua utilização.

Outras atividades também foram aperfeiçoadas. Essa população diversificou a caça que era parte substancial da dieta alimentar (BERTRAN, 1994), aprimorou a organização dos acampamentos e utilizava os abrigos naturais (BARBOSA; ARAÚJO, 2020). Outros fatores como a observação do solo, do sol, da lua, da chuva e do clima foram incorporados à carga de conhecimento que estava sendo adquirida.

O conjunto dessas informações somadas ao tempo de colheita e às formas de uso de espécies vegetais fez com que a extração, antes limitada ao consumo próprio, fosse capaz de ser produto de troca e, séculos adiante, atingiu o ponto de comercialização (HIRONAKA, 2000). Então, de acordo com a disponibilidade e utilidade desses recursos, pôs-se em atenção a relevância econômica e possibilitou-se o início da atividade que se conhece hoje por atividade extrativa ou extrativismo (HOMMA, 2010).

No entanto, primeiramente tais produtos necessitavam ter a característica de exploração econômica para compensar a atividade. Independentemente do processo posterior à colheita, ou seja, se o produto passasse por beneficiamento ou industrialização, esse precisava ser competitivo em relação aos produtos já comercializados (HOMMA, 1980). E, sem dúvida, atrativo para o público consumidor.

Alfredo Homma é um dos grandes nomes quando se fala de extrativismo na Amazônia. Apesar da centralidade desta pesquisa ser o Cerrado, o pesquisador é de extrema relevância para entender principalmente as relações econômicas que envolvem o extrativismo vegetal. Suas contribuições ao tema guiaram as pesquisas sobre a economia extrativista, revelando fragilidades e forças envolvidas em todo o processo, desde a coleta até a comercialização. Assim, é necessário trazer as duas possíveis classificações dadas pelo autor ao extrativismo para que sejam entendidas as formas pelas quais acontece a atividade e quais os fins possíveis para a atividade extrativista.

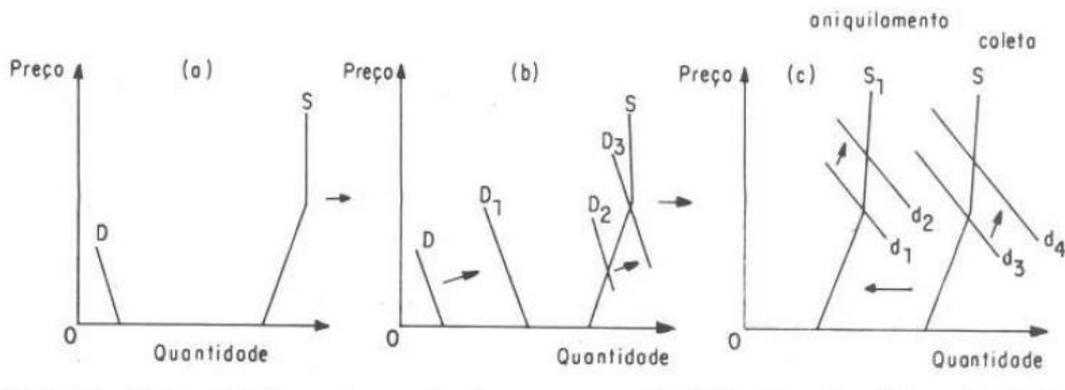
Homma (1980,1982) identifica o extrativismo em duas configurações, o extrativismo por coleta e o extrativismo por depredação ou aniquilação. O primeiro refere-se à capacidade de continuidade da atividade sem ser prejudicada pela falta de recurso. Ou seja, enquanto a taxa de recuperação da população vegetal estiver acima da taxa de coleta, a atividade extrativista tende a continuar sem que haja prejuízos comerciais e naturais, o que o autor vai chamar de extração *ad infinitum*.

O extrativismo por depredação ou aniquilação, como o próprio nome já antecipa, refere-se a quando as taxas de recuperação e de coleta estão em desequilíbrio. Em outras

palavras, quando a exploração do recurso está mais acelerada que a disponibilidade que ele possui, então os prejuízos comerciais e naturais são sentidos pelos agentes envolvidos.

Partindo para a parte da relação de oferta e demanda, Homma (1980,1982,1990,1993) apresenta a curva de oferta e demanda para produtos extrativistas em três estágios diferentes (Figura 1). No primeiro momento tem-se uma oferta potencial que não se cruza com a linha de demanda, pois a extração é feita para uso dos próprios extrativistas. Logo depois, com o crescimento do mercado, as melhorias de transporte, a comercialização e infraestruturas instaladas, as duas curvas entram em equilíbrio. E, no último momento, a diferenciação da curva de oferta por extração de coleta e da curva de oferta por extração de aniquilamento. Na curva por coleta, ocorre o que foi explicado acima sobre extração *ad infinitum* e na curva por aniquilamento há o esgotamento do recurso pela sua escassez gradativa até não se tornar mais viável a atividade.

Figura 01 – Curva de oferta e demanda.



Fonte: Homma (1993, p.5)

A rigidez da oferta do setor extrativo e o deslocamento da curva de oferta devido à redução das fontes de recursos levam, por conseguinte, à elevação dos preços a cada nível de equilíbrio. Homma aborda que dado o fato de atingir o ponto em que a oferta passaria a ser inelástica, quando os preços atingiram níveis elevados, seria estimulada a domesticação para o cultivo, o seu abandono e finalmente, sua substituição por outras atividades ou a descoberta de substitutos sintéticos.

Com a contribuição de Homma, o caminho para o entendimento da atividade extrativista no Cerrado pode ser concebido. Os três estágios mencionados e as possíveis

consequências de abandono da atividade ou da substituição por sintéticos, cria um campo para a discussão das diferentes formas com que o extrativismo acontece no bioma.

Os estudos do pesquisador explicam as relações econômicas, no entanto não abordam o funcionamento do mercado, algo que para o extrativismo no Cerrado se mostra de suma importância. Assim, serão apresentadas as características da atividade no bioma e as relações que as envolvem, possibilitando criar o espaço de contextualização histórica e territorial dessa pesquisa.

O termo agroextrativismo se origina do que começou a ser desenvolvido na Amazônia e no Cerrado, como resultado da organização social que estava sendo iniciada para defender os recursos naturais devido à ameaça do agronegócio. O estudo de Porro (2015) relata um caso que pode dar forma a esse movimento. Refere-se aos camponeses do Médio Mearim no Maranhão, uma área de Cerrado. A extensão das palmeiras de babaçu nas paisagens da região não era encarada como problema até o início da criação de bovinos. Os camponeses extrativistas vendiam as amêndoas do fruto, pois o mercado era aberto e seguro para a atividade. No entanto, com o passar dos anos, aumentaram os fomentos, estradas foram melhoradas e a pecuária bovina começou a ter lugar na região. Nesse momento, os camponeses estavam unidos por questões culturais e resistiam à incorporação da atividade.

Porém, com o gado crescendo, alguns camponeses começaram a sua criação e a divisão social se tornou clara (período chamado “diferenciação social”). Terras eram cedidas mediante cobrança de arrendamentos, e o babaçu, que não era um problema, se tornou um, pois as pastagens com babaçuais tinham um custo adicional ao fazendeiro e dificultavam o manejo das mesmas. As palmeiras que restavam começaram a ter acesso restrito e já não havia terra para os camponeses cultivarem.

Muitos conflitos seguiram devido às terras e à opressão. Os camponeses se uniram e rejeitavam veementemente a criação de gado e tentavam sobreviver com as poucas terras disponíveis para sua agricultura. O gado se tornou para os camponeses um “símbolo ou instrumento de opressão” (PORRO, 2015, p.118), que revelava as injustiças sociais. Anos mais tarde, esse mesmo grupo reavaliariam a questão da pecuária e alguns acrescentariam a criação de gado a suas atividades agrárias.

O caso mencionado explicita a questão do agroextrativismo, revelando sobre camponeses e seus cultivos, com forte ligação ao babaçu e seu mercado, mas que em certo ponto teve sua principal atividade (extrativismo do babaçu) ameaçada devido ao avanço

do gado, e que, no entanto, passado o período conflituoso, incorpora a pecuária no seu sistema produtivo familiar.

Este caso ilustra o que a literatura relata sobre como as atividades agrárias são inseridas na produção familiar. Trata-se das famílias extrativistas que incorporam diferentes sistemas de produção (FREITAS; HAVERROTH; SIVIERO, 2016). Portanto, famílias que têm o extrativismo como atividade inicial e que com o passar do tempo podem associar outras atividades.

Outra forma de coexistência de produção é a das famílias agricultoras que acrescentam a atividade extrativista (BISPO; DINIZ, 2014). Com isso, diz-se que primeiro eles são agricultores e depois veio o extrativismo para compor o sistema de produção, formando o sistema agroextrativista. Essas mudanças acerca de incorporações ou exclusões de atividades acontecem conforme as necessidades vão sendo apresentadas e vivenciadas. A decisão do que é adicionado ou excluído é guiada unicamente pela satisfação das necessidades da família.

É evidente que o extrativismo na Amazônia difere do que ocorre no Cerrado, devido à própria característica florestal e aos mercados desses produtos. Se falamos de extrativismo, provavelmente o primeiro produto que se pode citar é a borracha, afinal foi a partir dele que muitas questões econômicas e sociais ganharam força. Entretanto, guardadas as particularidades de cada bioma, existem elementos que são comuns aos dois, a exemplo da questão fundiária, que é um problema nacional, a questão de povos e comunidades tradicionais, e a ameaça do agronegócio. São atividades exercidas de maneiras distintas por seus diferentes povos, mas que possuem o mesmo cenário de luta e injustiças.

Por natureza, o agroextrativismo é um sistema complexo, composto por interações entre os diversos agentes e sistemas que o compõem. Entende-se por agroextrativismo a prática tanto da agricultura quanto da atividade extrativista, onde conservam-se as características da agricultura familiar como mão-de-obra familiar, venda dos produtos excedentes, e arranjos de diferentes atividades.

Todo esse conjunto forma o chamado sistema de produção familiar agroextrativista (NOGUEIRA; FLEISCHER, 2005; BISPO; DINIZ, 2014), e por se tratar de um *sistema*, requer um olhar integrado e sistêmico, permitindo a completa compreensão de seus componentes e relações.

Na questão econômica, estudos mostram que a atividade extrativista compõe a renda familiar (CARVALHO, 2007; SILVA, 2008; NARS, 2017) e que a atividade pode começar a partir de uma demanda do mercado (SHACKLETON; SHANLEY; NDOYE, 2007; SAWYER, 2011; MELO, 2013; AVELINE, 2016; BISPO, 2020). A base familiar de produção observada nos estudos citados carrega outra especificidade: membros da família exercem atividades internas e externas à propriedade.

A pluriatividade também é característica do sistema agroextrativista no Cerrado (BISPO; DINIZ, 2014) e é composta por atividades exercidas dentro e fora da unidade familiar produtiva, que não necessariamente estão relacionadas à agricultura (SCHNEIDER, 2009). Trata-se então dos membros da família que podem ser professores, ou trabalham na prefeitura, ou envolvidos com ecoturismo, ou ainda trabalham no comércio local. Portanto, são atividades que podem extrapolar o meio rural, não mantendo nenhuma ligação direta, mas que compõem a renda da propriedade.

Entre as atividades externas, mas atreladas ao meio rural e que entram nessa característica da pluriatividade, podemos citar os membros que trabalham em grandes fazendas ou na agroindústria, por exemplo. Como em alguns estudos já citados, o extrativismo não era uma atividade que sempre esteve presente nas propriedades, mas foi incorporado a partir da oportunidade de renda que era vislumbrada na atividade. Tanto o agroextrativismo como a pluriatividade são entendidos como uma estratégia de reprodução social (LACERDA; MARQUES, 2008).

2. METODOLOGIA

Considerando o objetivo geral da pesquisa de analisar a função do extrativismo dos frutos do Cerrado na reprodução social dos sistemas agroextrativistas do bioma, o trabalho identifica-se como uma pesquisa de métodos mistos, pois envolve tanto dados qualitativos como quantitativos, que analisados conjuntamente formam um entendimento maior do que analisados isoladamente (CRESWELL, 2010). Na categoria de métodos mistos, a abordagem de triangulação concomitante é a que melhor define o processo de coleta de dados. Essa abordagem trata sobre a coleta de dados qualitativos e quantitativos em um mesmo momento e sua análise é feita a partir dos dois bancos de dados (qualitativo e quantitativo), a fim de identificar relações entre eles (CRESWELL, 2010).

Entendendo que os objetivos específicos requerem um retrato detalhado do sistema agroextrativista, o Método de Análise Econômico-Ecológica de Agroecossistemas (LUME) (PETERSEN et al., 2017, 2021) é o mais indicado. O LUME, como é conhecido, é uma ferramenta que permite analisar de forma sistêmica as relações econômicas e ecológicas do sistema agroextrativista. O modelo participativo do método promove a verdadeira atuação das famílias envolvidas na pesquisa, concedendo a notoriedade devida a esses sujeitos.

O LUME revela as relações de poder, de trabalho e de produção. As referidas relações são evidenciadas de forma a compreender como influenciam na organização e nas tomadas de decisão da unidade familiar produtiva. O método assume que o agroecossistema, sua unidade de análise, que em nosso estudo equivale ao sistema agroextrativista, não é homogêneo, não é estático, nem livre de conflitos internos e, por isso, devem ser consideradas não somente as relações entre seus membros, como também as relações com os atores externos.

Trata-se de um “ecossistema cultivado, socialmente gerido” (PETERSEN et al., 2021, p. 27). Assim, “as estratégias das famílias também são dinâmicas e assim devem ser percebidas” (ALTAFIN, 2007, p. 4). Desse modo, a família contém objetivos e estratégias baseados em diferentes perspectivas, interesses e oportunidades para alcançar seus fins econômicos e sociais.

O LUME mostra-se, portanto, como uma ferramenta capaz de absorver as relações entre as áreas social, econômica e ecológica dentro do sistema agroextrativista. O método sistematiza os dados de forma que representa a realidade em campo, tornando as informações claras para análise.

As mulheres entrevistadas nesta pesquisa foram indicadas através de uma reunião no contexto do projeto ACSBio Kalunga. Na reunião, foram apresentados os objetivos da pesquisa e uma moradora da comunidade Vão de Almas estava presente e aceitou participar da pesquisa e indicou outras mulheres da comunidade que poderiam participar. Assim, as 6 mulheres entrevistadas desta pesquisa vieram a partir do projeto ACSBio Kalunga. Todas as mulheres eram moradoras da comunidade Vão de Almas e por isso a pesquisa se deu nessa comunidade. A relação das moradoras da região com atividades agroextrativistas pode ser lida no trabalho de Fernandes (2019) onde a autora aponta que a região do Vão de Almas possui uma forte relação com essas atividades, sendo essas de maior importância na composição de renda das famílias.

A pesquisa aconteceu no cenário da pandemia do Coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19). O campo aconteceu entre junho e agosto de 2022 e todos os cuidados foram tomados para sua realização com uso de máscara, distanciamento, uso de álcool em gel e cartão de vacina atualizado.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília (UnB).

2.1. Área de estudo

A pesquisa foi realizada em uma das 39 comunidades (AQK) do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCK), localizado no norte e nordeste de Goiás. O território é composto pelos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre que juntos somam uma população de cerca de 22.000 pessoas (IBGE, 2021). Baiocchi (1996) denominou as divisões dentro do Sítio de municípios ou núcleos, sendo eles: i. Vão de Almas; ii. Vão do Moleque; iii. Ribeirão dos Bois; iv. Contenda; e v. Kalunga. Já para Marinho (2008) as divisões na área são chamadas de núcleos, somando quatro núcleos: i. Vão de Almas; ii. Vão do Moleque; iii. Ribeirão dos Bois; e iv. Engenho II. Costa (2013) também entende que a área é dividida por núcleos e define que dentro do SHPCK existem quatro núcleos Kalunga: i. Vão de Almas; ii. Vão do Moleque; iii. Ribeirão dos Bois; e iv. Contenda. No decorrer de seu trabalho ele trata de três regiões que seriam: i. Vão de Almas; ii. Vão do Moleque; e iii. Engenho II. A autora Fernandes (2019) concorda com essa última divisão utilizada por Costa (2013). O trabalho de Santos (2015) afirma que são três regiões presentes no Sítio, as quais ela denomina por “Vão”,

são elas: i. Vão das Almas; ii. Vão do Moleque; e iii. Vão da Contenda. Na Figura 2 pode-se observar o morro do Moleque que dá nome a um dos Vãos.

Figura 02 – Vista do morro do Moleque na estrada para o Vão de Almas.

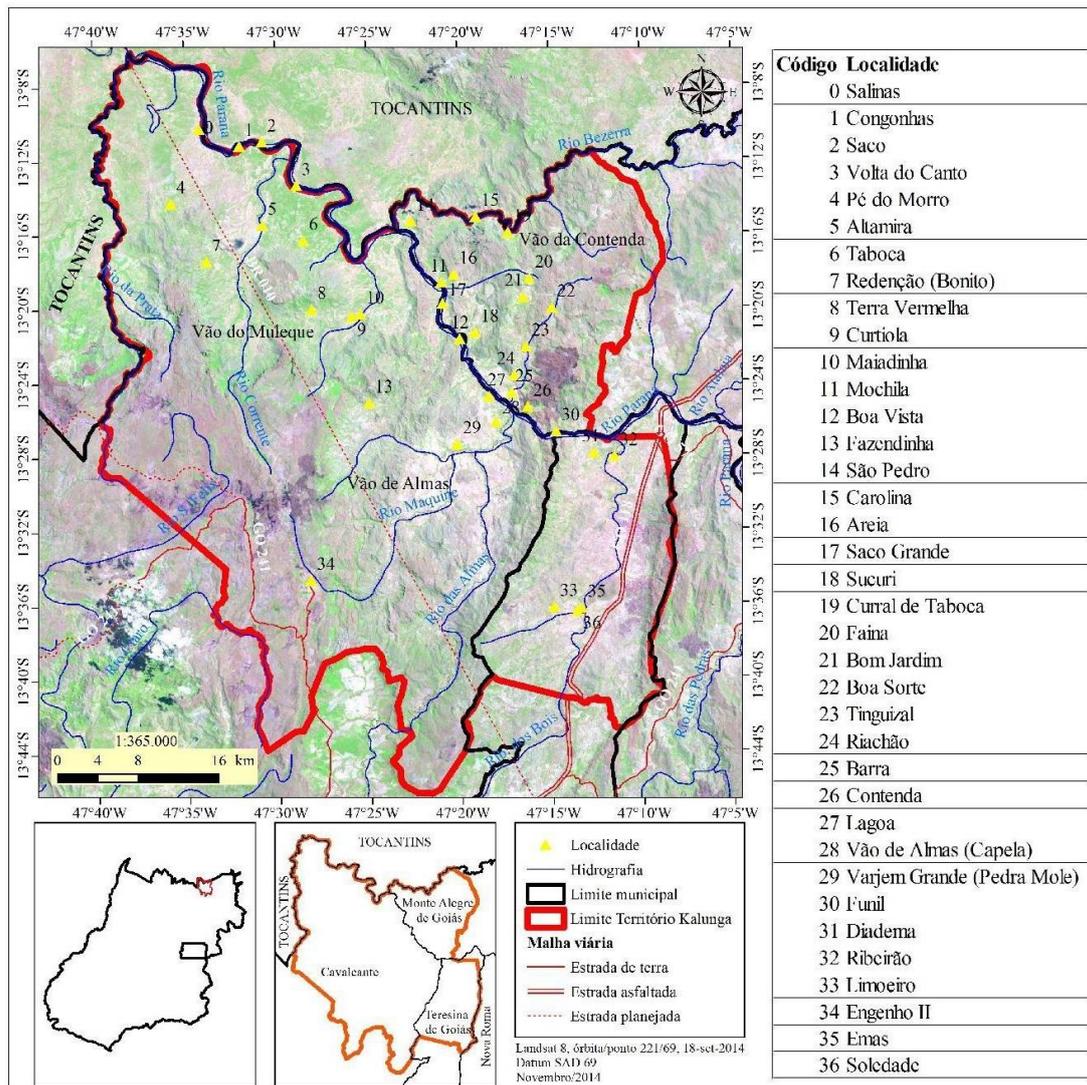


Fonte: Autoria própria

É claro que o território se configura de diferentes formas ao longo do tempo, seja inserindo áreas ou agrupando áreas já existentes. Neste trabalho, assume-se o apresentado no trabalho de Santos (2015), com a divisão em Vãos (Moleque, Almas e Contenda) composto por diversas comunidades ou agrupamento de pessoas. Na Figura 3 a autora ilustra a referida divisão. A lista de localidades trata-se das comunidades quilombolas distribuídas pelos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás.

Quanto à população, não é possível saber um número exato de Kalunga residentes no SHCPK. Apenas no último Censo de 2022 é que foi acrescentado o recenseamento da população quilombola, dados que até o momento da publicação dessa pesquisa ainda não haviam sido divulgados. No entanto, a Associação Quilombola Kalunga aponta cerca de 10 mil pessoas vivendo no território (AQK, 2020).

Figura 03 – Mapa do SHPCK e suas divisões



Fonte: Santos (2015)

Essa pesquisa foi realizada no Vão de Almas, uma das duas regiões mais populosas do SHPCK. No trabalho de França (2019), o autor aponta que viviam 350 famílias no Vão de Almas, o que corresponderia a cerca de 1750 pessoas. No entanto, esse número é uma estimativa feita em 2017 pelo então presidente da AQK. No trabalho de Fernandes (2019), a autora aponta que, segundo dados de 2013, as famílias no Vão de Almas somavam 215, o que corresponde a 1075 pessoas. Como já exposto, não há dados oficiais publicados com o levantamento da população Kalunga. Os números aqui apresentados, são apenas para dar uma ideia aproximada de quantas famílias vivem na região.

A estratégia de sobrevivência em locais isolados é se estabelecer próximos a cursos d'água, sejam rios, córregos ou ribeirões. No Vão de Almas, o Rio Alma e o Rio Paranã são importantes para a região, sendo um recurso indispensável para cozinhar,

tomar banho, beber, lavar louça e roupas. Foi a partir da observação dos movimentos das águas que a população se estabeleceu às margens desses cursos d'água, aprendendo, também, sobre a época de plantar e colher. A população Kalunga é caracterizada pelo agroextrativismo, onde a atividade extrativista está fortemente ligada a essas pessoas culturalmente e tradicionalmente, como já dito.

A distribuição das casas se dá de maneira esparsa por todo o território. A não ser que os filhos tenham construído suas casas próximas às casas dos pais, então a distância será menor. No entanto, o que se observa é que os vizinhos mais próximos ficam, facilmente, a mais de 800m de distância. As casas são feitas de adobe e palha. Apenas algumas poucas propriedades contam com alguma construção de alvenaria.

A comunidade conta com escolas públicas que oferecem o ensino completo, do ensino fundamental ao ensino médio.

Para atendimento médico as famílias precisam ir até Cavalcante para consultas simples e acompanhamento pré-natal para mulheres e meninas. Contudo, caso precise de atendimento de urgência ou para casos graves, a população deve se deslocar por aproximadamente 513 km até Goiânia (GO) ou até Brasília (DF) num percurso de 311 km, que contam com os hospitais mais próximos da região.

Mais detalhes sobre a região acerca de infraestrutura, acesso a recursos, construção das casas, serão tratados com detalhes no Capítulo 6. Nesse capítulo é relatada sobre a vida no Vão de Almas, sobre as dificuldades e particularidades da vida num local isolado.

2.2. Coleta de dados

A coleta de dados se deu por meio de entrevistas em campo, baseadas em um questionário fundamentado no roteiro fornecido no LUME, onde os temas descritos se revelaram pertinentes para alcançar os objetivos desta pesquisa. Portanto, foram abordados a composição da família; o acesso à terra; a trajetória do sistema agroextrativista; e as produções do sistema agroextrativista.

A parte inicial do questionário (Apêndice A) tratou sobre a composição da família, o acesso à terra e a trajetória do sistema agroextrativista. Procurou-se aqui conhecer as pessoas que residem no lote. As perguntas foram sobre a ocupação de cada uma, as atividades exercidas dentro da propriedade e o tempo dedicado a cada tarefa relatada. Adiante, o conteúdo voltou-se para a origem da família, ou seja, quando e como

se formou a família e seu sistema agroextrativista. A última seção da primeira parte do questionário abordou sobre o acesso a recursos básicos como água, energia, estrada e condições da moradia. Nesse primeiro momento, também foi colocada a questão sobre participação em organizações sociais (por exemplo, sindicatos, associações e cooperativas).

Na segunda parte do questionário, as questões foram direcionadas para o sistema agroextrativista. Referem-se aos cultivos, às criações e às atividades extrativistas presentes, identificando os atores envolvidos, os mediadores de fertilidade¹, as quantidades produzidas, as quantidades da produção que são vendidas e as quantidades da produção que são doadas e/ou trocadas. Questões acerca do acesso a programas e políticas públicas foram inseridas nesse momento. Logo após, o questionário foi direcionado para o objeto da pesquisa – o extrativismo.

O campo iniciou com uma viagem exploratória ao município de Cavalcante (GO) entre 18 e 20 de junho de 2022 para fortalecer contatos e entender o cenário do município. Essa primeira ida a Cavalcante contribuiu para encontrar e conhecer pessoas chave que nos ofereceram o primeiro contato com a dinâmica local. A segunda ida, dessa vez, para a comunidade Vão de Almas pelo período de 13 a 16 de agosto de 2022, teve o intuito de encontrar pessoalmente os sujeitos da pesquisa, apresentar a pesquisa e ter um contato direto com a comunidade. Na terceira ida a campo a metodologia foi aplicada. Este último campo foi realizado entre 22 a 28 de agosto de 2022 e foram entrevistadas 6 famílias, lideradas por mulheres que praticam o extrativismo. Além das entrevistas houve observação participante do dia a dia das famílias, caminhada pelo território com moradores e encontros com pessoas que não eram os sujeitos de pesquisa, mas que em muito ajudaram a entender a formação do território Kalunga.

2.3. Modelização e fluxos

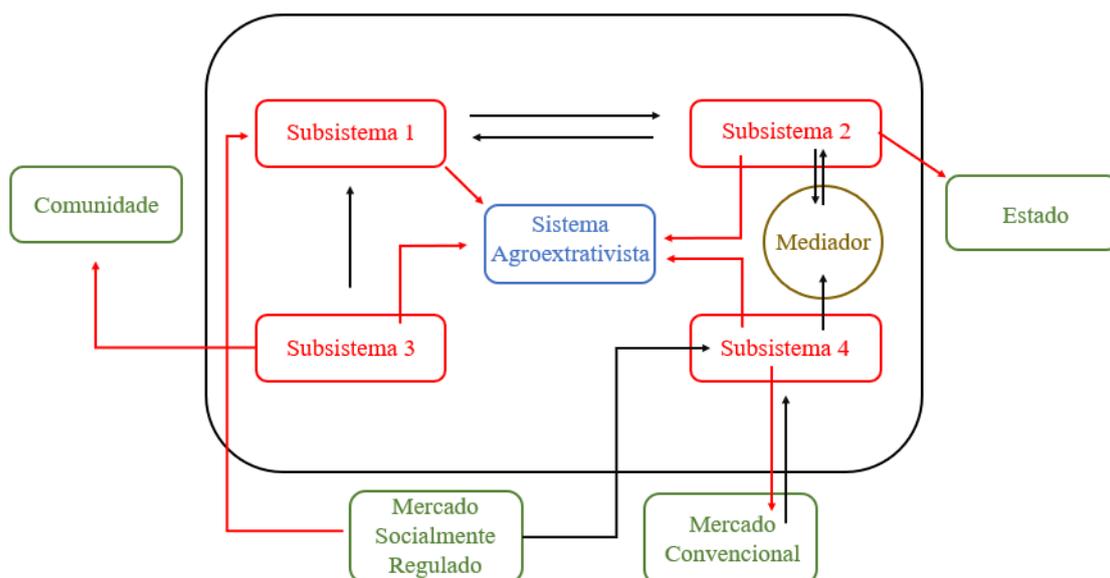
Realizadas as entrevistas, iniciou-se o processo de estruturação dos dados. O LUME propõe a modelização do sistema agroextrativista a partir da elaboração de uma estrutura visual. Essa etapa permite a visualização das relações entre os subsistemas.

A modelização consiste em ordenar os subsistemas e os mediadores dentro do sistema agroextrativista (Figura 4). No exterior do retângulo, acrescenta-se ao lado direito

¹ Corresponde aos equipamentos, benfeitorias, ou qualquer outro componente essencial para manutenção de determinado elemento do sistema agroextrativista.

o Estado, e ao lado esquerdo a Comunidade. Abaixo, inserem-se os dois tipos de mercado: o socialmente regulado e o convencional. Os mercados socialmente regulados são aqueles que seguem a lógica da troca/venda do território e operam localmente. Os mercados convencionais são os geridos por ordens mercantis e pela lógica de mercado.

Figura 04 – Exemplo do diagrama de fluxos de produtos e insumos.



Fonte: PETERSEN et al. (2017, 2021) adaptado.

Após a elaboração da modelização, foram elaborados os diagramas de fluxos. Os diagramas elaborados para esse projeto são o de insumos (setas pretas) e produtos (setas vermelhas). Os insumos são os recursos utilizados para manutenção dos subsistemas. Para tanto, deve-se saber a origem e a destinação do recurso.

Por produtos entende-se os resultados das produções que se tornam renda (monetária ou não monetária). Os produtos podem ser direcionados à própria família, o que significa a renda não monetária, ou para os suprassistemas² na forma de renda monetária. Caso o produto vá para o suprassistema Comunidade, ele é entendido como renda não monetária, pois admite-se que em algum momento esse produto será devolvido dentro das relações de troca na comunidade.

2.4. Análise de dados

Para análise qualitativa dos dados, o LUME propõe a utilização dos atributos sistêmicos de sustentabilidade. Esses atributos representam “as qualidades resultantes das

² Instituições externas ao sistema agroextrativista – a comunidade, o mercado e o Estado.

estratégias de reprodução econômico-ecológica colocadas em práticas” pela família (PETERSEN et al., 2017, p. 131). A análise é feita a partir dos seguintes atributos: autonomia; responsividade; integração social; equidade de gênero. A lista de atributos com os parâmetros e critérios foi adaptada de Petersen et al. (2017; 2021) para este projeto e pode ser conferida nos quadros 1 a 4.

Quadro 1. Atributo autonomia.

PARÂMETRO		CRITÉRIOS
BASE DE RECURSOS AUTOCONTROLADA	Equipamentos/Infraestrutura	Nível de estruturação do agroecossistema. Quaisquer restrições ao desempenho do agroecossistema econômico e à qualidade de vida da família devido à insuficiência de infraestruturas (habitação, cercas, currais, eletrificação etc.) e equipamentos (máquinas forrageiras, carros, tratores, tanques, esterqueiras, etc.).
	Capacidade de Trabalho	Disponibilidade quantitativa e qualitativa da força de trabalho da família efetivamente alocada para a gestão de agroecossistemas.
	Forragem/Ração	Biomassa forrageira produzida no agroecossistema ou livremente apropriada em terras comunais. Permite identificar a existência de deficiências quantitativas ou qualitativas no fornecimento anual de alimentação animal.
	Disponibilidade de Água	Disponibilidade de água para atender os consumos humano, pecuário e agrícola no agroecossistema Aspectos a considerar ao analisar esse critério: 1) volume e estabilidade do abastecimento natural (chuvas, rios, lençóis freáticos, águas subterrâneas etc.). 2) infraestruturas de coleta, armazenamento e distribuição de água para diferentes consumos.
	Disponibilidade de Terra	Extensão territorial do agroecossistema, ou seja, o espaço ambiental no qual a família se apropria dos bens ecológicos para convertê-los em bens econômicos.
	Autoabastecimento alimentar	Nível de abastecimento alimentar da família (em quantidade, qualidade e diversidade) a partir da produção gerada no próprio agroecossistema e/ou produção doada por membros da comunidade por meio de relações de reciprocidade.
RECURSOS PRODUTIVOS MERCANTIS	Terra de terceiros	Autonomia em relação ao uso da terra em regime de aluguel, arrendamento e outros esquemas de pagamento pelo direito de uso.
	Sementes, mudas, mat. propag., crias	Autonomia em relação à aquisição de recursos genéticos utilizados no agroecossistema.
	Água	Autonomia em relação à aquisição de água para consumo humano, doméstico, agrícola e pecuário.

	Forragem/Ração	Autonomia em relação às fontes de alimentação animal de origem comercial.
	Trabalho de terceiros	Autonomia em relação à contratação de serviços de terceiros para realizar atividades relacionadas à gestão de agroecossistemas (em todas as esferas de trabalho: mercantil e de autoconsumo; doméstico e de cuidado; participação social).

Fonte: PETERSEN et al. (2017, 2021) adaptado.

Quadro 2. Atributo responsividade.

PARÂMETRO	CRITÉRIOS
Biodiversidade (Planejada ou associada)	Diversidade, adaptabilidade e funções ecológicas dos recursos genéticos vegetais e animais mantidos no agroecossistema. Níveis mais altos de diversidade e adaptabilidade dos recursos genéticos proporcionam melhores condições para gerenciar os riscos associados aos efeitos sazonais e perturbações ambientais e/ou econômicas imprevistas. Além disso, as funções ecológicas geradas pela biodiversidade contribuem para melhorar a ciclagem dos nutrientes, a economia da água e a regulação das populações de insetos-praga e organismos patogênicos.
Diversidade de Mercados Acessados	Variedade de circuitos comerciais utilizados para escoar a produção do agroecossistema. Essa avaliação considera os mercados em diferentes níveis de formalização. Por exemplo: vizinhança, venda a intermediários, feiras, supermercados, empresas, mercados institucionais etc.
Diversidade de Rendas (agrícolas e não-agrícolas)	Itens que compõem a renda agrícola (monetária e não monetária) e a renda gerada pelo trabalho não agrícola. As rendas obtidas regularmente por meio de programas de transferência do Estado ou remessas de parentes também são consideradas.
Estoques de Insumos	Recursos produtivos armazenados no agroecossistema para serem utilizados nos ciclos de produção subsequentes. Eles são geralmente estocados em infraestruturas do agroecossistema. Exemplos: água, sementes, forragens, adubos orgânicos. Podem também ser mobilizados a partir de estoques comunitários (bancos de sementes, reservatórios de água, viveiros etc.) O uso desse critério está relacionado aos efeitos (positivos e negativos) da evolução desses estoques sobre a estabilidade do agroecossistema.
Estoques Vivos	Estoques em pé presentes no agroecossistema. Funcionam como uma reserva de recursos estratégicos mobilizados em momentos críticos de crise econômica, ecológica e/ou em extremos climáticos. Também podem ser usados para investimentos estruturais no sistema. Exemplos: rebanhos formados e/ou reservados para esse fim, campos de produção de forragem, recursos florestais etc.

Fonte: PETERSEN et al. (2017, 2021) adaptado.

Quadro 3. Atributo integração social.

PARÂMETRO	CRITÉRIOS
Participação em espaços político-organizativos	Nível de interação de um ou mais membros da família em organizações de caráter político-organizativo. Destaca-se nesse critério de avaliação a participação em sindicatos, cooperativas, associações comunitárias, grupos de mulheres e jovens e outras organizações relacionadas ao acesso ou à defesa de direitos sociais e políticos.
Acesso a políticas públicas	Grau de acesso aos recursos redistribuídos pelo Estado por meio de políticas públicas. Esses recursos podem ser acessados diretamente dos órgãos oficiais ou intermediados por organizações da sociedade civil. Esse critério de avaliação considera a diversidade de políticas acessadas, bem como a regularidade do acesso por um ou mais membros da família. Os recursos públicos acessados podem ser ou não investidos diretamente no agroecossistema. A avaliação inclui políticas agrícolas (crédito, serviços de extensão etc.), sociais (transferências de renda, seguridade social etc.), infraestrutura (luz, manutenção de estradas públicas etc.), saúde e educação.
Participação em redes sociotécnicas de aprendizagem	Interação de um ou mais membros da família em processos de aprendizagem relacionados diretamente à qualificação do trabalho na gestão de agroecossistemas. Essa avaliação deve considerar os processos de aprendizagem continuada, sejam eles formais ou informais, o que inclui a participação sistemática em atividades de capacitação, intercâmbios, pesquisas participativas, seminários, oficinas etc. Os processos de educação formal oferecidos pelo Estado devem ser considerados no parâmetro acesso a políticas públicas.
Participação em espaços de gestão de bens comuns	Interação de um ou mais membros da família em ações coletivas visando a governança de bens comuns em âmbito comunitário ou territorial. Essa interação corresponde ao tempo dedicado à gestão de instalações comunitárias (bancos de sementes, agroindústria, máquinas, carros etc.), recursos naturais de apropriação coletiva (pastagens, terras agrícolas, sementes, animais, reservas de água etc.), mercados locais (feiras), sistemas de trabalho cooperativo (grupos de trabalho, mutirões, etc.), fundos rotativos solidários, etc. Nota: Os processos locais de construção do conhecimento são avaliados separadamente por meio do parâmetro participação em redes sociotécnicas de aprendizagem.

Fonte: PETERSEN et al. (2017, 2021) adaptado.

Quadro 4. Atributo equidade de gênero.

PARÂMETRO	CRITÉRIOS
Divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados (adultos)	Nível de simetria na divisão das tarefas domésticas e de cuidado entre homens e mulheres adultos da família. Divisões mais simétricas indicam maior equidade nas relações de gênero no âmbito da família.

Divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados (jovens)	Nível de simetria na divisão das tarefas domésticas e de cuidado entre homens e mulheres jovens na família. Divisões mais simétricas indicam maior equidade nas relações de gênero.
Participação nas decisões de gestão do agroecossistema	Nível de simetria entre homens e mulheres quanto ao poder de decisão no que se refere à estruturação e às estratégias de gestão dos agroecossistemas, bem como nas atividades de comercialização.
Participação em espaços sócio-organizativos	Nível de simetria entre homens e mulheres na participação em organizações (formais e informais), redes e movimentos sociais.
Apropriação da riqueza gerada no agroecossistema	Grau de equidade entre homens e mulheres na apropriação da renda gerada pelo trabalho da família.
Acesso a políticas públicas	Igualdade entre homens e mulheres em relação ao acesso autônomo e/ou ao poder de decisão quanto ao uso de recursos recebidos via políticas públicas.

Fonte: PETERSEN et al. (2017, 2021) adaptado.

O atributo “Protagonismo da juventude” no método tem o foco em demonstrar como o acesso a novas oportunidades para os jovens altera o cenário da agricultura familiar. Como esse atributo, ainda que tenha extrema relevância para entender essas dinâmicas de transformação rural, não conversa diretamente com o objetivo do trabalho, optou-se por retirá-lo.

A análise do quadro de atributos é feita a partir da leitura dos dados levantados em campo. Serão atribuídos escores a cada parâmetro que vai de 1 a 5, onde 1 equivale a muito baixo; 2 equivale abaixo; 3 equivale a médio; 4 equivale a alto; e 5 equivale a muito alto. Para tornar claro esse processo, digamos que daremos nota 4 ao parâmetro “água” do critério “Autonomia”. Isso significa que de acordo com os dados levantados através das entrevistas, somada a realidade observada em campo e com os debates e reflexões, considerou-se que a família possui alto grau de autonomia em relação a esse recurso.

A utilização de escore simplifica a tradução dessa rede de variáveis e torna mais tratável a compilação dos dados. Feita a atribuição do escore para cada parâmetro selecionado, essa pontuação é inserida na planilha de avaliação de atributos sistêmicos³. Na planilha, os escores são processados automaticamente e geram índices agregados (0 a 1) que representam a avaliação qualitativa dos atributos sistêmicos. Conforme são inseridos os escores, a planilha produz gráficos do tipo radar que representam visualmente a avaliação qualitativa.

³ Disponível em: <http://aspta.org.br/2015/05/25/metodo/>.

A análise que será utilizada nessa pesquisa é denominada “Análise comparativa transversal”, onde são comparados sistemas agroextrativistas do mesmo território, no mesmo ano agrícola. No entanto, outro tipo de análise, “Análise comparativa longitudinal”, pode ser realizado. Esta pode ser examinada de forma pontual (no ano atual) ou em retrospectiva, onde são comparados dois momentos diferentes do sistema agroextrativista (ano atual e ano de referência).

Como resultado da Análise comparativa transversal tem-se a avaliação qualitativa por meio dos índices agregados representados no gráfico radar. Os dados serão coletados a partir do contexto do sistema agroextrativista e serão interpretados segundo o entendimento da complexa realidade desses sujeitos (CRESWELL, 2010). Através do LUME, a pesquisa poderá alcançar seus objetivos e assim “lançar luz” nas relações internas e externas dos sistemas agroextrativistas.

3. A COMUNIDADE VÃO DE ALMAS

“A coleta de frutos do Cerrado é uma atividade importante para a senhora? Por quê?” Esse capítulo é iniciado com uma das 21 perguntas do questionário aplicado. As respostas obtidas dessa pergunta fizeram com que ao longo da escrita fossem elucidadas algumas relações que até então não haviam feito sentido. Essa pergunta é o coração deste trabalho. Todas as outras são relevantes, mas é essa que norteia e traz a verdadeira compreensão e sintetiza sobre o porquê, a despeito de toda dificuldade envolvida, as mulheres Kalunga ainda praticam atividade extrativista. Ao fim do capítulo, essa pergunta é retomada junto com as respostas das seis mulheres entrevistadas.

Por enquanto, os caminhos, a vida, e as produções da comunidade são descritas para que, parágrafo por parágrafo, seja construída na mente do leitor, a ideia do que é o território. O objetivo é que mesmo quem nunca tenha ido à comunidade Vão de Almas possa desfrutar da sensação que é estar lá e, principalmente, para que as dificuldades que elas enfrentam sejam nítidas, mas sobretudo que as estratégias e a sabedoria possam ser percebidas e apreciadas.

De Brasília até Cavalcante são 311km de estrada. De Cavalcante até o Vão de Almas são 81,5 km, desses 37,4km são de estrada de terra. Existe uma dificuldade em chegar no Vão de Almas que acende a urgência de estar no território. Isso porque desperta a curiosidade de saber o modo pelo qual as pessoas vivem num local de tão difícil acesso, questão que está tão distante da realidade de quem mora nas metrópoles onde as ruas e avenidas cruzam todas as regiões da cidade. Nas visitas a Cavalcante, mais de uma vez foi avisado que era difícil chegar ao Vão de Almas e que apenas automóveis com tração conseguiriam. Por esse motivo, é iniciada a escrita sobre como se dá o acesso até lá, seguindo assim a lógica natural que é feita quando se quer ir a um destino: entendendo as formas de acesso e o caminho.

Trata-se de um local que em parte se chama “Vão” e, portanto, fica num *vão*. Essa associação óbvia não havia sido feita até estar em Cavalcante na véspera de ir para o Vão. Aqui, uma pequena pausa para um acordo com o leitor. Daqui para a frente para falar do Vão de Almas, será escrito apenas Vão. Os moradores da região o chamam assim e depois do campo vivido, falar Vão soa mais familiar e natural, trazendo consigo todo o respeito pela comunidade e as lembranças das boas experiências vividas.

Para chegar, segue-se pela GO-118, que liga Brasília (DF) a Campos Belos (GO). Em determinado ponto da rodovia estadual, vira-se à esquerda numa estrada de chão. E

aqui começa o verdadeiro trajeto até o Vão, porque é onde toda a história ouvida sobre dificuldade de acesso se torna real. Toda a estrada é de chão, onde em diferentes trechos se atravessa o rio Alma (Figura 5). A região tem quatro importantes rios: Paranã, Alma, Capivara e Gameleira. O Rio Alma também é conhecido por Rio Branco por alguns moradores. Eles o chamam de Rio Branco pois dizem que Rio Alma é um termo “pesado” e que traz mau agouro.

Quando na época das águas (assim chamada a época de chuvas na região que vai de novembro a março), os rios enchem e dificultam ainda mais a mobilidade dos moradores. Existe uma ponte que facilitaria essa locomoção, mas na época da pesquisa ela estava interditada pois havia desabado. Os moradores demonstraram profundas preocupações pois a época de chuva estava chegando e a ponte não estava pronta.

Figura 5 – Trecho do Rio Alma (Rio Branco).



Fonte: Autoria própria

Da beira da rodovia até chegar próximo das casas é um trajeto longo e com curvas acentuadas e perigosas (Figura 6). Como já é de se esperar não tem proteção lateral (elemento que evita saída de veículos da estrada), portanto, as curvas são feitas com muito cuidado, ainda que seja um condutor experiente. Em muitos pontos, a areia afofa e por esses e outros motivos é interessante ir com pessoas que já tenham o costume de dirigir na região.

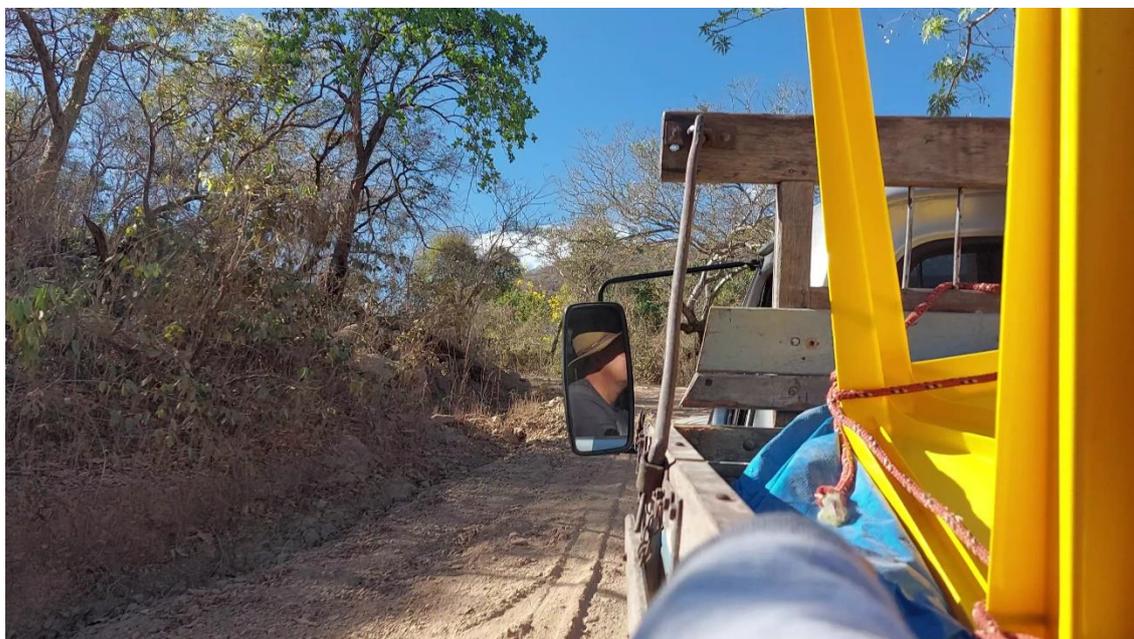
Figura 6 – Estrada para o Vão de Almas.



Fonte: Autoria própria

Não são todos os moradores que possuem carro, esses dependem de caronas de vizinhos que estão indo para a cidade, ou do caminhão da prefeitura que passa conforme pedido dos moradores do Vão. O acesso é difícil, a estrada é perigosa, para muitas pessoas a locomoção depende de terceiros (Figura 7). Dado todos esses pontos, já pode-se imaginar que é uma comunidade autossuficiente.

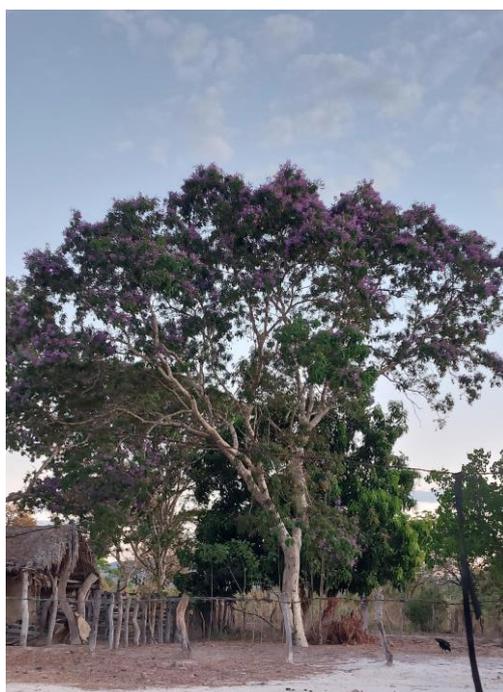
Figura 7 – Caminhão na estrada para o Vão de Almas.



Fonte: Autoria própria

O período vivido na comunidade coincidiu com a época de floração da sucupira (Figura 8), uma árvore de belas flores roxas que dão a matéria prima para fabricação do tingui – sabão fabricado pelas mulheres Kalunga para tomar banho. Á época, em qualquer estrada que andasse, poderia ser vista de longe aquela bela copa colorida de roxo enfeitando o caminho.

Figura 8 – Sucupira.



Fonte: Autoria própria

Existem fatos interessantes sobre a comunidade. A vila temporária, as escolas, as casas, a questão da energia, da água, as produções agroextrativistas, a criação de animais, as compras na cidade, a locomoção dentro do território, as relações sociais. Cada aspecto mencionado não está isolado dos demais, porém serão abordados em pequenas seções para seguir uma organização de leitura e para a construção mental da ideia do território conforme combinado na primeira página do capítulo.

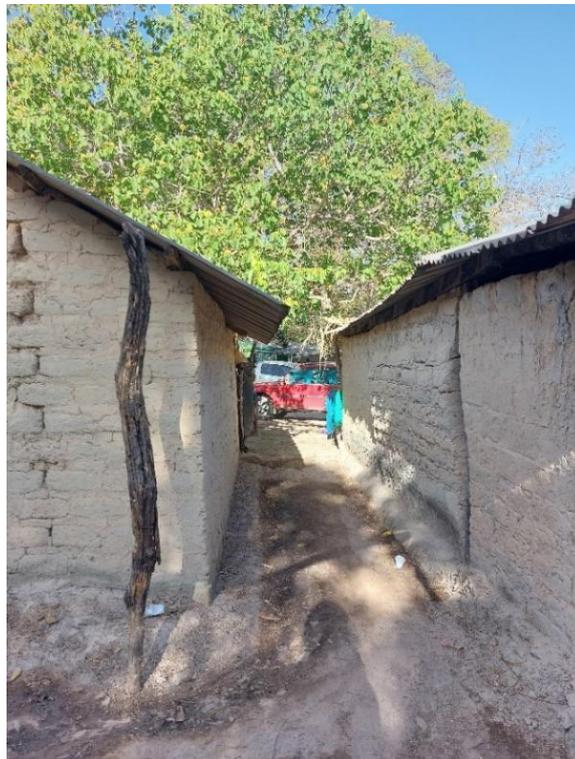
3.1. A vila temporária

Essa pesquisa ocorreu na época da festa mais tradicional da comunidade. Relata-se sobre ela, pois é uma festa que mostra a fusão da tradição com o novo, da cultura Kalunga com outras culturas. É uma grande festa que ocorre numa área da comunidade chamada de Vila.

Em muitas conversas com os moradores, foi explicado que essa vila foi construída próximo à capela para abrigar as famílias no dia do festejo de Nossa Senhora da Abadia. Essa época é tradição para a comunidade e a romaria dura de 12 a 17 de agosto. Após dois anos sem festa devido à pandemia da COVID-19, o ano de 2022 foi o retorno do festejo. A arrumação da vila para a festa começa dias antes da data da romaria. As pessoas vão com antecedência para montar suas estruturas para a venda de comidas e bebidas durante o festejo, para que no dia 12, quando começam a chegar pessoas de fora, a vila já esteja pronta para iniciar os cinco dias de festa.

A vila é um conjunto de casas pequenas feitas de adobe (Figura 9). A energia ficou por conta do gerador trazido de Cavalcante e garantiu a iluminação noturna da vila (Figura 10) e a água vem do rio Alma. Foram construídos banheiros na entrada da vila, onde também há cabines com chuveiros. Mas a preferência de todos os participantes é tomar banho no rio e os moradores alertam para a presença de araias nas águas. Foram ouvidas histórias sobre acidentes com esses animais. No entanto, não foi observado nenhum animal próximo ao lugar de banho e a festa seguiu sem incidentes do tipo.

Figura 9 – Casas na vila.



Fonte: Autoria própria

Figura 10 – A vila à noite.



Fonte: Autoria própria

As casas da vila são dos moradores do Vão. Turistas e pessoas de fora geralmente ficam acampados. Eram muitas as barracas erguidas por toda a vila, se estendendo até próximo ao rio. O festejo não acontece na época de chuva, mas durante o dia o calor é grande e a noite a temperatura cai consideravelmente. Com o clima seco, a poeira era inevitável. Para amenizar essa situação, um caminhão pipa passava a noite molhando o chão.

E, claro, em época de festejo, algumas pessoas aproveitam para vender comidas e bebidas. E outros até montam barracas com jogos. Uma barraca de comida vendia todas as refeições – café da manhã, almoço e jantar – e inclusive vendia açaí (o qual acabou no terceiro dia de festa). A oferta de comida e bebida é grande com opções de churrasquinho, pastel, janta e várias bebidas, como sucos, refrigerantes, bebidas alcoólicas e água.

Por se tratar de uma festa, as músicas ficavam por conta das pessoas. Geralmente, havia mais de duas músicas tocando ao mesmo tempo. O curioso é que em duas tendas, uma em frente à outra, havia músicas diferentes tocando. Enquanto de um lado podia-se escutar o piseiro⁴, do outro ouvia-se o brega⁵. Passar entre as duas tendas era sempre um desafio, pois as duas estavam igualmente cheias. A música parava quando estava em alguma celebração religiosa da romaria.

Havia muitas pessoas no festejo, mas para os moradores esse ano não foi o mais cheio. Ressaltaram que geralmente há muito mais pessoas nos dias da festa. Observou-se

⁴ Estilo musical derivado do forró.

⁵ Estilo e gênero musical brasileiro.

pessoas que chegavam e saíam de carro no mesmo dia, iam apenas para passar o dia no festejo e voltar para a cidade no fim do dia.

Não há sinal de celular, então a regra é aproveitar a festa, comer comidas locais deliciosamente preparadas, conhecer pessoas, aproveitar o rio Alma, apreciar as celebrações religiosas e admirar o cerrado que cerca toda a Vila. No último dia de festa, grande parte das pessoas de fora já foram embora e ficam os moradores desmontando suas barracas e deixando a Vila. E então, no ano seguinte, a animação e a vida da vila volta a acontecer.

Inicia-se o próximo tópico falando da comunidade Vão de Almas em seus outros aspectos, como a disposição das casas, a escola, o acesso a água, a energia, as produções agroextrativistas, e as relações sociais.

3.2. As casas

Num território tão grande quanto o dos Kalunga em Cavalcante é de se esperar que as casas da comunidade sejam distantes umas das outras. No Vão de Almas, as casas ficam a consideráveis distâncias. A não ser nos casos em que os filhos construíram a poucos metros da casa dos pais as próprias casas para constituírem suas famílias. Dentre as casas visitadas, em sua maioria, o vizinho mais próximo fica a cerca de 1 quilômetro de distância, porém essa distância é facilmente aumentada em alguns casos.

A arquitetura das casas segue um padrão de casas feitas de adobe com cobertura de palha (Figura 11). O adobe é o que dá forma às casas. Feito com terra e água, essa mistura é colocada em fôrmas (as fôrmas podem ser de madeira ou de ferro) e ficam secando por 1 ou 2 dias (Figura 12). Quando secos, são retirados dos moldes e usados para a construção das casas. O adobe traz para as casas o conforto térmico. Na seca, com temperaturas elevadas, dentro de casa é refúgio, estando mais fresco que o exterior.

Figura 11 – Casa no Vão de Almas.



Fonte: Autoria própria

Figura 12 – Fabricação de adobe.



Fonte: Alcení Torres

A cobertura das casas é feita com palha. O início do processo da construção do telhado é feito no sentido da base para o topo. A primeira fileira de palhas é feita e somente depois de finalizada se inicia a segunda fileira. Assim vai sendo construído sucessivamente até chegar ao topo, finalizando então o telhado. Essa cobertura não permite entrar luz direta do sol e tampouco chuva. A manutenção se faz quando há alguma

palha velha, que então é trocada. Uma moradora relatou sobre o telhado “a manutenção é pouca, pois é um telhado que dura muitos anos sem precisar de troca de palha frequente”.

As janelas são pequenas aberturas na parede. O alongamento das palhas do telhado para além da parede impede que a água da chuva adentre pelas aberturas. Ao primeiro olhar, pode parecer que as casas são escuras por dentro, mas não são. A quantidade de luz oferecida por essas aberturas é ideal para ficar o dia inteiro sem precisar ligar lâmpadas. Hoje, há energia em boa parte da comunidade, mas a energia elétrica chegou no Vão de Almas apenas em 2017, segundo moradores. Portanto, as construções eram feitas sabendo exatamente a quantidade de janelas necessárias para clarear o ambiente na época em que não havia energia elétrica. No ano desta pesquisa (2022) a companhia elétrica ainda estava finalizando a instalação de postes na comunidade.

A disposição das casas no lote é interessante. A primeira construção que se vê é destinada a sala e quartos e costuma ser maior. Existem duas portas de entrada nas casas e estão alinhadas frente a frente. A primeira porta dá de frente para o lote e a segunda leva para a segunda construção que é destinada apenas para cozinha. As portas são de madeiras e não têm chaves. As casas ficam o dia abertas, sendo fechadas apenas à noite. Vez ou outra, segundo uma moradora, a porta é fechada a fim de não receber visitas. Uma vez que a porta esteja fechada supõe-se que não há ninguém e a visita vai embora.

Há variações nas disposições das casas, é claro. Um dos lotes visitados pertence a um casal que havia construído apenas uma casa com todos esses espaços integrados. Em outro lote havia duas casas de adobe e uma casa de alvenaria. E em outro, estava sendo construída uma casa de alvenaria. Em outro lote havia duas casas para abrigar a sala, os quartos e a cozinha e uma terceira construção para abrigar apenas o fogão a lenha (Figura 13) - ainda que na construção destinada à cozinha tivesse um fogão a lenha, ele não era utilizado. Todas as refeições eram preparadas apenas na construção destinada exclusivamente ao fogão a lenha (na figura, em coloração laranja). Nota-se que essa construção tem muito mais janelas e tem tamanho menor em comparação às outras construções.

Figura 13 – Construção para fogão a lenha.



Fonte: Autoria própria

3.3. Infraestrutura

O acesso à educação na comunidade é possível a partir de seis escolas. A Figura 14 mostra uma das seis escolas da comunidade. Em duas escolas é oferecido até o ensino médio e em outras quatro escolas é oferecido até o quinto ano. O horário de aulas pela manhã é das 07h30 às 11h30 e das 12h30 às 16h30 no período da tarde. Em zonas rurais as aulas precisam terminar antes de escurecer já que parte das alunas e dos alunos voltam para casa a pé. Na comunidade há um micro-ônibus que passa para transportar os estudantes para as escolas. No entanto, segundo o relato de um adolescente estudante do período da tarde, ele prefere ir andando o trecho de aproximadamente 1,5 quilômetro no calor de 12h30, porque o micro-ônibus é “cheio e barulhento”.

Figura 14 – Escola na comunidade.



Fonte: Autoria própria

A escola possui uma estrutura simples, com dois blocos contendo salas de aula e banheiros e um terceiro bloco abriga um pátio. Ao lado da escola, há uma igreja evangélica. Pode-se ver na Figura 14, uma construção do lado esquerdo. Essa proximidade de construções é rara de ser vista na comunidade, exceto como já explicado anteriormente, quando filhos constroem casas próximas às dos pais. A proximidade das duas construções pode ter se dado por estratégia de localidade, já que a escola é um ponto onde há grandes movimentações de jovens, ou por acesso a recursos que poderiam ter chegado na escola antes dos demais locais, como a energia elétrica. Independentemente da intenção da construção da igreja próxima à área escolar, o fato é que uma frequentadora relatou que esta é esvaziada e que os líderes trabalham para tentar manter os fiéis que congregam.

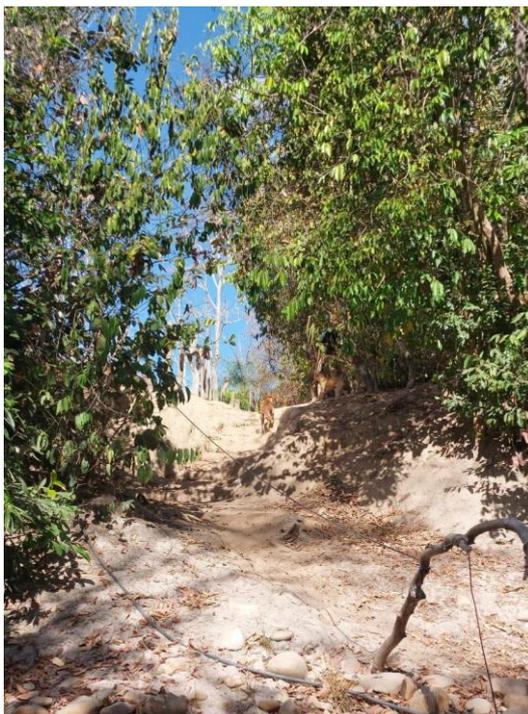
A romaria citada no início é uma festa católica em homenagem a Nossa Senhora D'Abadia, que teve uma boa movimentação de pessoas durante os dias de festejo. Não cabe nesta pesquisa a discussão religiosa sobre a dualidade das religiões católica e evangélica, mas cabe mencionar e ressaltar que as duas crenças estão presentes no território e que fazem parte da tradição e da vida do povo Kalunga.

3.4. Água e energia

O povo Kalunga da comunidade do Vão de Almas passou mais tempo sem energia do que com acesso ao recurso. Como já dito, mais de um morador relatou que a energia chegou na comunidade em 2017 e que, no entanto, não chegou em todas as casas. Na visita a comunidade no ano dessa pesquisa, a Companhia responsável pelo oferecimento de energia em Goiás, estava terminando de instalar postes de luz na comunidade e alguns moradores ainda não possuíam acesso à energia elétrica. As casas que já possuíam, podia-se ver geladeiras, televisão e freezers.

A presença de energia permite que as famílias tenham bomba para puxar água do rio até as casas. Na Figura 15 é possível observar um tronco no lado direito inferior suportando o fio elétrico que faz a bomba funcionar. A bomba leva a água através do cano que está no chão, até a caixa d'água que fica mais próxima do lote.

Figura 15 – Estrutura para pegar água no rio.



Fonte: Autoria própria

Na escola, a água é fornecida pelo Rio Gameleira. É evidente que a bomba usada para abastecer a escola (Figura 16) é mais robusta que as das casas. Possibilita que se tenha condições para cozinhar as merendas, que as crianças tenham água para beber e que os banheiros possam ser utilizados mantendo-se as boas condições de higiene.

Figura 16 – Bomba d'água na escola.



Fonte: Autoria própria

Outra forma de ter acesso à água é por meio das cisternas instaladas pelo Governo Federal em 2015 (Figura 17). Pensado principalmente para famílias de baixa renda do semiárido, o programa chegou a outras regiões do Brasil onde a população rural carente sofre não apenas com a falta de água em algumas épocas do ano, mas também com a falta de local de armazenagem de água. O Governo Federal em 2018, através do Projeto Kalunga: Água é vida, construiu cerca de 20 cisternas de capacidade de 16 mil litros na comunidade Vão de Almas, segundo informações passadas por uma moradora.

Esse projeto também construiu cisternas nos municípios vizinhos de Cavalcante, como Monte Alegre e Teresina de Goiás, no Estado de Goiás. No entanto, em razão da dificuldade de transitar na estrada e de atravessar as serras, somado ao período da COVID-19, o projeto interrompeu suas atividades e até o momento da publicação desta pesquisa, não havia retornado. Segundo a moradora, faltaram 5 cisternas para serem feitas na comunidade Vão de Almas.

Figura 17 – Cisterna familiar.



Fonte: Autoria própria

Algumas famílias tinham de ir até um curso d'água para pegar água com balde e bacias e retornar para suas casas. Com a construção das cisternas essa dificuldade foi solucionada. Essas construções possibilitam que na época da chuva a água seja acondicionada para que na estação seca não lhes falte o recurso.

4. CADA CASA, UM CASO

O presente capítulo apresenta, da forma mais minuciosa possível, o sistema agroextrativista de cada família visitada. Cada subitem conta com elementos essenciais para o entendimento do sistema. Primeiro, claro, a composição da família que varia entre pai, mãe e filhos; e casal sem filhos. Seguindo, uma breve descrição da propriedade, que fornece uma indicação da condição de cada família, onde em algumas existe construção em alvenaria e em outras não há energia elétrica. Correndo o texto, apresentam-se as produções e criações, para as quais a formação não varia muito de uma casa para outra.

Entre uma linha e outra acrescentam-se detalhes que ajudam na visualização dos sistemas agroextrativistas e na configuração da família e da propriedade. Próximo ao final do subitem, apresentam-se os fluxogramas para o apoio visual dos fluxos de trabalho, matéria, dinheiro e informação⁶ que acontecem dentro desse sistema. Os fluxogramas apresentados estão longe de serem estáticos, na verdade, estão em contínua transformação, mudança que acontece conforme o tempo requer. Portanto, os fluxogramas apresentados trazem a realidade do momento da entrevista, remetem àquela época e não impedem que hoje as famílias possam ter rearranjado outros fluxos e componentes.

Por último, encontram-se as análises qualitativas, feitas a partir das observações de campo, das entrevistas e do que foi conversado fora das entrevistas. Tais análises são processadas por uma tabela concedida pela AS-PTA e que faz parte do método LUME. As tabelas com cada parâmetro, score e justificativa estão no Apêndice B. No texto, de forma a representar visualmente os resultados, serão apresentados os gráficos radar para cada atributo e, na síntese, além do gráfico radar, apresenta-se a tabela síntese com os índices para cada atributo. Essa ordem de apresentação seguirá para todas as famílias. Vale ressaltar que os resultados qualitativos, sozinhos, não compreendem a totalidade do que foi vivido em campo. No entanto, é mais uma ferramenta que ajuda a formar uma visão mais aproximada possível da realidade, no intuito de trazer contribuições para a comunidade.

Valem, nesse ponto, três considerações importantes sobre o fluxograma. A primeira é que na categoria “Mercadorias” estão inseridos tanto produtos alimentícios para humanos quanto produtos alimentícios para animais, vestimentas ou qualquer

⁶ Informações obtidas através de conversas, compartilhamento de conteúdos por redes sociais ou qualquer outra fonte de onde se obtém informações.

produto que a família tenha acesso nos estabelecimentos da cidade. Segundo, na categoria “Diária” está a mão de obra que a família contrata para serviços dentro da propriedade e a mão de obra que a família vende, ou seja, o integrante da família que faz “diária para fora”. Assim, o fluxo monetário nessa categoria terá os dois sentidos: Família - Diária (contratada pela família) e Diária - Família (integrante que faz diária para fora).

A última consideração importante é sobre a categoria “Extrativismo”. Ela aparece no limite da delimitação do agroecossistema. Isso se deve ao fato de que as famílias praticam a atividade extrativista dentro da propriedade, mas também para além dessa, percorrendo, como poderá ser visto nas próximas linhas, longas distâncias para terem acesso aos frutos. Outra consideração ainda nessa categoria, é que, algumas vezes, haverá fluxos monetários no sentido Extrativismo – Família e outras vezes no sentido Venda – Família. Significa que são vendidos produtos *in natura* e/ou vendidos produtos processados, respectivamente. No texto, essa diferenciação será ressaltada.

Nas próximas páginas poderá ser encontrada uma descrição cuidadosamente escrita de forma a ser respeitosa com cada família. Mantiveram-se os nomes das plantas e demais termos como foram falados. O primeiro subitem (Família 1) conta com fotos como um elemento a mais para visualização das descrições. Infelizmente, não foram obtidas fotos das demais propriedades visitadas.

4.1. Família 1

A primeira família entrevistada é composta por pai, mãe, filha, filho e neta. A mãe e o pai se identificam como lavradores. Os dois trabalham na roça e não são aposentados. Os filhos estudam na escola da comunidade e fazem alguns trabalhos por fora. O filho também trabalha com a castanha de caju, torrando, quebrando e embalando para venda (Figura 18). A neta, ainda muito pequena, fica em casa sendo cuidada por todos. O casal possui mais três filhos que moram em cidades próximas, como Alto Paraíso e Cavalcante.

Figura 18 – Castanha de caju torrada.



Fonte: Autoria própria.

Herdada da família do pai, eles moram no local desde 1990. Dentro da propriedade encontram-se duas construções principais e três adjacentes. Percebe-se que a divisão das construções conta uma história (Figura 19). Das duas construções principais, a primeira, aquela que te recebe quando se aproxima da propriedade, é onde ficam a sala e os quartos. De chão batido e portas e janelas de madeiras, com telhado de palha. A sala é onde a família se reúne à noite para assistir à televisão. Na segunda construção principal – logo em seguida da primeira, separadas apenas por um corredor externo – encontra-se a cozinha com fogão a gás e a lenha, que estão em desuso. Essas duas habitações citadas foram as primeiras a serem construídas.

Figura 19 – Construções na propriedade.

(A)



(B)



(A) Construção à esquerda: sala e quartos. Construção à direita: cozinha. (B) Construção à esquerda: cozinha. Construção à direita: fogão a lenha.

Fonte: Autoria própria.

Seguindo para o terreno, logo perto tem-se uma construção destinada a um segundo fogão a lenha. Esse, usado diariamente, é também local onde se janta e se senta

para uma conversa. Um pouco atrás dessa construção, encontra-se a loja (Figura 20). Local destinado à exposição e venda dos produtos do extrativismo (Figura 21). Cômodo pequeno, mas que comporta diversos produtos. Ao lado, encontra-se o galpão que a família investiu para receber visitantes ocasionais. Quando não há visitantes, o quarto é ocupado pela filha mais velha.

Figura 20 – Loja.



Fonte: Autoria própria.

Figura 21 – Produtos para venda.



Fonte: Autoria própria.

Na propriedade, há um galinheiro – onde as galinhas não ficam, pois são criadas soltas. Essas são alimentadas com restos de comidas e milho. A família também cria gado solto (Figura 22). Eles se alimentam do que o cerrado oferece. Por vezes, a família oferece

farinha de mandioca aos animais. Não foi mencionado se há, ocasionalmente, compra de ração para complementar a alimentação animal.

Figura 22 – Criação solta.



Fonte: Autoria própria.

Em um pedaço da propriedade há plantação de mandioca (Figura 23). Os pés estavam na altura de aproximadamente 1,5m. Há também dois espaços reservados para futuras hortas. O local já está limpo e cercado, esperando o tempo de plantar. Descendo a propriedade, está o rio Pedra Preta, de onde é tirada toda a água para uso da família. Para lá do rio Pedra Preta, cerca de 3km, há uma área cedida por um amigo da família onde eles plantam arroz.

Figura 23 – Plantação de mandioca.



Fonte: Autoria própria.

A propriedade tem uma construção destinada ao chuveiro. Ali, os banhos são tomados por volta do início do anoitecer. A família possui energia elétrica e internet. A energia chegou em 2017 e a internet foi colocada em 2021. A internet tem um valor alto na região. Ter energia e internet são condições que, infelizmente, não se encontram em todas as casas das comunidades.

No patrimônio da família, inclui-se uma casa em Alto Paraíso, para onde o pai vai frequentemente. Essa casa também é usada para venda de produtos, onde o pai leva as encomendas feitas e entrega pela região. É também um "ponto de apoio" para a família quando há eventos que possam ocorrer nas redondezas, pois assim a família ou algum membro da família pode se hospedar. O que se percebeu foi que a ida a Alto Paraíso é feita com bom espaço de tempo, ou seja, ficam pela cidade, geralmente, por mais de três dias e, só então, retornam para o Vão trazendo mais encomendas e compras feitas na cidade.

O pai trabalha ativamente na roça que fica aos arredores da propriedade. A roça conta com milho, arroz, abóbora, jiló, quiabo, feijão de corda, gergelim, mamona – esses cultivos foram os lembrados pela família no momento da entrevista. São todos consumidos pela família e apenas o gergelim é vendido. A família não possui automóvel, então dependem principalmente de caronas para fazer o trajeto. Os filhos, como já dito, são estudantes, e por vezes fazem as chamadas “diárias”, que são os serviços prestados por um dia pelos quais recebem um valor pré-acordado.

A mãe é responsável por tudo que envolve coleta, transformação e venda dos produtos extrativistas. É quem está sempre no celular fazendo e firmando sua rede de contatos. Com uma sagacidade e inteligência consegue produzir, armazenar e vender seus produtos com facilidade. Uma pessoa que está sempre procurando trazer novos produtos e não deixa seu estoque vazio. Para garantir a venda e estoque cheio, compra produtos de outros moradores, pois afirma que não é legal “chegar alguém pra comprar e não ter o produto para vender”.

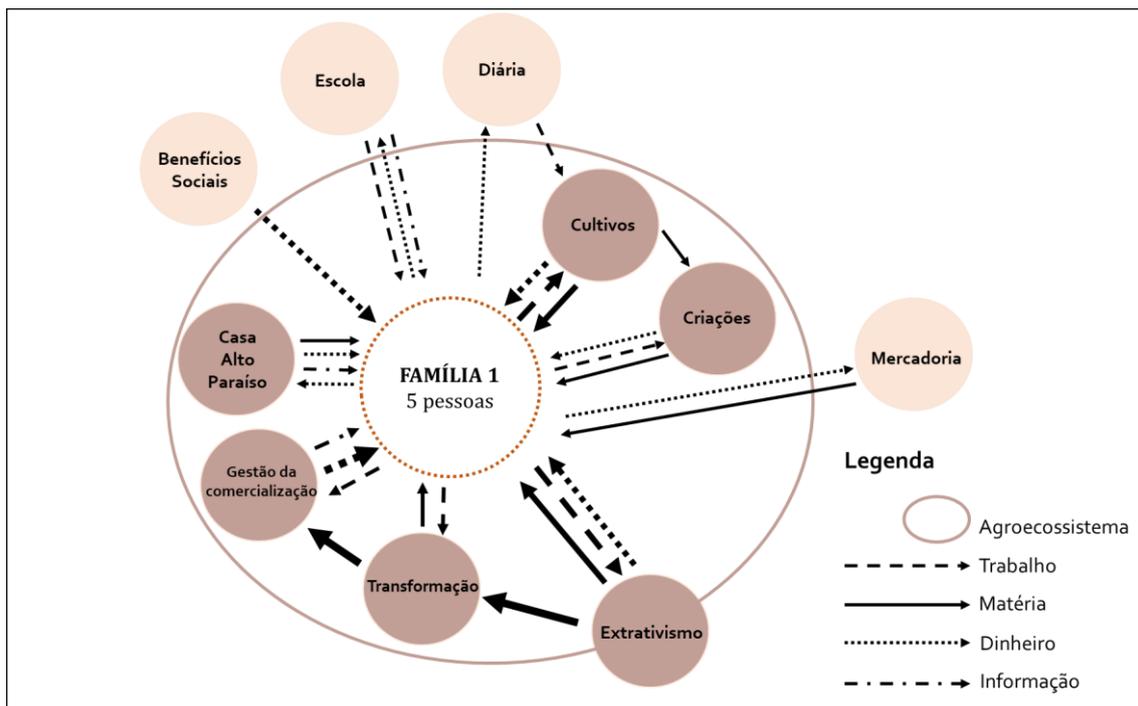
Em relação a novidades nos produtos vendidos, afirma que é a única a ter óleo de baru e castanha de babaçu, por exemplo. Realmente esse óleo não foi visto para venda em nenhuma outra propriedade. Os filhos, por vezes, participam da coleta dos frutos. A venda é principalmente feita pela mãe, porém o pai e um filho que mora fora também ajudam na comercialização. A renda do extrativismo é administrada pela mulher, a qual organiza o pagamento das despesas da casa.

O trabalho com o extrativismo é árduo para a família. A mãe relata que a distância e o sol quente são fatores que tornam a atividade mais difícil. Afirma que o que poderia facilitar é ter transporte para não andar tanto com os frutos e para otimizar o tempo. Mas reconhece a importância do extrativismo para a família e que quando a venda é pouca, afeta diretamente na renda familiar.

No fluxograma (Figura 25) observa-se como os diferentes sistemas estão interligados ao núcleo da família. As setas mais grossas vêm do lado do extrativismo, pois é a atividade que demanda mais trabalho e a que dá mais retorno. Os cultivos também possuem setas maiores, pois o pai trabalha ativamente nessa atividade que retorna em forma de suprimentos para casa e para os animais. As fontes de informações vêm tanto da escola, pois os filhos a frequentam, quanto da casa em Alto Paraíso, pois, ao estar numa cidade turística, as encomendas e as novidades chegam através de diferentes pessoas as quais possam encontrar.

O elemento presente no fluxograma chamado “Gestão da comercialização” representa os canais de venda dos produtos extrativistas, sejam eles comercializados nas residências, sejam por lojas na cidade, ou por encomendas que chegam por telefone ou através de pedidos que chegam a partir da família e amigos. Nessa família, há uma construção destinada para a venda de produtos (Figuras 20 e 21). Em cada família, será especificada a forma de comercialização.

Figura 25 – Fluxograma da Família 1.



Fonte: Autoria própria

De acordo com a entrevista, a família identifica o extrativismo como a principal renda e em seguida o benefício social do Bolsa Família. Nota-se, com a entrevista e o que foi visto em campo, que o extrativismo é um elemento essencial para essa família que desenvolveu ao longo dos anos as habilidades para coleta, transformação e venda dos produtos. As estratégias adotadas e o tempo gasto nessa atividade resultam na influência que ela exerce na casa, tanto no aspecto financeiro, quanto no aspecto de contribuir com melhorias, como a internet. O extrativismo, portanto, atua fundamentalmente para a reprodução social da família em questão, a qual tem garantido acessos a tecnologias e redes de contato que fazem com que retroalimente esse sistema. Ou seja, com a internet, a possibilidade de alcance a clientes se amplia e, conseqüentemente, mais encomendas são feitas. E assim, a mulher Kalunga consegue manter sua casa, sua tradição e seu trabalho.

Abaixo, apresentam-se os gráficos da família 1 (Figura 26). Os gráficos apontam que a família vai bem nos atributos propostos pelo método. No atributo gênero, entretanto, apresentam-se alguns pontos que merecem atenção e que, vão se repetir nas demais famílias entrevistadas.

No primeiro gráfico do atributo autonomia observa-se que os elementos ração e água aparecem duas vezes como “Forragem/ração” e “Água” ou “Disponibilidade de água”. Isso acontece porque os elementos do lado esquerdo, ou seja, Trabalho de terceiros, Forragem/ração, Água, Sementes (...) e Terra de terceiros são os recursos produtivos mercantis, aqueles agentes de mercado que a família acessa para serviços e insumos. Por exemplo, a companhia de água, o mercado para compra de insumos, o pagamento feito para uso da terra. Trata-se da autonomia ou dependência sobre esses recursos.

Os elementos do lado direito, são eles Equipamento/Infraestrutura, Capacidade de Trabalho, Forragem/ração, Disponibilidade de água, Disponibilidade de terra, Autoabastecimento alimentar, fazem parte da base de recurso autocontrolada, ou seja, recursos que a família produz sem necessidade de recorrer a mercados. Portanto, é a autonomia sobre cada um desses elementos.

Tanto os recursos produtivos mercantis quanto a base de recurso autocontrolada do atributo autonomia compõe o método e são reproduzidos para todas as análises realizadas.

No atributo autonomia a família apresenta uma excelente resposta para os parâmetros, o que faz com que o gráfico radar (Figura 26A) fique quase totalmente preenchido. Para visualização de justificativa e escore para cada parâmetro ver Apêndice B. Contudo, três parâmetros possuem escore 4. Em relação ao primeiro parâmetro que trata da capacidade de trabalho, apesar de residirem pessoas que poderiam trabalhar mais ativamente nos serviços de dentro propriedade, essas pessoas se dedicam a outras atividades fora da propriedade. Para a capacidade de forragem/ração, a família compra ocasionalmente ração, o que reflete também no escore 4 do mesmo parâmetro na seção de recursos produtivos mercantis.

No atributo responsividade, onde se trata da capacidade de resposta da família frente a mudanças que fogem do seu controle, o escore 3 no terceiro parâmetro se deve ao fato de as rendas virem principalmente do extrativismo e do benefício social, mas no geral a família apresenta estabilidade para enfrentar os imprevistos. O gráfico radar (Figura 26B) também é muito bem espalhado, traduzindo o resultado da tabela.

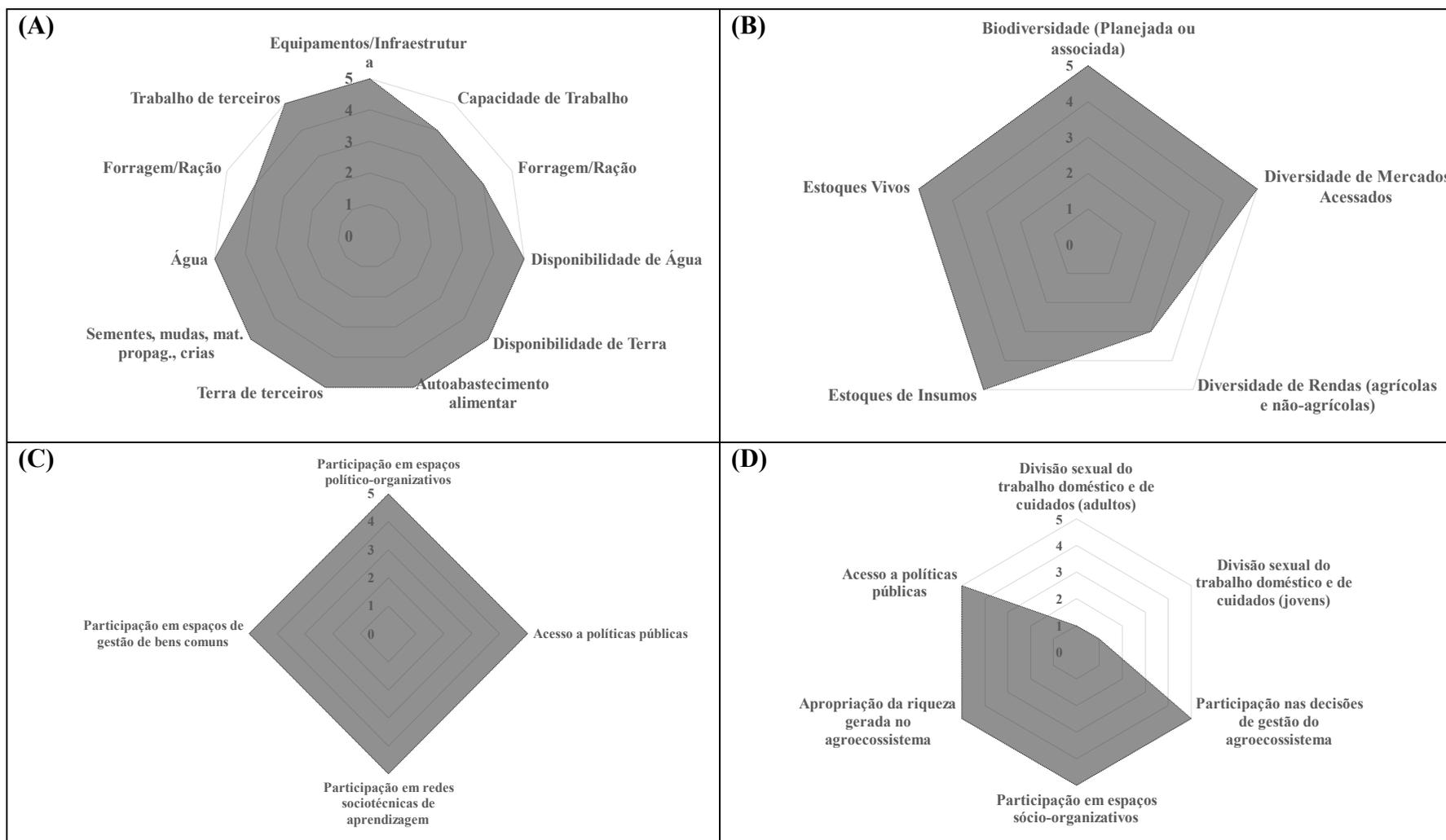
Sem dúvidas, a mulher entrevistada é muito bem envolvida e articulada com a comunidade. Junto com a filha, elas mantêm relação com a Associação, com a marca

“Mãe de óleos Kalunga”⁷ e estão inseridas em grupos de projetos e estudos. Participam e expõem sempre em eventos, feiras e oficinas, estreitando e criando laços não apenas com sua comunidade, mas com pessoas de fora. Isso exposto, no parâmetro de integração social, essa família é, sem dúvida, a que mais procura estar envolvida nessas redes, o que se traduz visualmente no gráfico radar (Figura 26C).

No atributo gênero, nos dois primeiros parâmetros, se tem uma situação que poderá ser vista nas demais famílias, onde os serviços de dentro de casa e o extrativismo são de responsabilidade da mulher. Enquanto os serviços na propriedade (roça, criações, viagens) ficam sob a responsabilidade do homem. Essa relação ainda desigual nas atividades se reflete no gráfico radar (Figura 26D).

⁷ Marca desenvolvida para rotulagem dos produtos Kalunga. Na seção 4.7 será comentado sobre a marca.

Figura 26: Gráficos radares da Família 1.



(A) Gráfico radar do atributo autonomia da Família 1. **(B)** Gráfico radar do atributo responsividade da Família 1. **(C)** Gráfico radar do atributo integração social da Família 1. **(D)** Gráfico radar do atributo gênero da Família 1.

Fonte: Autoria Própria

4.2. Família 2

A formação da segunda família foge do que foi observado nas famílias visitadas da comunidade. Formada por um casal de meia idade, essa família vive do trabalho de suas próprias mãos. Os dois trabalham na roça e antes da pandemia da COVID-19 o homem saía para fazer diárias. No entanto, após a pandemia, por um motivo que não foi esclarecido, ele deixou as diárias e passou a trabalhar apenas dentro da propriedade. Ao se casarem, o casal herdou da mãe do marido a área em que moram. São 27 anos vivendo no mesmo local.

Em um terreno muito bem limpo, há apenas uma construção e outra em fase inicial. Nessa única construção, encontra-se a sala, o quarto e uma cozinha ampla. Ao lado da cozinha - que é extremamente arrumada com panelas e bacias brilhando ao ponto de se ver no reflexo - tem uma porta que dá para um outro cômodo que não parece muito usado. Ao sair para o quintal encontra-se o início de uma construção de um banheiro. A moradora relatou que resolveu construir o banheiro por se sentir constrangida ao receber visitas e não ter um local para elas usarem. Explicou que ao receber visita de pessoas da comunidade o fato de não ter um banheiro com vaso sanitário também a incomoda, mas que essas já sabem da situação. No entanto, para as pessoas de fora - como esta que escreve - tinha que ter banheiro. A casa possui energia elétrica, mas não tem internet. A comunicação com essa família se dá principalmente por intermédio de alguém que mora próximo ou que vai passar próximo à casa, que deixa o recado.

Na área próxima à casa está a roça. Os cultivos citados foram milho, mandioca, arroz, feijão de corda, quiabo, jiló, abóbora, pimenta, melancia. Como já dito, os dois trabalham na atividade. Todos os produtos são consumidos pela família. No entanto, apenas a farinha de mandioca é vendida. Segundo a moradora, é do dinheiro da farinha que eles conseguem “comprar coisas da cidade” e “as coisas de comer”. O casal não costuma contratar mão-de-obra para auxiliar nos serviços, mas se tem dinheiro sobrando, contratam por um ou mais dias.

A família possui também criação de galinha e gado. Uma observação curiosa é que a mulher conhece todas as suas galinhas. Se, por acaso, sumir uma, ela dará falta. Isso não foi observado nas demais casas, tornando-se um caso particular. Como no outro caso, os animais são criados soltos. No ano dessa pesquisa, o cultivo de milho não vingou, então tiveram que comprar milho para as galinhas. Para o gado também foi comprada ração.

No extrativismo, é uma família que também possui a cultura da coleta. Os frutos lembrados foram jatobá, sucupira, cajuzinho, mangaba, cagaita, tingui, coco e pequi. A mulher relata que sai para o Cerrado coletar desde que era menina. E, se não sai para coletar, sente falta porque já se acostumou com a atividade, depois de tantos anos. A dificuldade é que para coletar são percorridas longas distâncias, tem a questão do calor, a posição para coletar (agachada) e a dificuldade de acesso à área em que estão alguns frutos. Esses pontos são, para ela, as maiores dificuldades da atividade extrativista. O marido ajuda algumas vezes, mas, em geral, é ela a responsável pela coleta.

Para os frutos, ela relatou que consome pouco e que procura vendê-los. A venda se dá principalmente para visitantes ou através do marido quando vai a Alto Paraíso. O entendimento da mulher é que a renda da venda dos produtos é dos dois, e então, quando o marido precisa, ele utiliza esse dinheiro também. O que poderia tornar a atividade extrativista mais vantajosa para ela é se tivesse uma venda certa dos produtos, uma segurança na quantia recebida. Afinal, segundo ela, o trabalho de ir coletar, ela já tem. Seria, portanto, um incentivo maior para realizar a atividade.

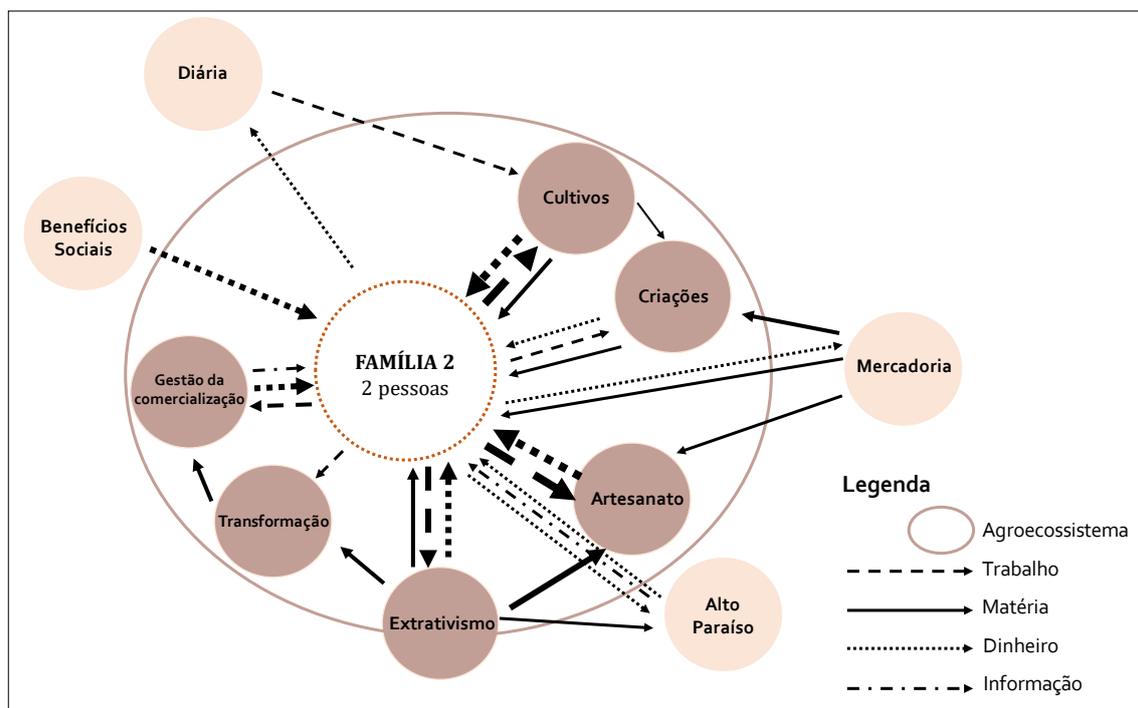
Para a família, a renda mais importante é o benefício social. Em seguida, o extrativismo e o artesanato. Um ponto importante sobre essa família é que a mulher é uma artesã genial. Ela é a única da região (afirmação dada por ela e por outras mulheres) que faz artesanato com a palha do buriti. São lindas peças, feitas a mão, e que, pelo trabalho que dá, poderiam ser vendidas a um preço maior que o cobrado por ela. Além disso, faz tapetes, toalhas de mesa e outros itens a partir do algodão, da malha, do barbante e da lã. No dia da pesquisa, ela estava com uma grande encomenda de um tapete que seria entregue dali a algum tempo para um cliente.

Apesar de ter ressaltado a importância da farinha de mandioca para a família, a renda dos cultivos não foi classificada na importância das rendas. Na Figura 27 nota-se que o fluxo monetário dos cultivos e do artesanato estão maiores. Esta informação corresponde ao que foi conversado e observado em campo.

Há um fluxo de matéria no sentido Mercadoria-Artesanato, representando eventuais materiais que necessitam comprar para fabricação das peças. Além disso, a categoria é abastecida também pelo fluxo de matéria Extrativismo-Artesanato, afinal, seu produto de destaque é o artesanato com a folha do buriti, a qual vem do extrativismo. O fluxo de matéria aumentado no sentido Mercadoria-Criações, se deve ao fato apresentado

anteriormente sobre a plantação de milho não ter vingado, o que levou à necessidade da compra de ração para as criações.

Figura 27 – Fluxograma da Família 2.



Fonte: Autoria própria

A categoria “Alto Paraíso” representa as viagens do marido até a cidade, um ambiente que para além de permitir informações de mercado, fornece a possibilidade de encomendas de artesanato, cultivos e produtos do extrativismo.

Ao refletir sobre os produtos disponíveis, a encomenda do artesanato e a fala sobre a farinha de mandioca, percebe-se que os cultivos (especificamente a mandioca) e o artesanato têm grande importância para a composição da renda familiar. No caso dessa família, é possível compreender que a farinha de mandioca e o artesanato são os que possibilitam o acesso às “coisas da cidade”. Ao lembrar do banheiro que está sendo construído na casa, percebe-se que, nesse momento, alguma renda está chegando, algo que não chegava antes. Apesar de não ser possível relacionar a construção do banheiro com as rendas das duas atividades - cultivo e artesanato - nota-se a contribuição dessas para composição do faturamento mensal. Este fato demonstra a importância dessas atividades na reprodução social da família. Afinal, permite melhorar a propriedade e ter acesso a variedades de produtos externos à comunidade. Essa família também relatou o recebimento do Bolsa Família.

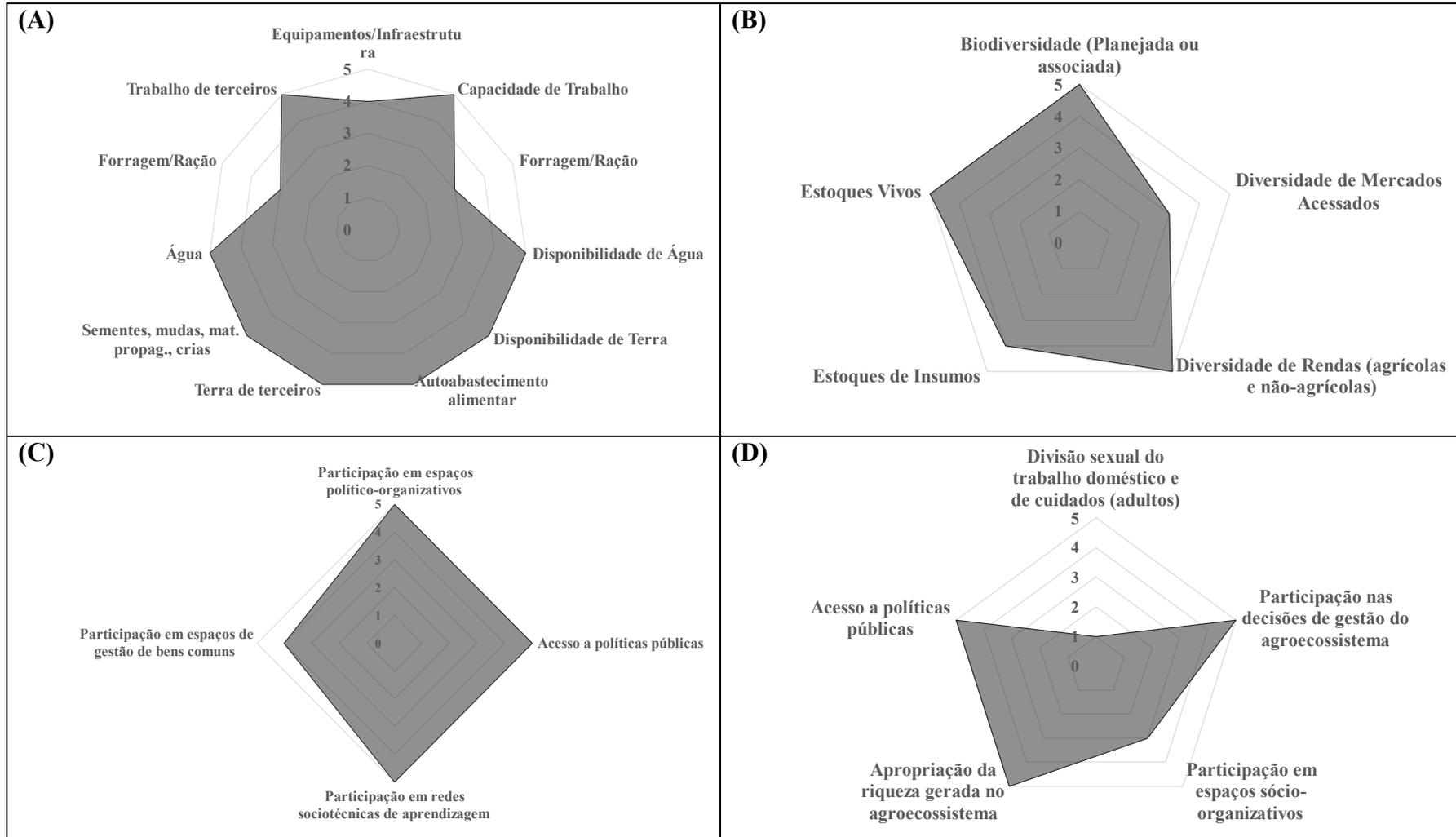
Para o atributo autonomia (Figura 28A) a família corresponde bem a cada parâmetro (escores Apêndice B). No entanto, devido à perda do cultivo do milho e, conseqüentemente, a compra de ração, essa adversidade possui peso no sentido de recorrer ao mercado para alimentar os animais. No parâmetro equipamentos/infraestrutura a família conta com energia elétrica, no entanto, não se observou equipamentos que outras casas possuíam, como freezer ou um espaço reservado para vendas do produto.

No atributo responsividade (Figura 28B) a família busca maneiras de alcançar seus objetivos, no entanto, nos parâmetros diversidade de mercados acessados e estoque de insumos, percebe-se que ainda estão explorando mercados e entendendo a dinâmica de venda. A família, à época, contava com 2 ou 3 produtos do artesanato para pronta entrega e em processo de criação de uma peça feita por encomenda. Nota-se que para essa questão poderia ser trabalhada uma forma de aperfeiçoamento, se assim a família quisesse.

Na integração social (Figura 28C) a mulher participa mais ativamente dos espaços coletivos, no entanto, talvez pelo fato de o foco maior ser para o artesanato, essa articulação e participação em feiras, oficinas e exposições não é tão bem fortalecida como em outros casos. Porém, é uma mulher que tem proximidade com sua comunidade e mantém contato com as mulheres-chave da região.

Quando se fala de gênero, o primeiro parâmetro será igual para todas as entrevistadas. Mulheres trabalham dentro da casa e homens fora da casa, assim como as mais envolvidas nas redes sócio-organizativas são as mulheres. Como se trata de um atributo sobre o protagonismo das mulheres e divisão de trabalhos, a avaliação (Figura 28D) para esses parâmetros é baixa porque apenas a mulher está envolvida.

Figura 28: Gráfico radar da Família 2.



(A) Gráfico radar do atributo autonomia da Família 2. **(B)** Gráfico radar do atributo responsividade da Família 2. **(C)** Gráfico radar do atributo integração social da Família 2. **(D)** Gráfico radar do atributo gênero da Família 2.

Fonte: Autoria Própria

4.3. Família 3

A família é composta por mãe, pai e um filho com deficiência. Os outros filhos são mais velhos e moram perto da casa da mãe. Os pais trabalham na roça. O filho é pré-adolescente e frequenta a escola da comunidade. A família mora na propriedade que foi dada como herança desde 2005 e que conta com energia elétrica.

A família possui cultivos, criações e pratica o extrativismo. Dentre os cultivos têm algodão (foi relatado que produzem muito), mandioca, arroz, milho, gergelim, jiló, quiabo, abóbora, feijão de corda e batata. Todos da casa trabalham na roça, cuidando dos plantios. Esses plantios são destinados principalmente para o consumo, no entanto, o algodão, a mandioca e o gergelim são vendidos pela família. Para ajudar na roça, eles contratam mão-de-obra para o serviço de roçagem, serviço cansativo e trabalhoso.

A propriedade possui suas áreas de plantação, mas também cede uma parte para um parente próximo realizar seus plantios. Ao visitar a casa de um dos filhos que mora próximo, notou-se que ele também tinha suas áreas de plantio bem delimitadas, mas que por falta de tempo, não pode continuar com as plantações. Esse filho mora em Alto Paraíso, mas mantém a casa no Vão de Almas. Em conversa, disse que pretende voltar a morar no Vão e retomar seus plantios e criações. Ele possuía alguns cavalos, mas teve que vender por não estar sempre na região. A criação de cavalos é mais rara de se ver dentre as casas visitadas. Não é algo que está tão presente quanto galinha e gado.

Voltando para a família entrevistada, eles possuem criações de galinha e gado. Os primeiros são alimentados com o que é produzido ou é comprada ração. Já o gado é alimentado pela vegetação disponível no Cerrado. Seguindo o formato de criação das outras casas, os animais são criados soltos. A criação desses animais garante a carne para a família (principalmente as galinhas), pois estas são abatidas para consumo, e como fonte de renda, uma vez que ocorre a venda de gado.

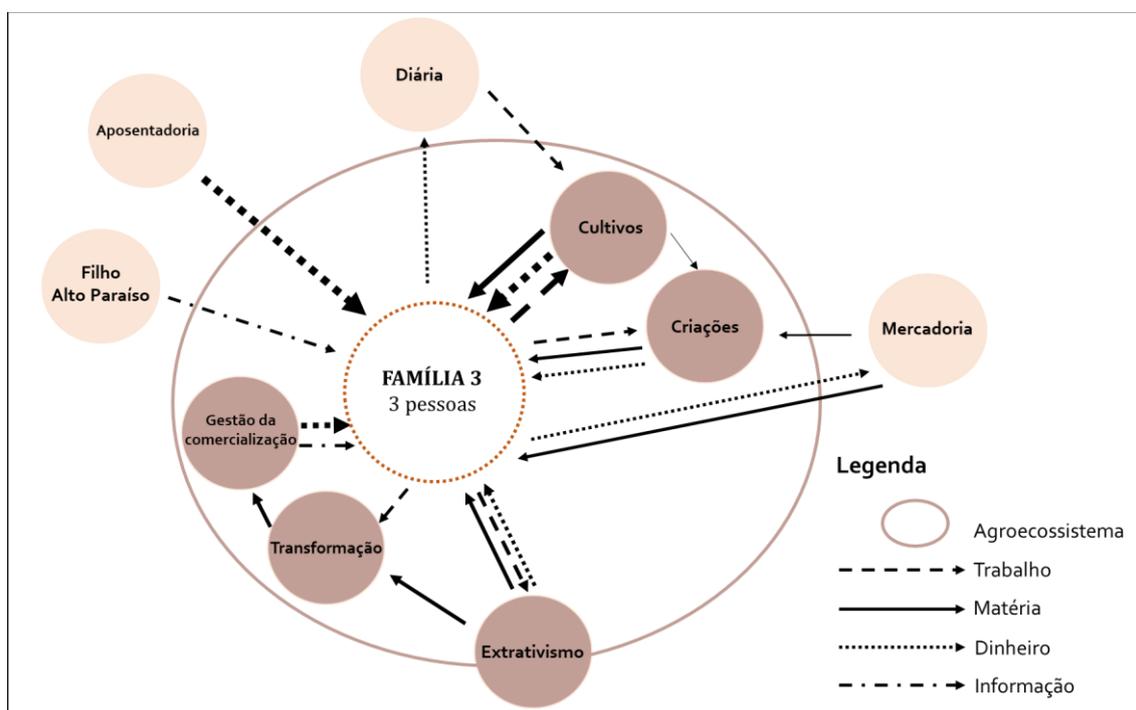
Ao perguntar sobre os frutos do Cerrado coletados, a mulher respondeu sobre aqueles que lembrou no momento. Foram citados mangaba, caju, jatobá, tingui, coco babaçu, baru (difícil de ser encontrado na região, segundo ela) e cagaita. Todos são consumidos pela família e alguns são vendidos. Os produtos que ela tinha para vender no momento eram o óleo de coco e o sabão de tingui.

As pessoas envolvidas na atividade são ela e o marido. Ela é extrativista desde os 10 anos. É preciso andar longo caminho para coletar e essa é a principal adversidade

relatada por ela. A distância e o peso carregado aumentam a dificuldade da atividade. Os produtos do extrativismo são vendidos principalmente para pessoas de fora da comunidade e a forma de venda é através dela mesma ou de qualquer outra pessoa que possua o seu contato. A renda dos produtos é administrada por ela.

Para ela, a renda mais importante da família vem da Aposentadoria recebida devido à condição do filho. Em seguida, a renda que vem da venda dos produtos cultivados que foram mencionados. E, por último, a renda do extrativismo. Na Figura 29 é possível visualizar esses fluxos.

Figura 29 – Fluxograma da Família 3.



Fonte: Autoria própria

Percebe-se que os fluxos de dinheiro para cultivos e benefícios sociais estão mais destacados quando comparados com o fluxo do extrativismo. Esse fluxograma foi construído a partir da fala da moradora que afirmou essas condições. Entende-se que o fluxo de informações vem tanto da venda dos produtos extrativistas, quanto dos produtos da agricultura e do filho que mora fora. A troca de informações é algo importante para essas mulheres porque é através disso que as tendências de mercado dos produtos da sociobiodiversidade e diferentes oportunidades chegam até elas.

Na mercadoria tem-se fluxo de matéria indo para a família, o que mostra que há compras de produtos para manutenção da mesma, e também para criações, porque há

compra de ração para os animais. As criações são sustentadas por diferentes fontes (mercadoria e cultivo), demandam pouco trabalho e ocasionalmente retornam em forma de renda. Em comparação aos fluxogramas anteriores, não são observados tantos detalhes das relações, mas se observa que, diferentemente dos outros casos, aqui, a aposentadoria tem grande importância para a manutenção dessa família. Ao ter um filho que necessita de mais atenção e cuidados, as diferentes fontes de renda contribuem para manter a qualidade de vida para ele e para toda a família.

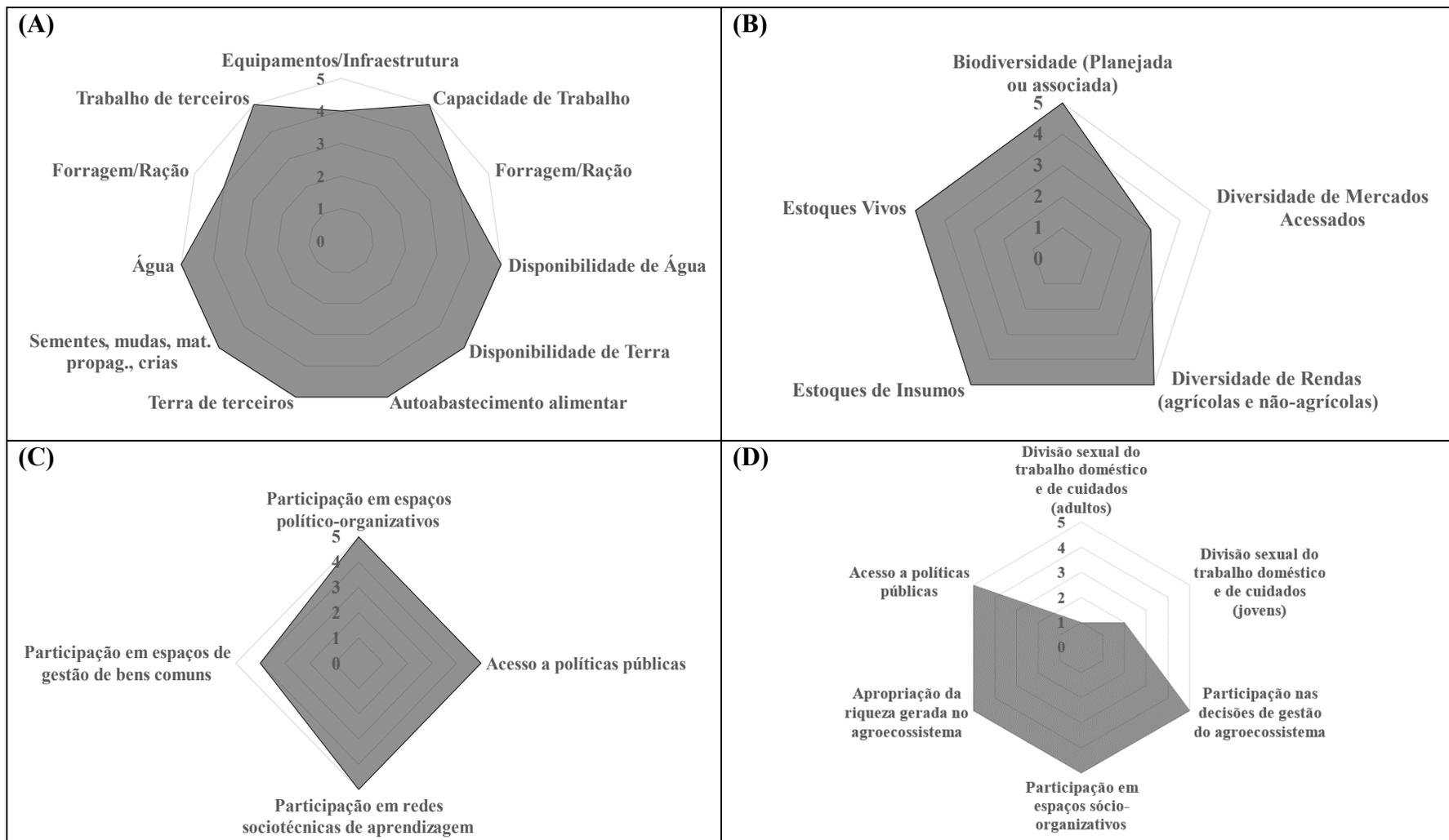
O atributo sistêmico autonomia (Figura 30A) para essa família reflete o grau de autossuficiência que os moradores da comunidade desenvolveram. Mais uma vez, a ração pode se tornar, uma vez ou outra, um produto que careça do mercado, mas não é usual. Para equipamentos, a família conta com energia elétrica, freezer, mas não foram mencionados demais aparatos usados para a atividade.

Na responsividade (Figura 30B), a família explora um nicho restrito de acesso ao mercado. Foi relatado que as vendas acontecem através de pedidos que chegam, ou quando há oportunidade de expor os produtos. Nos demais parâmetros possui um bom grau de diversidade.

Assim como ocorreu com as demais mulheres, a integração social (Figura 30C) aqui é bem articulada, onde ela participa da marca “mãe de óleos Kalunga”, organizações e está na rede de contato das mulheres da comunidade. No entanto, não foi mencionada relação com a associação local.

Como já visto, e com essa família não foi diferente: a mulher trabalha com os serviços de dentro de casa e o homem com o serviço de fora de casa (Figura 30D). O filho a auxilia em algumas atividades.

Figura 30: Gráfico radar da Família 3.



(A) Gráfico radar do atributo autonomia da Família 3. **(B)** Gráfico radar do atributo responsividade da Família 3. **(C)** Gráfico radar do atributo integração social da Família 3. **(D)** Gráfico radar do atributo gênero da Família 3.

Fonte: Autoria Própria

4.4. Família 4

Essa família vive em uma das situações mais delicadas, dentre as visitadas. A entrevista se deu na casa de outra moradora da comunidade. A mulher da família 4 estava na casa de outra entrevistada porque ela estava ajudando a descascar mandioca (essa atividade vai ser relatada com detalhes mais adiante). A família é constituída por mãe, pai e duas filhas maiores de idade. Todos trabalham na roça.

Por situação mais delicada quer ser dito que não possuem energia elétrica e que o acesso até a casa é difícil. A entrevistada me relatou que para chegar até a sua casa é possível ir de carro ou moto até certo ponto. Depois, só se chega a pé. Ela disse que é uma casa que fica mais distante em comparação às outras das redondezas. Apesar das casas no Vão de Almas serem longe umas das outras - salvo quando filhos constroem as casas perto das casas dos pais -, o que foi dito é que a dela é ainda mais afastada do aglomerado de casas da comunidade. Ela mora nessa mesma casa desde que nasceu. A propriedade veio dos pais que, após falecerem, foi herdada por ela e sua família.

A mulher tem uma sabedoria extensa sobre plantas medicinais. Enquanto acontecia a entrevista, vários foram os momentos em que ela parava para relatar de alguma outra espécie que ela tinha lembrado e dos usos associados. Uma mente jovem, enérgica e com muito conhecimento sobre o Cerrado. O trabalho com plantas medicinais ela foi aprendendo depois de crescida e, hoje, é uma atividade que retorna renda para a família. Vale destacar que ela deixa seus produtos medicinais em uma loja de Cavalcante. A loja fica com seus produtos e de tempos em tempos ela se desloca até Cavalcante para reabastecer a prateleira e receber o dinheiro da venda dos produtos.

Nenhum membro da família trabalha fora, a dedicação é para o plantio. Eles usam uma terra compartilhada para plantar. E aqui vale voltar à atividade de descasque da mandioca citada no início do capítulo. Ao chegar na casa de outra entrevistada, a mulher da família 4 estava sentada na varanda com outros membros da família dona da casa. O que foi explicado é que o plantio, a colheita, o descasque e o processo de fabricação da farinha são feitos em conjunto. Várias pessoas de diferentes famílias participam de todo o processo e, no fim, compartilham o lucro.

A entrevistada não entrou em detalhes se todos os seus cultivos têm o lucro compartilhado, mas relatou alguns com os quais trabalha, como arroz, feijão, milho, abóbora, melancia, abacate, laranja, manga, limão, abacaxi, quiabo, jiló, tamarindo,

jenipapo, moringa, cana, banana, capim cheiro, manjeriço e capim eucalipto. Todos esses são consumidos e vendidos, e todos da família trabalham na atividade. Frequentemente, a família contrata mão-de-obra para roçagem da área. Essa contratação se dá quando a matriarca não está na propriedade, e, portanto, serve para “cobrir” sua parte no trabalho.

Importante ressaltar que todos os cultivos apresentados nesta pesquisa foram falados pelas mulheres durante a entrevista. Não houve visita a esses cultivos em nenhuma propriedade, fator limitante da pesquisa.

No extrativismo, foram citadas diversas espécies, incluindo espécies para fins medicinais. Dentre as espécies citadas estão pequi, tingui, mangaba, caju, cagaita, jatobá, baru, coco, curriola, bacupari, amescla⁸, imburana, ipê, tamburi, aroeira. Nem todas, se sabe, são típicas do Cerrado. Mas ressalta-se a importância de citar todas as espécies relatadas pela entrevistada, a fim de entender, ainda que de forma superficial e breve, a presença de algumas espécies na região. Com os frutos do Cerrado, ela trabalha desde os 21 anos, idade em que começou a se interessar também por plantas medicinais. Talvez uma coisa tenha puxado a outra. E, como no plantio, nessa atividade de coleta todos da família também participam.

Das espécies citadas, os frutos (pequi, mangaba, caju, cagaita, jatobá, baru, coco, curriola, bacupari) são consumidos e vendidos. A venda é para pessoas de fora da comunidade e feita por ela e, às vezes, pelo marido. A renda da venda dos frutos fica para casa e, segundo ela, o retorno financeiro compensa o trabalho. A maior dificuldade para ela é a distância percorrida. Fator que também foi ressaltado por outras mulheres.

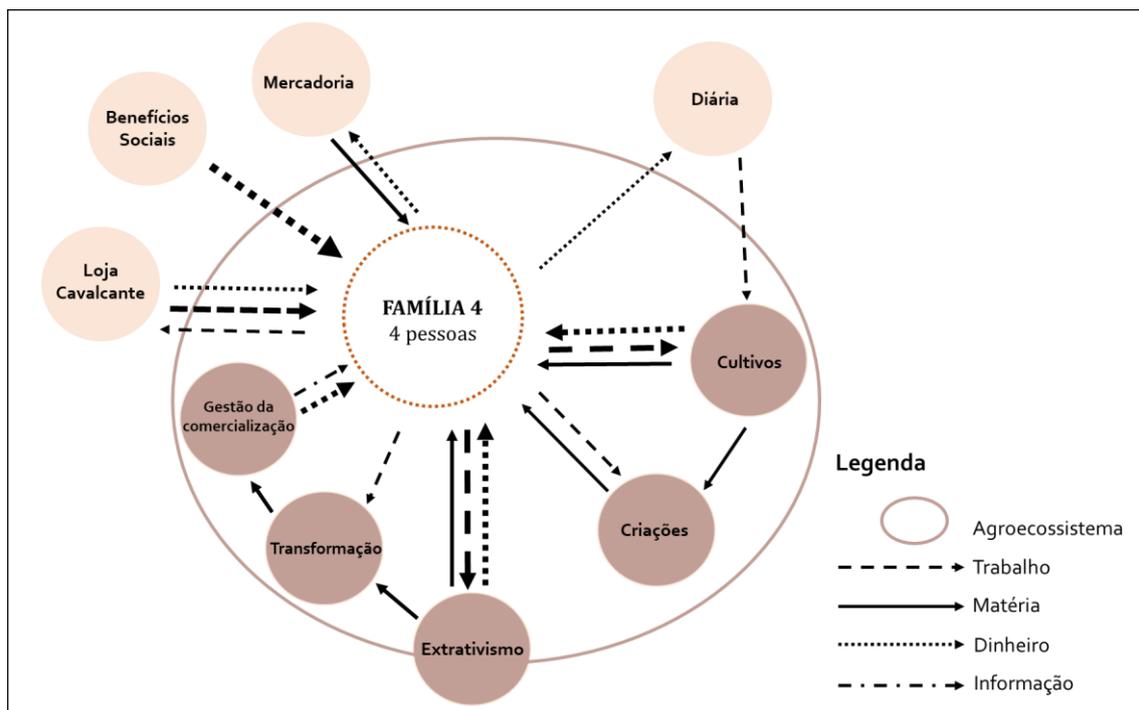
Para ela, a renda do Bolsa Família é a mais importante, seguido da renda da venda dos cultivos. O extrativismo, em sua análise, poderia dividir a posição com os cultivos ou vir seguido deles. Na Figura 31 apresenta-se o fluxograma da família. Nele estão as relações identificadas a partir da entrevista realizada. A loja em Cavalcante onde ela deixa seus produtos medicinais está representada com seus fluxos monetário e de trabalho. São fluxos mais tênues, devido à interpretação da entrevistada sobre suas rendas. No entanto, o fluxo de informação que vem da loja se mostra importante na sua relação com a cidade, já que teve essa oportunidade de deixar seus produtos em consignação. Os fluxos de trabalho para cultivos e extrativismo são aumentados, pois são as atividades que a família

⁸ Conhecida também como breu-branco-verdadeira (EMBRAPA, 2023), é uma árvore que ocorre em quatro dos seis domínios fitogeográficos (FLORA DO BRASIL, 2023)

despense mais tempo realizando e, no caso dos cultivos, inclusive contratando mão de obra para realizá-la.

Se vê um fluxograma um pouco mais simples, mas que mostra o peso dos cultivos e do extrativismo na vida da família, incluindo o extrativismo para fim medicinal que foi incorporado mais tarde na vida da entrevistada. Esse que, além de trazer o retorno financeiro, é objeto de satisfação para ela. Assim, nota-se que as duas atividades contribuem para a manutenção da família. As melhorias, como a internet, ainda não estão presentes, mas é um fator que foge ao alcance deles, afinal não há energia elétrica disponível. No entanto, é uma família com alta capacidade de trabalho, já que é formada por quatro pessoas, todas com disponibilidade para trabalhar nos cultivos e com o extrativismo que tem explorado novas formas de comercialização. O fato de ter quatro pessoas ativas nos trabalhos da propriedade é um aspecto importante não apenas para os trabalhos que precisam ser feitos, mas por abrir a possibilidade de realizar e alcançar novas atividades, se assim for o que almejam.

Figura 31 – Fluxograma da Família 4



Fonte: Autoria própria

A questão da falta de energia elétrica limita a possibilidade de ter equipamentos que necessitam de energia para funcionamento, por isso, em relação ao atributo autonomia (Figura 32A), a família tem certo grau de comprometimento devido às

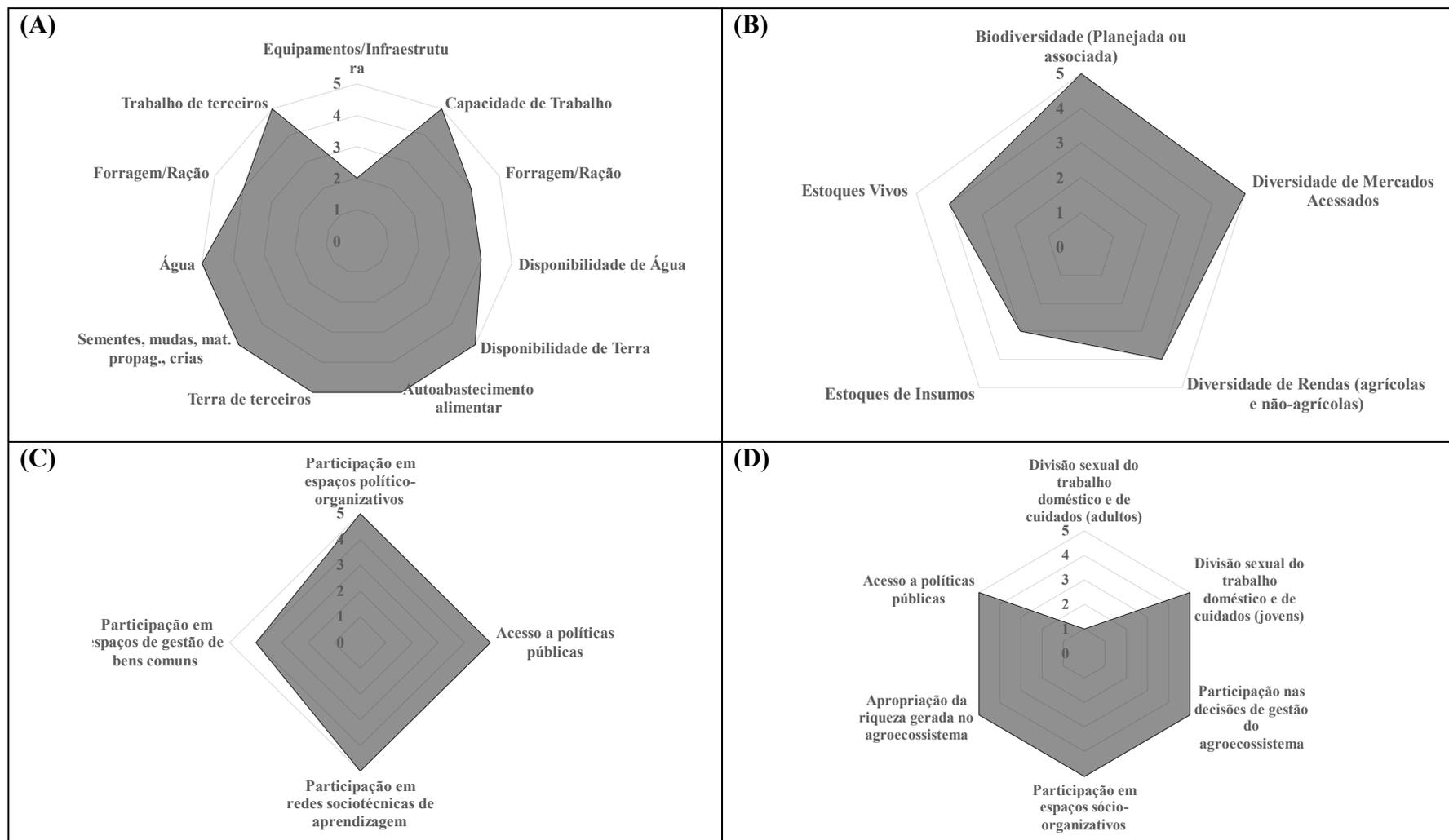
condições que apresentam. Isso reflete também na questão de disponibilidade de água que, apesar de haver rio que abastece a família, eles precisam ir até o curso d'água para poder ter acesso ao recurso, diferentemente de outras famílias que possuem bomba para fazer o serviço.

Outro parâmetro precisa de atenção, pois a família alega ter criação de galinhas, mas não foi informado se havia criação de gado. Dessa forma, a capacidade de estoque vivos, em relação a outras famílias, fica comprometida. Assim como o estoque de insumos que, na falta de energia elétrica, limita a capacidade dessa família de produtos frescos. Um ponto interessante sobre a entrevistada é que ela é a única a deixar seus produtos em uma loja da cidade, como foi comentado acima. Assim, nota-se que a família pensa em estratégias para a comercialização de seus produtos. Essas considerações podem ser vistas na Figura 32B.

Assim como nas demais famílias, a mulher entrevistada é bem articulada com seu território, contando com uma rede de contato local a qual permite um maior alcance do seu trabalho (Figura 32C). Ainda que sua casa seja de difícil acesso e que seu foco sejam as plantas medicinais, a mulher entrevistada ainda consegue estar inserida nas redes de seu território.

No atributo gênero (Figura 32D), aqui identifica-se que, de modo geral, a divisão é bem igualitária. No entanto, quando se trata de trabalho doméstico, as mulheres são as responsáveis. Nota-se que ela e as filhas trabalham dentro e fora de casa enquanto o pai é responsável apenas pelas atividades externas da casa.

Figura 32: Gráfico radares da Família 4.



(A) Gráfico radar do atributo autonomia da Família 4. **(B)** Gráfico radar do atributo responsividade da Família 4. **(C)** Gráfico radar do atributo integração social da Família 4. **(D)** Gráfico radar do atributo gênero da Família 4.

Fonte: Autoria Própria

4.5. Família 5

A família visitada é a única que tem casa de alvenaria dentro da sua propriedade. A entrevistada foi uma senhora mãe de filhos já bem crescidos que mora com o marido, os cunhados e duas filhas. Todos tendo como principal ocupação o trabalho na roça, sendo que uma das filhas estava na escola na hora da entrevista. A filha é casada, mora a poucos metros da casa da mãe numa casa de alvenaria. Na época da visita, a filha junto com seu marido estava construindo outra casa para eles, ali mesmo. Donos de uma mercearia, as viagens para a cidade são frequentes e, com isso, o genro é uma das pessoas que dão carona para Cavalcante na sua camionete.

A propriedade da entrevistada possui quatro construções. A primeira é uma casa de paredes altas de tijolo com sala e quartos. A segunda construção possui quartos também. Acredito que essa era a usada para sala e quartos antes de construírem a de alvenaria. Na terceira construção fica a cozinha com fogão a lenha. Por fim, há uma outra construção onde são guardados os produtos que a família vende. É um cômodo pequeno que segue o padrão das casas da comunidade com adobe e palha. E seguindo também o que foi observado nas demais casas, não possui banheiro construído. Na época da visita, estavam fabricando adobe para levantar outro cômodo, para o qual não foi revelada a finalidade.

A família possui energia, mas não tem internet. Para usar as redes, eles vão até a casa da filha que fica a poucos metros dali. Seguindo o que foi visto nas famílias anteriores, eles também moram há muito tempo na mesma propriedade que foi recebida por herança.

A entrevistada citou que produzem mandioca, arroz e algodão. A mandioca, apesar de ter sido dito que vende pouco e que a prioridade é o consumo, no dia da visita estavam reunidas 3 ou 4 pessoas no processo de descasque da raiz. Essa atividade foi relatada quando se falou da família 4. A produção daquele dia seria vendida. Uma cunhada que mora com a família possui deficiência, mas ajuda em todas as atividades, assim como todos da família. O marido não foi citado nas atividades relacionadas ao algodão, sendo uma atividade apenas da entrevistada e sua cunhada. Quando há contratação de mão-de-obra é feita exclusivamente para o serviço de roçagem. A família alimenta seus animais (gado e galinha) com as coisas que dão na roça, principalmente a

mandioca, mas quando não há possibilidade de alimentá-los com a própria produção, compram ração.

Na atividade extrativista a família coleta caju, mangaba, pequi, tingui e coco. A entrevistada relatou que é uma atividade que ela realiza desde pequena e que dentre todos da família, é ela quem mais executa, com ajuda da filha ocasionalmente. As coletas são realizadas dentro da sua propriedade e ela tem cuidado para não entrar na propriedade alheia. Todos os frutos são consumidos pela família e vendidos. No freezer, havia sacos de cajuzinho (Figura 33) esperando para serem vendidos para os visitantes de fora da comunidade. Ela é a principal responsável pela comercialização que é feita em casa. A renda da venda dos frutos fica para ela, que relatou que os frutos não ficam guardados por muito tempo.

Figura 33 – Cajuzinho congelado para venda.



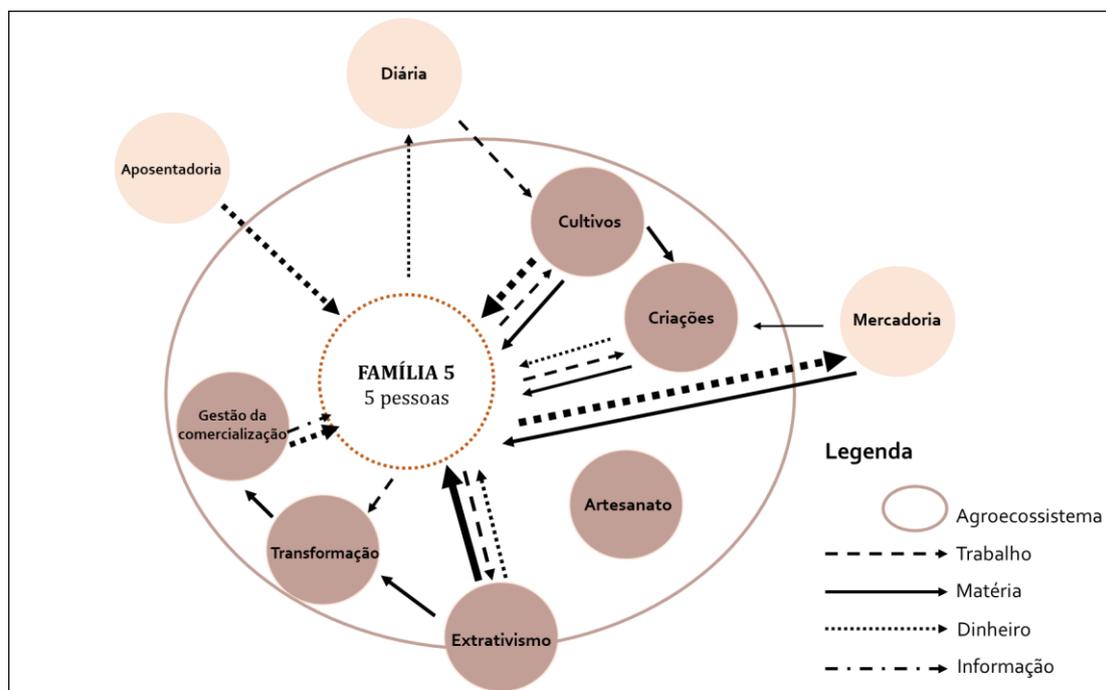
Fonte: Autoria própria.

Antes de falar da dificuldade do extrativismo para a entrevistada, cabe explicar rapidamente uma expressão “nas águas” usada na região. Sendo uma novidade para quem escreve, a primeira vez que escutei foi no Vão de Almas. A expressão quer dizer sobre a época da chuva. Portanto, existe a época da seca e a época “das águas” onde as chuvas são frequentes e geralmente torrenciais na região. Explicada a expressão, para ela, a maior dificuldade na atividade extrativista é a época “das águas”. Como foi falado por outras mulheres, o extrativismo requer que percorram grandes distâncias a pé. A última chuva, para se ter uma ideia, subiu em muito o nível do Rio Alma, que terminou por derrubar o resto da ponte que existia em determinado trecho. Imagina-se, então, coletar em condições

tão arriscadas. Apesar desse fenômeno influenciar muito a vida na comunidade, essa entrevistada foi a única que relatou que a chuva pode ser um fator dificultante.

Na questão da composição de renda foi entendido pela entrevistada que a produção da roça era a fonte mais importante na arrecadação financeira da família e por isso a seta do fluxo financeiro aumentada. Ainda que em certo momento foi dito que a produção se dá mais para o consumo. A segunda fonte é a aposentadoria recebida por ela. Não foi falado se a cunhada recebe algum benefício social. Aqui, ela considera apenas as fontes que ela recebe. Na Figura 34, percebe-se que existe um fluxo financeiro saindo da venda dos produtos extrativistas. Entretanto, ela não chegou a elencar a renda vinda do extrativismo, mas no fluxograma o mesmo foi considerado devido ao estoque que havia na casa de produtos do Cerrado, que são vendidos ocasionalmente.

Figura 34 – Fluxograma da Família 5.



Fonte: Autoria própria

As informações obtidas através da entrevista foram cruciais e, ao ser convidada para ir até a casa da filha, muitas observações puderam também ser obtidas. No artesanato não se tem nenhum fluxo porque a entrevistada não pode mensurar quão importante era essa renda. Ela reconheceu a produção, mas apenas respondeu que “não sai muito”.

Sem dúvida, considerando o que foi observado, a produção da mandioca é importante para a família. No entanto, a renda do extrativismo não foi mencionada pela

entrevistada, representa também uma importância para a família. Ao ver estoque de cajuzinho e outros produtos que estavam expostos, se reconhece que se há produto guardado, então há produto para ser vendido, sendo, portanto, uma atividade em que ela dedica tempo e esforço. Assim, a roça participa na reprodução social, assegurando as condições mínimas para aquela família, mas não se deve desconsiderar a renda da aposentadoria e do extrativismo. Ainda que não sejam tão notáveis quanto a renda dos plantios, com toda certeza contribuem para a arrecadação financeira familiar. Se tira pelo fato de estarem construindo um novo cômodo na propriedade com contratação de mão de obra externa e que há quatro senhores de idade morando na propriedade, os quais esperase que sejam aposentados.

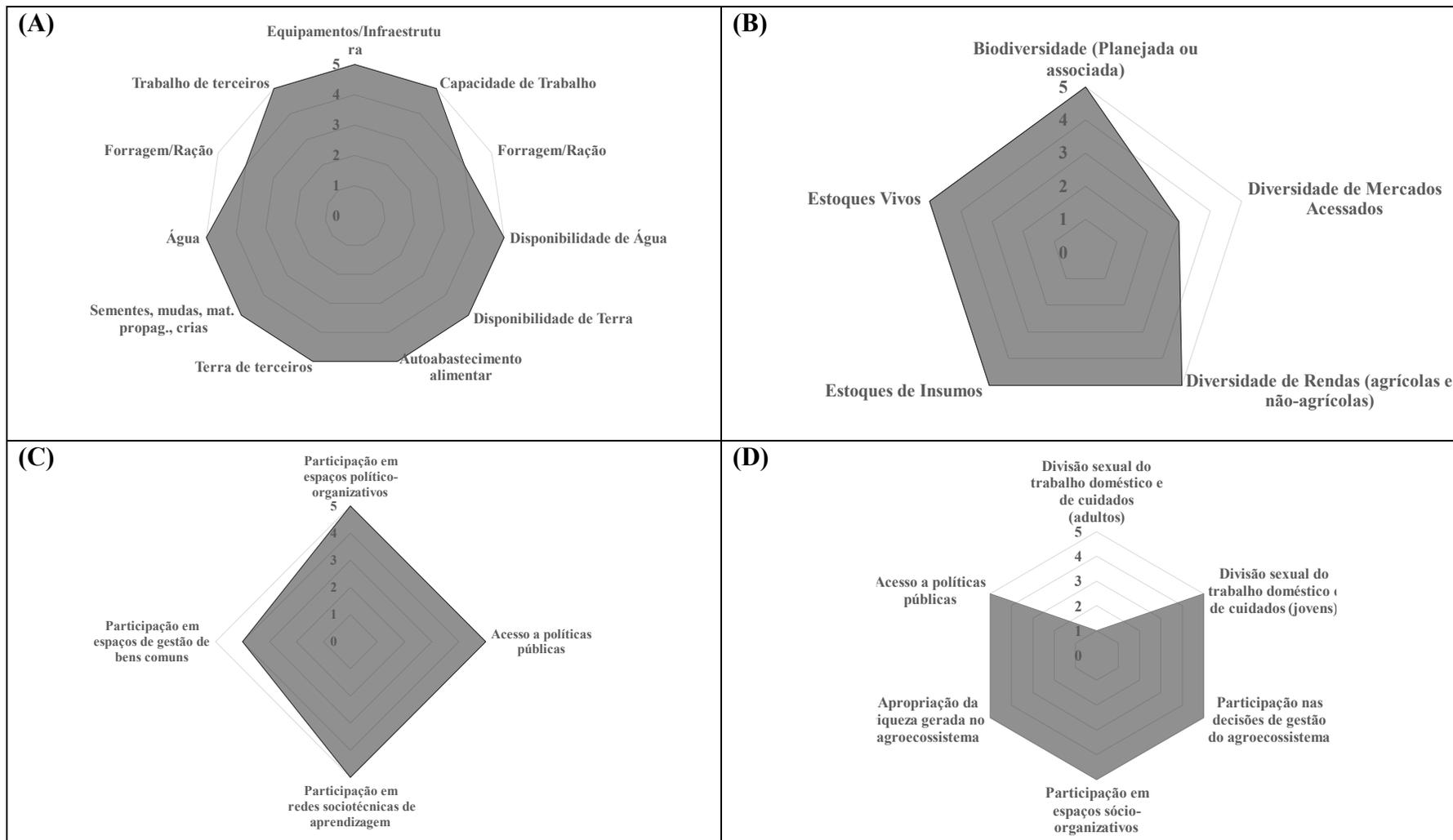
A análise qualitativa, para a capacidade de trabalho do atributo autonomia (Figura 35A), requer atenção pois como dito acima, os idosos da família ainda trabalham ativamente nas atividades da propriedade. Para essa família a capacidade de trabalho é total e conta significativamente para o andamento da propriedade. Na questão da alimentação animal, eles também recorrem à cidade quando o que cultivam não é suficiente para as criações.

Nos canais de venda (Figura 35B), a família conta com encomendas que chegam e, através de visitas que recebem em sua propriedade, são levados até a loja que conta com seus produtos, como foi dito mais acima. A entrevistada não mencionou outras formas de venda, mas sabe-se que ela é convidada a expor em feiras, oficinas e outros eventos. No entanto, esses eventos não foram reconhecidos por ela como uma oportunidade de venda.

Assim como visto com as outras mulheres, a figura feminina possui uma boa relação com as demais mulheres e a comunidade. Participa de feiras, oficinas e exposições que podem ocorrer no território ou fora dele. No entanto, não foi mencionado se, assim como visto na família 1, há alguém que possui uma relação mais estreita com a associação e por isso o gráfico assim se apresenta (Figura 35C).

A mesma situação vista nas demais famílias se repete na família 5. Mulheres exclusivamente com serviço doméstico, mas atuando também nos serviços externos e homens exclusivamente com os serviços externos (Figura 35D). Nos demais parâmetros, as mulheres possuem o protagonismo.

Figura 35: Gráficos radares da Família 5.



(A) Gráfico radar do atributo autonomia da Família 5. **(B)** Gráfico radar do atributo responsividade da Família 5. **(C)** Gráfico radar do atributo integração social da Família 5. **(D)** Gráfico radar do atributo gênero da Família 5.

Fonte: Autoria própria

4.6. Família 6

A última mulher entrevistada é de uma simpatia e um sorriso sem igual. A entrevista aconteceu debaixo de um pé de amora, perto do fogão de lenha. Na casa moram ela, o pai idoso com uma condição de saúde delicada, e os filhos que somam 5. Ela afirma que sua ocupação de trabalho é na roça, e que o pai já é aposentado. Quanto aos filhos, apenas comentou que estudam e que uma filha faz diária de faxina. Morando na mesma propriedade há 30 anos, conta que foi dada como herança. Sozinha, cuida do pai, dos filhos, e da roça.

Ao contrário do que foi observado em grande parte das casas visitadas, essa família não possui gado. No entanto, criam galinhas que enchem todo o terreiro. São alimentadas pelo que dá na roça. A internet não está presente e tampouco a energia elétrica. A casa também não possuía banheiro, assim como as outras casas visitadas. Na propriedade, há duas construções. A primeira com quartos e sala e a segunda com a cozinha e um quarto. No quintal, uma “tenda” com fogão a lenha e uma construção pequena onde ela guarda seus produtos do extrativismo e todos os livros que já ganhou durante eventos e cursos que participou.

Nos cultivos, têm-se mandioca, milho, feijão-de-corda, fava, gergelim, feijão andu, algodão, mamona, abóbora, quiabo, jiló e arroz. Voltados para o autoconsumo, ela e os filhos trabalham cuidando do plantio. A venda de algum desses produtos só é feita se tiver encomenda, pois, de forma usual não são comercializados. Ela investe na contratação de mão de obra externa quando o assunto é a capina - o mesmo motivo pelo qual as demais famílias contratam mão de obra.

Na atividade extrativista estão presentes o caju, a mangaba, o jatobá, o coco babaçu, o pequi e o tingui. Ela relatou que baru e buriti são difíceis de encontrar ali nas redondezas. Todos esses são processados e vendidos. Somente alguns óleos são doados pela justificativa de que algumas mulheres não sabem os processos de fabricação de determinados óleos e então ela os doa quando pedem. Na atividade, ela e os filhos estão envolvidos, sendo que ela pratica o extrativismo desde os 10 anos de idade. Toda coleta é feita dentro da propriedade e ela entende que toda a área externa pertence à comunidade do Vão de Almas. Mais uma vez, nota-se a consciência coletiva do território.

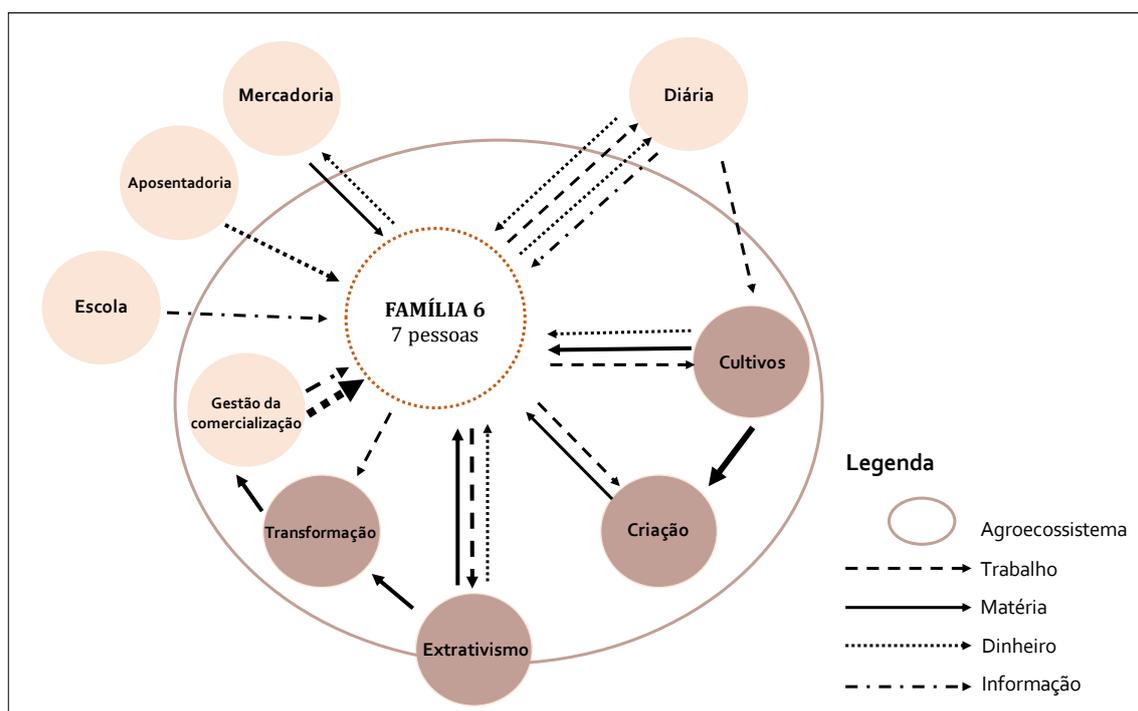
A venda dos produtos do extrativismo é feita em Cavalcante ou em feiras e cursos que podem acontecer. Ela também consegue vender através de pedidos que chegam até

ela, ou que chegam através dos filhos e amigos. A renda fica para ela para usufruir nos gastos com a casa. Na construção onde ficam seus produtos, observou-se estoque de alguns óleos e outros produtos, como farinha de jatobá, por exemplo. Nada em grandes quantidades, mas existem produtos guardados para uma eventual venda.

Ao ser perguntada sobre o que poderia facilitar a atividade extrativista, ela mencionou que se tivesse um transporte para levar os frutos da área de coleta até sua casa seria de grande ajuda. Condição apresentada também por outras três mulheres entrevistadas. Na pergunta sobre a importância da atividade extrativista, ela responde de uma forma simples, mas genuinamente carregada de significados. Nota-se que a entrevistada tem muito claro em sua mente a importância do seu povo, da sua história e de suas atividades. Ao perguntar “A coleta de frutos do Cerrado é uma atividade importante para senhora? Por quê?”, a resposta recebida foi simples e direta “sim, vai passando conhecimento”. Uma frase curta, mas que diz sobre a consciência acerca da importância e necessidade de propagar para as gerações seguintes a atividade à qual seu povo é tão intrinsecamente ligado.

No que diz sobre composição da renda, a entrevistada respondeu que apenas o extrativismo compõe a renda familiar. No entanto, em determinado momento foi dito que seu pai é aposentado. Portanto, esse benefício previdenciário é mais um componente na renda, ainda que não considerado por ela nesse momento da entrevista. Na Figura 36 é considerado a aposentadoria e a diária realizada pela filha para composição da renda familiar. Apesar de não ter um estoque volumoso de produtos, para a entrevistada a renda do extrativismo é a mais importante, sendo essa seta a mais significativa, dentre as da imagem.

Figura 36 – Fluxograma da Família 6



Fonte: Autoria própria

Os cultivos representam uma importante fonte de alimentos para a família e para a criação de galinha que parecem ser alimentadas exclusivamente pelo cultivo. Ainda na categoria criação, não há fluxo de dinheiro, pois não foi comentado se esses animais são vendidos ocasionalmente. As mercadorias compradas ocasionalmente na cidade não foram relatadas de forma a se entender que são compras significativas para a família e, por isso, a seta diminuída. As fontes de informação vêm através das diárias externas realizadas pela filha, dos filhos em idade escolar e da venda dos produtos extrativistas. Por ser uma mulher de boas relações com seus vizinhos e comunidade, frequentemente é chamada para cursos, oficinas e feiras, onde tem a oportunidade de falar sobre a história do seu povo, sobre a atividade extrativista e também de vender seus produtos.

Na categoria “Diária” se tem quatro fluxos de diferentes tipos. O primeiro par de fluxo (Dinheiro e Trabalho) representa as diárias feitas pela filha. Portanto, a filha oferece o serviço e retorna renda. A terceira seta representa “dinheiro”, ou seja, é a contratação de mão de obra para a capina, como já foi dito. A quarta e última seta representa a chegada de informação, explicada no parágrafo anterior.

Na categoria “Extrativismo” a venda de produtos *in natura* é dificultada por não haver energia elétrica na casa, o que pode ser interpretado como uma fragilidade para essa família quando comparado a demais casas que possuem energia elétrica.

A partir do observado e do que foi conversado em entrevista, nota-se que o extrativismo, para esse caso, é a renda essencial para a casa. O seu tempo de trabalho e esforço é voltado mais para essa atividade.

Enquanto nas demais casas via-se a figura de outro adulto também responsável pelas atividades, nessa família tem-se apenas a figura materna cuidando de tudo. O fato dela reconhecer o extrativismo como a principal atividade que retorna renda e ao compreender a resposta dada que a atividade extrativista é importante porque oferece a oportunidade de passar conhecimento, pode-se considerar que para essa propriedade o extrativismo tem um papel que vai além da possibilidade de um retorno financeiro. Ele contribui para que os conhecimentos sobre coleta, processamento e venda desses produtos sejam repassados. Na reprodução social fala-se sobre as condições mínimas necessárias para manutenção do modo de vida e nesse quesito o extrativismo contribui, sem dúvidas. Mas tem-se o fato de que uma reprodução social se dá também pela afirmação do indivíduo na sociedade. Assim, ao permitir que seus filhos tenham acesso a esse conhecimento, eles se reafirmam enquanto Kalunga e fortalecem a história do seu povo.

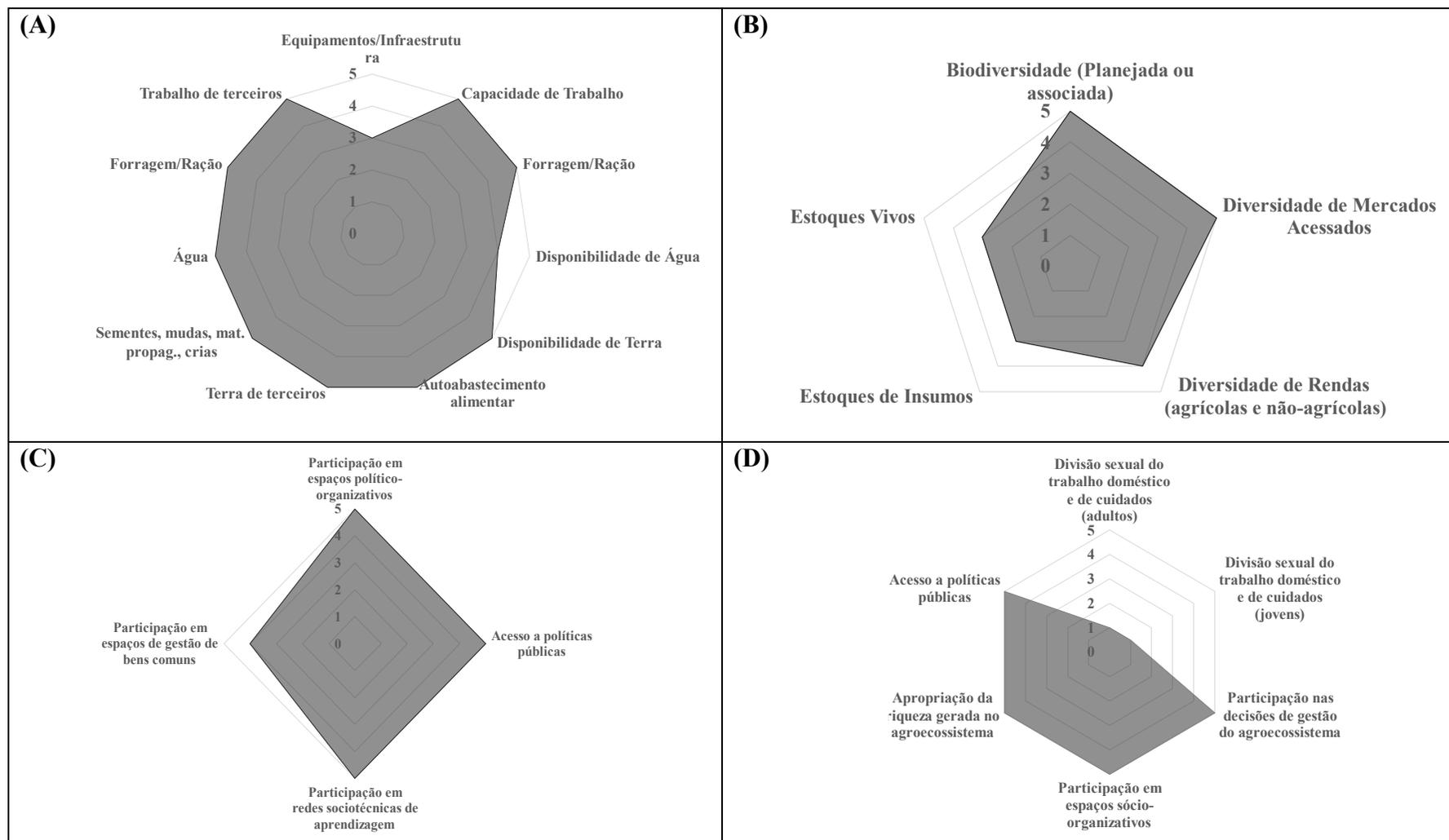
Na análise qualitativa a família padece com a falta de energia elétrica, o que compromete alguns parâmetros da análise e na vida real, compromete a capacidade de ampliação de venda e de estoque dos produtos. Além de dificultar o acesso à água, pela falta da bomba que faz o serviço de levar água até a propriedade (Figura 37A).

A diversidade da renda, como foi visto mais acima, vem da venda dos produtos extrativistas, do benefício social e das diárias que a filha faz. Diferentemente do que pode ser visto em alguns casos, não houve menção sobre a venda de cultivos. O estoque de insumos fica comprometido e a diversidade de produtos também, pois dentro da propriedade não há fornecimento de energia elétrica. E nos estoques vivos, a família conta apenas com criação de galinhas, variando do que foi visto nas demais casas que contavam também com criação de gado. Devido a esses fatores, o gráfico da responsividade pode ser visto na Figura 37B.

Seguindo o que já foi visto, a mulher participa dos espaços disponíveis, encontros, feiras, oficinas, e da marca Mãe de óleos Kalunga (Figura 37C). Quanto à participação na associação, não foi mencionado o grau de envolvimento.

Por se tratar de uma mãe solteira, acreditou-se que os filhos teriam uma participação mais ativa nos serviços domésticos. Como foi relatado, os filhos a auxiliam nas atividades, mas quem é a responsável pelas atividades de dentro e fora de casa, é a mulher entrevistada (Figura 37D).

Figura 37: Gráfico radar da Família 6.



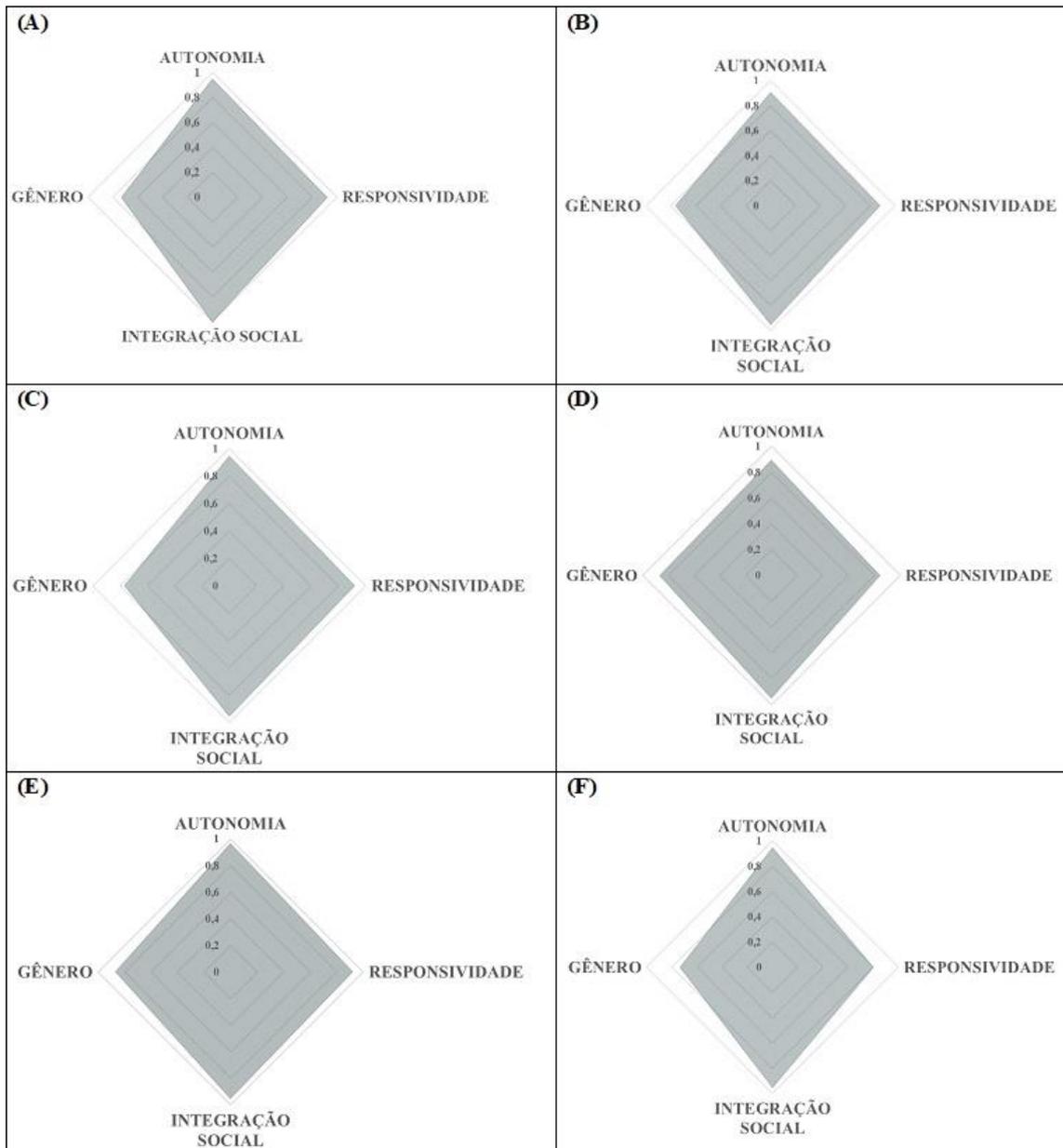
(A) Gráfico radar do atributo autonomia da Família 6. **(B)** Gráfico radar do atributo responsividade da Família 6. **(C)** Gráfico radar do atributo integração social da Família 6. **(D)** Gráfico radar do atributo gênero da Família 6.

Fonte: Autoria própria

4.7. Síntese

Aqui reuniu-se o que o método chama de síntese, ou seja, a média para cada atributo a partir do escore de cada parâmetro. O índice síntese traduz as potencialidades da família entrevistada e as lacunas onde oportunidades podem ser exploradas. Na Figura 38 abaixo, os gráficos radar trazem de forma visual a configuração do índice síntese dessa pesquisa.

Figura 38 - Gráficos radar síntese das famílias entrevistadas.



(A)Gráfico radar síntese da Família 1. (B)Gráfico radar síntese da Família 2. (C)Gráfico radar síntese da Família 3. (D)Gráfico radar síntese da Família 4. (E)Gráfico radar síntese da Família 5. (F)Gráfico radar síntese da Família 6.

Fonte: Autoria própria

A família 1 (Figura 38A) possui uma excelente autonomia em relação aos recursos, uma boa capacidade de resposta frente a mudanças, excelente relação social e protagonismo da mulher em várias frentes. No entanto, no atributo gênero, essa família apresenta uma divisão de atividades bem definida, onde os serviços de cuidados são exclusivamente feitos pelas mulheres da família.

Na família 2 (Figura 38B) têm-se uma família com boa autonomia frente ao mercado, com uma boa capacidade de resposta a mudanças, ainda que em alguns parâmetros tenham oportunidades que podem ser exploradas, bem integrada socialmente, mas que ainda evidencia uma divisão de trabalho e responsabilidades determinados à mulher ou ao homem.

Já a família 3 (Figura 38 C) tem uma excelente resposta para os atributos, com índices acima de 0,92. Contudo, o atributo gênero é um elemento onde se pode extrair uma melhor relação. Ponto que nas demais famílias também podem ser observado.

A família 4 (Figura 38D) é uma família que no atributo gênero possui a divisão mais próxima da igualdade em alguns parâmetros, mas que quando se trata dos atributos autonomia e responsividade é uma família com alguns pontos que necessitam de atenção para que toda a sua força possa ser traduzida em oportunidades e estratégias de comercialização.

Dentre as famílias, essa é a que apresenta as melhores condições de trabalho, produção e recursos. Ao ter uma filha que frequentemente vai para a cidade, a qual possui contatos, com o genro dono da mercearia da comunidade, percebe-se que o acesso à informação através da filha é bem fortificado. Ao ser uma família que tem facilidade de transporte, já que pode contar com carro para sair da comunidade quando quiser, são pessoas que possuem um contato mais frequente com a cidade. Esse fator pode ter uma grande influência em como são tomadas as decisões, uma vez que a troca de conversas com pessoas de dentro e de fora da comunidade permite que a entrevistada tenha uma melhor interação e possa vislumbrar mais oportunidades produtivas e comerciais. Abaixo, no gráfico síntese (Figura 38E) podem ser vistos os índices para cada atributo e, como foi mencionado no início do capítulo, as justificativas podem ser vistas no Apêndice B.

Na família 6, quando se trata dos atributos responsividade e gênero, é a família que possui certa fragilidade nesses atributos, podendo ser um ponto de partida para aprimoramento das potencialidades. A questão da falta de energia, assim como no outro caso, é um ponto de grande relevância dentro de toda a análise, pois limita o potencial

familiar de produção. No entanto, ao se falar de autonomia e integração social, a família vai muito bem devido à construção natural das famílias Kalunga do Vão de Almas para alcançar a autossuficiência e da interação que foi construída ao longo dos anos dentro da comunidade. Esses fatores refletem no gráfico (Figura 38F).

Abaixo, temos a Tabela 01 onde podem ser observados os índices de cada atributo para cada família. Como foi falado, o atributo gênero é uma questão que pode ser melhorada nas famílias da comunidade. Com os menores índices, a divisão de serviços de cuidado, serviços de casa e serviços da roça, são bem definidos na maioria das famílias entrevistadas. Já para a integração social, devido ao pertencimento a grupos, a associação e a coletivos, é um atributo em que especialmente as mulheres são bem engajadas e articuladas.

Além da associação, na comunidade existe a marca “Mãe de óleos Kalunga” como foi citada nas seções referentes as famílias. A marca nasceu com apoio da Articulação Pacari e em parceria com as mulheres foram criados rótulos para os produtos que elas vendem. Com a rotulação, os produtos Kalunga ganham personalização e contribui para que o trabalho e a história da mulher Kalunga sejam divulgados. No entanto, na época dessa pesquisa (2022), a triagem dos rótulos enfrentava dificuldades devido a desentendimento entre as mulheres. De toda forma, é um coletivo importante para a comunidade e permite que os produtos tenham uma apresentação, ou seja, uma roupagem que possibilite a venda em mais canais de comercialização. Dito isso, a integração social na comunidade é presente, todas se conhecem e se ajudam. É um elemento que demonstra a importância da unificação de esforços para fortalecimento da comunidade.

Tabela 01. Síntese dos atributos para cada família.

ATRIBUTOS	FAMÍLIA 1	FAMÍLIA 2	FAMÍLIA 3	FAMÍLIA 4	FAMÍLIA 5	FAMÍLIA 6
Autonomia	0,95	0,91	0,95	0,89	0,96	0,95
Responsividade	0,92	0,88	0,92	0,84	0,92	0,8
Integração Social	1	0,95	0,95	0,95	0,95	0,95
Gênero	0,73	0,76	0,77	0,87	0,87	0,73
SÍNTESE	0,9	0,87	0,9	0,89	0,93	0,86

Fonte: Autoria própria

Com a trajetória de estabelecimento da comunidade no território é coerente o resultado do atributo autonomia. O grau de independência em relação ao mundo fora da comunidade, se justifica devido a toda a história e aos anos que essas famílias viveram

isoladas nessa cadeia de vales ao norte de Goiás. E se entende, pelo mesmo motivo, a capacidade de resposta dessas famílias frente a ocasionais distúrbios, como visto no atributo responsividade.

No próximo capítulo, serão abordadas as congruências encontradas nas famílias entrevistadas, assim como aspectos que se distinguem de uma família para outra, trazendo os principais resultados e discussões com a literatura. O objetivo do próximo capítulo é contextualizar sobre a realidade do território em que as entrevistas foram feitas, de forma a encontrar os pontos que fortalecem as relações tanto sociais quanto de mercado dentro da comunidade, assim como pontos que poderiam ser otimizados para impulsionar as ditas relações.

5. SISTEMAS AGROEXTRATIVISTAS: REFLEXÕES E DISCUSSÕES

Como já mencionado, de acordo com o trabalho de França (2019), estima-se que há 350 famílias vivendo na comunidade Vão de Almas. Nessa pesquisa pode-se conhecer melhor seis mulheres agroextrativistas. O tempo da pesquisa e a andança pelo local auxiliou a juntar uma riqueza de detalhes que, somada às dedicadas respostas das entrevistadas, ofereceu dados consistentes para as análises feitas posteriormente. Munida das entrevistas, mas principalmente do caderno de campo para registro do que foi observado e do que foi falado fora da entrevista, essas anotações foram cruciais para dar forma e trazer uma análise mais rica do que foi visto em campo.

5.1. Atividades agropecuárias

Começando pela criação de animais, em todas as casas foi observada a criação de galinhas. Criadas soltas e comendo o que as famílias oferecem, em regra se alimentam dessa forma. No mais, comem o que dá na roça e, quando a roça não dá, compram ração. Por vezes são abatidas para consumo da família. Nota-se ser uma criação importante com custo baixo para manter e que pode alimentar toda a casa. No trabalho de Ferreira (2009) a criação de galinhas também é muito presente na região de Sapê do Norte (ES), mas que devido a uma situação delicada envolvendo a monocultura e invasão dos espaços dos vizinhos, não são mais criadas de forma solta. Situação que se contrapõe ao que foi observado no Vão de Almas. A Figura 39 mostra algumas criações pastando e ciscando livres na propriedade.

Figura 39 – Criações na propriedade.



Fonte: Autoria própria

Das seis entrevistadas apenas quatro criavam gado. O gado vive de forma parecida à das galinhas. São criados soltos, comendo o que o Cerrado oferece. Alguns moradores preparam a mandioca que plantam para alimentá-los. Um senhor da comunidade, enquanto estava na estrada, apontou para o cerrado e afirmou “se quiser encontrar gado, pode olhar debaixo de um pé de fruta”. Essa fala mostra bem como se dá a criação de animais. De forma solta e com confiança na comunidade, pois como são criados de forma livre, o gado ultrapassa os limites da propriedade e, ainda assim, não foram ouvidas histórias de furto ou roubo de gado. A criação de gado em comunidades quilombolas podem ser observada em alguns trabalhos (JESUS *et al.*, 2019; FERREIRA, 2009; TUBALDINI; DINIZ, 2011). No entanto, em outros trabalhos esse tipo de criação não foi observado (PONTES; STEWARD, 2020; AZEVEDO *et al.*, 2020)

Em nenhuma das casas visitadas foi vista criação de porcos. Assim como no trabalho de Pontes e Steward (2020) onde aponta que a criação de porcos é rara na comunidade Quilombola Moju-Miri (PA). Já em outros trabalhos, as comunidades quilombolas possuem criação de porcos (TUBALDINI; DINIZ, 2011; FERREIRA, 2009). Tem-se então que essa criação específica vai depender da necessidade do local em que essas famílias vivem e dos objetivos

Ainda sobre criações, pode-se observar que em algumas propriedades há criação de burros ou cavalos como meio de locomoção ou para carga.

Nas produções agrícolas, o arroz era plantado em todas as casas. Outros seis produtos eram cultivados em cinco das seis casas, são eles: mandioca, abóbora, milho, quiabo, feijão de corda e jiló. Destaca-se que a produção de arroz de uma das casas era feita a 3 quilômetros da propriedade. O motivo é que a terra foi dada por um vizinho da família e eles a usaram para o plantio de arroz. A mandioca, o milho, o feijão e o arroz também são cultivados em outras comunidades quilombolas (ALVES; SAHR, 2009; VIZOLLI; SANTOS, 2010; OLIVEIRA *et al.*, 2012; SOUSA, 2014; NASCIMENTO; PERUCCHI, 2020).

A mandioca é bastante utilizada na alimentação das famílias, o que demonstra a importância para a segurança nutricional, além de fornecer renda. Os trabalhos de Vizolli e Santos (2010), Nascimento e Peruchhi (2020), Santos e Claudino (2020), reafirmam a importância da mandioca e seus produtos tanto para autoconsumo quanto para comercialização. Em uma das casas, cerca de quatro pessoas da família juntamente com uma amiga da família (também moradora do Vão de Almas), estavam descascando

mandioca. Havia dois montes consideráveis do tubérculo e estavam nesse processo para depois ser feita a farinha. Foi contado que a plantação se deu de maneira conjunta com outro morador e que a ajuda que estavam tendo no processo de descascar era comum entre os moradores. A cooperação no processo de descasque da mandioca também foi relatada no trabalho de Vizolli e Santos (2010) na Comunidade Quilombola Lagoa da Pedra, Tocantins. O trabalho conjunto também é relatado por Alves e Sahr (2009), onde em épocas que se precisa de mais força de trabalho, acontecem os mutirões na comunidade quilombola do Vale do Ribeira.

Além dos cultivos já mencionados, outros 20 produtos são plantados pelas famílias entrevistadas. São eles: algodão, gergelim, mamona, melancia, tamarindo, banana, fava, pimenta, feijão andú, capim-eucalipto, abacate, manga, manjeriço, batata, moringa, abacaxi, cana, laranja, capim-cheiro e limão. Todos os produtos citados neste parágrafo foram citados até três vezes. O algodão e o gergelim foram mencionados em três das seis entrevistas. Já a mamona e a melancia foram citadas em duas entrevistas. Os demais cultivos foram mencionados apenas uma vez. Em outras comunidades quilombolas também é relatada a produção agrícola voltada mais para o consumo e/ou alimentação animal (OLIVEIRA, 2012; SOUSA, 2014). Contudo, no estudo de Alves e Sahr (2009) a produção agrícola da comunidade quilombola é feita para a venda, onde a comercialização se dá através da cooperativa. Todos os produtos citados pelas entrevistadas estão relacionados no Quadro 5.

Quadro 5. Nomes científicos das espécies cultivadas citadas.

Nome popular	Família	Nome científico
Abacate	Lauraceae	<i>Persea americana</i> Mill.
Abacaxi	Bromeliaceae	<i>Ananas comosus</i> (L.) Merr.
Abóbora	Cucurbitaceae	<i>Cucurbita sp.</i>
Algodão	Malvaceae	<i>Gossypium sp.</i>
Andu	Fabaceae	<i>Cajanus cajan</i> (L.) Huth
Arroz	Poaceae	<i>Oryza sativa</i> L.
Banana	Musaceae	<i>Musa sp.</i>
Batata	Solanaceae	<i>Solanum tuberosum</i> L.
Cana	Poaceae	<i>Saccharum sp.</i>
Capim-eucalipto	Poaceae	<i>Cymbopogon citratus</i> (DC.) Stapf
Fava	Fabaceae	<i>Vicia faba</i> L.
Feijão de corda	Fabaceae	<i>Vigna unguiculata</i> (L.) Walp.
Gergilim	Pedaliaceae	<i>Sesamum orientale</i> L.

Jenipapo	Rubiaceae	<i>Genipa americana</i> L.
Jiló	Solanaceae	<i>Solanum aethiopicum</i> L.
Laranja	Rutaceae	<i>Citrus sp.</i>
Limão	Rutaceae	<i>Citrus limon</i> (L.) Osbeck
Mamona	Euphorbiaceae	<i>Ricinus communis</i> L.
Mandioca	Euphorbiaceae	<i>Manihot esculenta</i> Crantz
Manga	Anacardiaceae	<i>Mangifera indica</i> L.
Manjeriço	Lamiaceae	<i>Ocimum basilicum</i> L.
Melancia	Cucurbitaceae	<i>Citrullus lanatus</i>
Milho	Poaceae	<i>Zea mays</i> L.
Moringa	Moringaceae	<i>Moringa oleifera</i> Lam.
Pimenta	Piperaceae	<i>Piper sp.</i>
Quiabo	Malvaceae	<i>Abelmoschus esculentus</i> (L.) Moench
Tamarindo	Fabaceae	<i>Tamarindus indica</i> L.

Fonte: Autoria própria

O algodão e o gergelim são produtos típicos kalunga. São produtos vistos em muitos locais para vender e sempre associados ao povo Kalunga. Esses produtos eram cultivados em apenas três casas. Nas três casas o gergelim é consumido, no entanto, apenas em duas é vendido e somente uma família faz troca e/ou doação. Já o algodão, das três casas que o cultivavam, uma utilizava o produto, duas casas comercializavam, e apenas uma casa fazia troca e/ou doação. É interessante observar o caso do algodão. Foi relatado que antigamente todas as roupas das famílias eram feitas a partir do algodão que era plantado, colhido, fiado no fuso (Figura 40) e arrumado em novelos para que as roupas pudessem ser feitas. Hoje em dia não há mais necessidade de se costurar uma roupa do zero para vestir a família. As mulheres vendem o novelo de algodão realmente apenas para fora. O processo de fiar é belíssimo e chama a atenção de visitantes.

Figura 40 – Fuso.



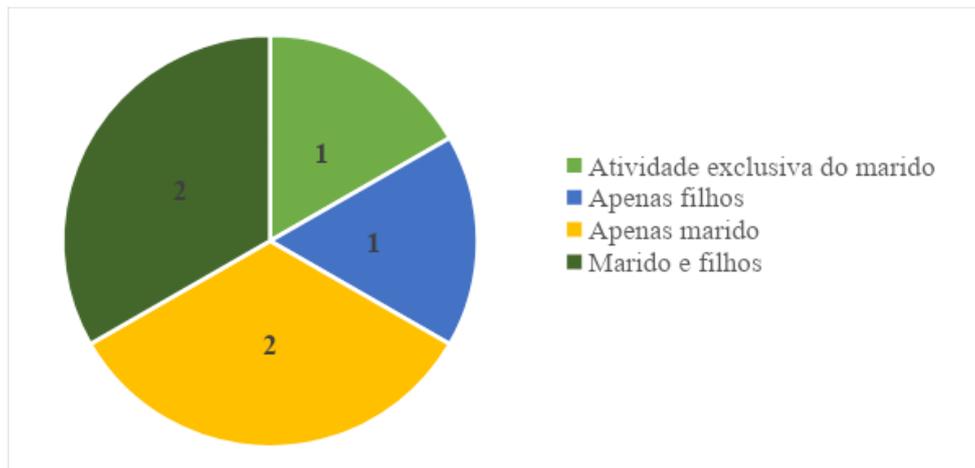
Fonte: Neuza Torres

Falando em produtos que remetem a um povo, no estudo de Sousa (2014) é discutida a relevância do artesanato, especificamente da cerâmica refratária das comunidades quilombolas África e Laranjituba, no Pará. A autora traz sobre como os artefatos fabricados por essa comunidade traduzem sua história e cultura e atuam em prol do fortalecimento da comunidade. Já no trabalho de Cestari *et al.* (2015) os objetos em cerâmica são uma referência identitária para o povo e uma fonte de renda para as mulheres da comunidade quilombola Itamatatiua, no Maranhão. Como foi dito, nesta dissertação, uma das entrevistadas trabalha com artesanato da folha de buriti, algo que apenas ela produz. Tal produto ainda não tem a repercussão e nem o vínculo que o algodão e o gergelim possuem. No entanto, poderia ser mais um produto identitário dentro do território vinculado ao povo Kalunga. São produtos belíssimos, feitos com a palha de uma palmeira nativa e que poderiam trazer para a comunidade, em especial para essa mulher, uma visibilidade e valorização do trabalho artesanal feito na comunidade.

Voltando para as produções agrícolas, as mulheres participam ativamente nas atividades (Figura 41). Das seis mulheres entrevistadas, apenas uma declarou que a atividade da roça é exclusiva do marido, ou seja, que ela não participa ou participa ocasionalmente da atividade. Quatro mulheres são auxiliadas pelos maridos. Dessas, duas mulheres são auxiliadas apenas pelos maridos e duas são auxiliadas pelos maridos e

filhos. Uma mulher declarou ser auxiliada nas atividades agrícolas apenas pelos filhos. Nesse caso, a mulher informou que é mãe solteira.

Figura 41 – Gráfico das pessoas envolvidas nas atividades agrícolas.



Fonte: Autoria própria

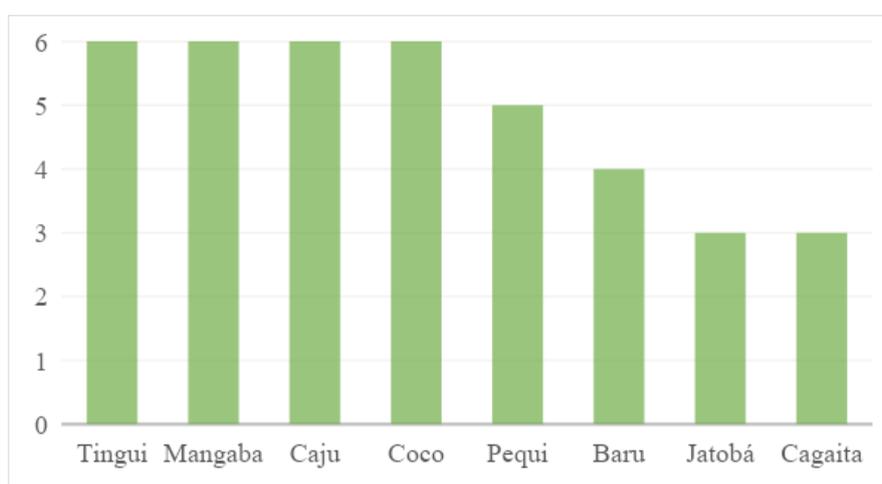
Esse fato também pode ser observado no trabalho de Nascimento e Perucchi (2020). Na comunidade em questão, o trabalho da roça é dos pais e dos filhos, mas a mãe também participa ativamente. No entanto, em contraste ao que foi observado na atual pesquisa, no trabalho de Nascimento e Perucchi (2020) o marido é responsável pela coleta do açaí e pela comercialização de produtos. Já na atual pesquisa, tem-se que o extrativismo e a comercialização são chefiados majoritariamente pelas mulheres.

Quanto à contratação de mão de obra para serviços na propriedade, quatro entrevistadas contaram que contratam serviços de terceiros para a roçagem da terra. Comentaram que esse serviço é trabalhoso e pagam diária para outras pessoas, da própria comunidade, executarem. Duas entrevistadas não contratam mão de obra de terceiros para nenhuma atividade. Curiosamente, as duas entrevistadas que não contratam mão de obra são casadas e uma delas afirma que no trabalho agrícola só quem mexe é o marido. Vê-se que os maridos nesses casos têm papel essencial para preparação da terra para novo plantio. As famílias não veem necessidade de investir dinheiro na diária de um ajudante.

5.2. Atividade extrativista

Sobre a atividade extrativista, foco dessa pesquisa, começaremos pelos produtos mais citados pelas entrevistas. Esses frutos são encontrados dentro e fora das propriedades e não se ouviu reclamação a respeito de diminuição de produção da árvore ou qualquer outra observação a respeito de alteração da disponibilidade de frutos. A Figura 42 mostra os mais citados. O tingui, a mangaba, o caju e o coco foram citados em todas as entrevistas feitas. O pequi, espécie simbólica do Cerrado no estado de Goiás, foi citado em cinco entrevistas. Já o baru foi mencionado em quatro entrevistas e o jatobá e a cagaita em três entrevistas.

Figura 42 – Gráfico dos frutos mais citados.



Fonte: Autoria própria

Algumas entrevistadas citaram o fruto coco e outras citaram babaçu. Para confirmar que se tratava do mesmo fruto, foi indagado se o coco citado era o babaçu e a resposta foi positiva. Assim, ao transcrever a entrevista foi deixado do jeito que a entrevistada falou, e, portanto, são encontradas tanto a palavra coco quanto a palavra babaçu. No entanto, a fim de demonstrar a relevância do fruto frente à quantidade de vezes que foi citado, as duas palavras foram agrupadas e consideradas apenas como “coco”. A relação das espécies nativas citadas pode ser vista no Quadro 6.

Quadro 6. Nomes científicos das espécies nativas citadas.

Nome popular	Família	Nome científico
Tingui	Sapindaceae	<i>Magonia pubescens</i> A.St.-Hil.
Mangaba	Apocynaceae	<i>Hancornia speciosa</i> Gomes

Caju	Anacardiaceae	<i>Anacardium humile</i> A.St.-Hil.
Pequi	Caryocaraceae	<i>Caryocar brasiliense</i> Cambess.
Baru	Fabaceae	<i>Dipteryx alata</i> Vogel
Babaçu	Arecaceae	<i>Attalea speciosa</i> Mart. ex Spreng.
Jatobá / Jatobá do campo	Fabaceae	<i>Hymenaea</i> sp.
Cagaita	Myrtaceae	<i>Eugenia dysenterica</i> (Mart.) DC.
Aroeira	Anacardiaceae	<i>Schinus terebinthifolia</i> Raddi
Imburana	Burseraceae	<i>Commiphora leptophloeos</i> (Mart.) J.B.Gillett
Sucupira	Fabaceae	<i>Pterodon emarginatus</i> Vogel
Bacupari	Clusiaceae	<i>Garcinia gardneriana</i> (Planch. & Triana) Zappi
Buriti	Arecaceae	<i>Mauritia flexuosa</i> L.f.
Ipê	Bignoniaceae	<i>Tabebuia</i> sp.
Tamburi / Tamboril	Fabaceae	<i>Enterolobium</i> sp.
Coraiúba	Fabaceae	<i>Copaifera langsdorffii</i> Desf.
Amescla	Burseraceae	<i>Protium heptaphyllum</i> (Aubl.) Marchand
Curriola	Sapotaceae	<i>Pouteria ramiflora</i> (Mart.) Radlk.

Fonte: Autoria própria

A maior parte das mulheres entrevistadas (cinco) falaram que trabalham com extrativismo desde pequenas. Três mulheres citaram que trabalham desde os 10 anos de idade na atividade, duas falaram que exercem “desde menina” ou “desde pequena”, e uma citou que começou aos 21 anos de idade. Essa última trabalha com plantas medicinais, que é de onde vem seu sustento. Tem um conhecimento enorme sobre usos e plantas que infelizmente não pode ser totalmente retratado na entrevista. O extrativismo faz parte da sua alimentação, mas ela faz dinheiro com plantas medicinais. Ela relatou que deixa seus produtos em lojas em Cavalcante para venda.

A atividade extrativista vegetal também é presente em outras comunidades quilombolas, como nas Comunidades Quilombola do Baixo Acaraqui (NASCIMENTO; PERUCCHI, 2022), Comunidades Quilombolas África e Laranjituba (SOUSA, 2014), Comunidade Quilombola Menino Jesus (PALHETA, 2022), localizadas no Pará. Assim como nas Comunidades Quilombolas do Sapê do Norte, no Espírito Santo (FERREIRA, 2009), na Comunidade Quilombola Salamina Putumuju, na Bahia (MARTINS, 2014), e na Comunidade Quilombola Currálinho, no Piauí (FÉ; NASCIMENTO; GOMES, 2019).

Na atividade extrativista, a mulher é a figura sempre presente. Duas mulheres citaram que às vezes são auxiliadas pelos filhos e uma mulher citou que às vezes é auxiliada pelo marido. Já as outras três mulheres falaram que a atividade é exercida por toda a família. A literatura aponta que o extrativismo no Cerrado é uma atividade

predominantemente feminina (LIMA, 2008; GUSMÃO, 2019; PORRO, 2019) e nesta pesquisa vê-se que em metade das casas é essa a realidade, onde a mulher é a principal agente na atividade.

Quanto ao local de coleta, três entrevistadas disseram que coletam apenas dentro de seus lotes. Outras três relataram que também coletam fora dos limites das suas propriedades. Algumas alegaram que não gostam de ir “na área dos outros” coletar, mas que não se importam que adentrem nas suas áreas. No entanto, todas as entrevistadas têm o entendimento de que a área fora de seus lotes é de uso comum, e que, portanto, pertence à comunidade. A concepção do território como um local que é de todos da comunidade é vista também nos trabalhos de Ferreira (2009), Nepomuceno e Aragi (2020) e Silva *et al.* (2022) e outros trabalhos, afinal o território é elemento essencial de direito, pois traduz a identidade quilombola e permite a existência do povo.

Quando perguntadas com quem fica o dinheiro que vem da venda dos produtos extrativistas, a resposta de quatro mulheres foi que fica para elas. Duas mulheres afirmaram que o dinheiro fica para a “casa”, ou seja, a renda vinda da atividade é utilizada em prol de todos. Interessante ver a relação das pessoas envolvidas no extrativismo e o responsável pela renda (Quadro 7). Ainda que três mulheres tenham afirmado que a atividade é exercida por todos, duas mulheres afirmam que as responsáveis por essa renda são elas. Isso não significa que o dinheiro não seja usado em casa, apenas evidencia que quem destina o recurso são as mulheres.

Quadro 7. Relação de pessoas na atividade extrativista e responsável pela renda.

Entrevista	Pessoas envolvidas na atividade extrativista	Responsável pela renda
Entrevista 1	Mulher e às vezes os filhos	Mulher
Entrevista 2	Mulher e às vezes o marido	Todos
Entrevista 3	Todos	Mulher
Entrevista 4	Todos	Todos
Entrevista 5	Mulher e às vezes a filha	Mulher
Entrevista 6	Todos	Mulher

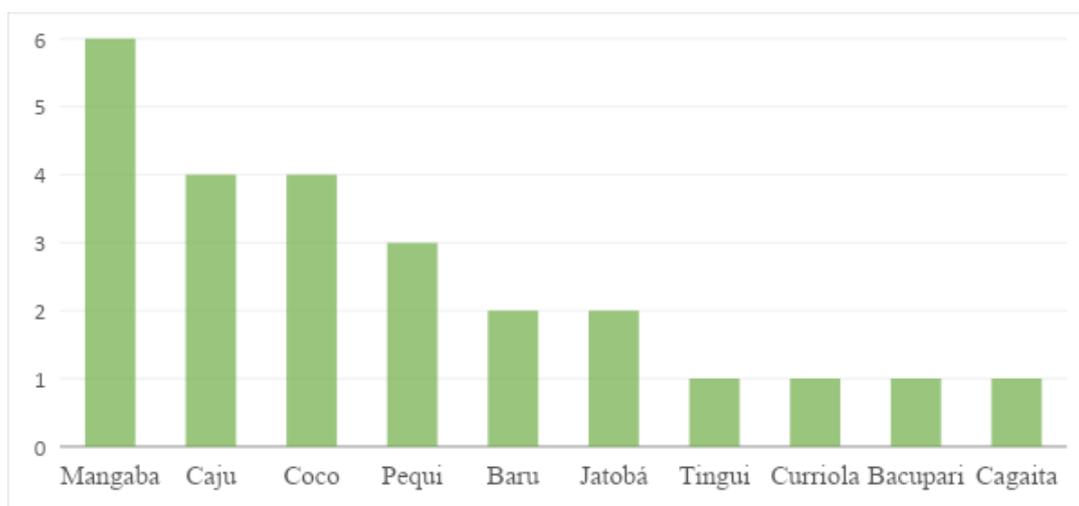
Fonte: Autoria própria

Até aqui, sabe-se que as mulheres trabalham na produção agrícola e na atividade extrativista. Porém, para além dessas atividades, somam-se as atividades domésticas, o que pode ser visto também no trabalho de Pontes e Steward (2019). Todas as mulheres entrevistadas trabalham também com os serviços de dentro de casa. As mulheres desta

pesquisa possuem uma dupla (ou até tripla) jornada de trabalho: as atividades produtivas e as atividades domésticas, mais as ramificações dessas, que incluem o processamento dos produtos, os canais de comercialização, e a venda em si. São mulheres que estão presentes em toda parte da propriedade, desde a casa até o quintal. Presentes para além das delimitações das suas propriedades quando vão à casa de algum vizinho para ajudar em alguma atividade, ou quando vão à cidade para compras, ou quando vão para mais longe para participar de feiras, cursos e expor seus produtos. Em verdade se vê que a divisão social do trabalho aqui é de forma muito clara: homens cuidando de produções, idas à cidade e mulheres cuidando dessas atividades relatadas somadas a todo o resto que envolve cuidar, manter e gerenciar.

No consumo de frutos do Cerrado (Figura 43) todas as mulheres citaram a mangaba. Pode ser porque estava em época de mangaba quando a pesquisa foi realizada. Quatro mulheres citaram o caju e o coco. O pequi foi citado por três mulheres, e o baru e o jatobá por duas mulheres. Já o tinguí, a curriola, o bacupari e a cagaita foram citados por apenas uma mulher cada. Interessante observar que nem todos os frutos coletados são consumidos. Alguns frutos são apenas para venda. O relato ouvido de algumas mulheres é que elas consomem esses frutos a vida toda, e, hoje em dia, alguns frutos elas não conseguem mais consumir ou não fazem questão de consumir. Esses frutos são preparados principalmente para as visitas ou vendidos sob encomenda. No período desta pesquisa, tinha sempre disponível a vitamina de mangaba, uma iguaria deliciosa e que dá a disposição necessária para um dia inteiro de trabalho.

Figura 43 – Gráfico dos frutos consumidos



Fonte: Autoria própria

Como dito, nem todo fruto coletado é consumido. A tabela 2 apresenta de forma organizada esse dado. Para mangaba, das seis mulheres que a citaram, cinco consomem e vendem o fruto. Não necessariamente a mulher que consome faz a venda do fruto, e nem o contrário. Assim, uma mulher coleta apenas para vender o fruto e outra apenas consome o fruto. Por esse motivo, apesar de a mangaba ter sido citada em todas as entrevistas, quando analisado o que se faz com o fruto, aparecem menos mulheres que o número total. Isso também vale para os demais frutos. Por exemplo, para o caju, uma mulher coleta o fruto apenas para vender, ou seja, não é usual o seu consumo na residência.

Tabela 2 – Relação de consumo, venda e troca dos frutos.

Fruto	Consumo	Venda	Troca/doação	Amostra
Mangaba	5	5	-	6
Caju	3	4	-	4
Coco	4	4	1	4
Pequi	2	3	-	3
Baru	2	2	-	2
Jatobá	1	2	-	2
Tingui	1	1	-	1
Curriola	1	1	-	1
Bacupari	1	1	-	1
Cagaita	1	1	-	1

Fonte: Autoria própria

Já para o coco, todas as mulheres que o citaram, consomem e vendem. E apenas uma entrevistada afirmou realizar troca ou doação do fruto. A troca ou doação do fruto não foi citada para os demais frutos. O relato é de que os frutos do cerrado estão disponíveis por todo o território. Com isso, o acesso é de certa forma facilitado. Se retomamos o fato de que as entrevistadas possuem a compreensão que a área fora de seus lotes é de uso comum, faz sentido pensar que o acesso às árvores é livre e, portanto, a troca ou doação dos frutos é redundante.

Quando se trata dos produtos feitos a partir desses frutos, vê-se uma pluralidade considerável. No Quadro 8, observa-se que a mangaba e o baru têm as maiores variedades

de produtos. Sem dúvida, muitos frutos oferecem mais produtos dos que os apresentados na tabela, por exemplo, o doce de caju. Importante destacar que as mulheres têm trabalhado em novos produtos e experimentado novas combinações para alavancar suas vendas. Os frutos do Cerrado apresentam essa potencialidade para criação de novos produtos e as mulheres Kalunga possuem a sabedoria e a destreza para aproveitar as oportunidades que o Cerrado oferece.

Quadro 8 – Produtos feitos a partir dos frutos do Cerrado.

Fruto	Produtos
Mangaba	Fruto, suco, sorvete, geleia, polpa
Caju	Suco, fruto
Coco	Óleo, mesocarpo, casquinha
Pequi	Óleo, fruto, massa
Baru	Mesocarpo, óleo, castanha, farinha, caroço
Jatobá	Farinha
Tingui	Óleo, sabão
Curriola	Fruto, caroço
Bacupari	Fruto
Cagaita	Fruto

Fonte: Autoria própria

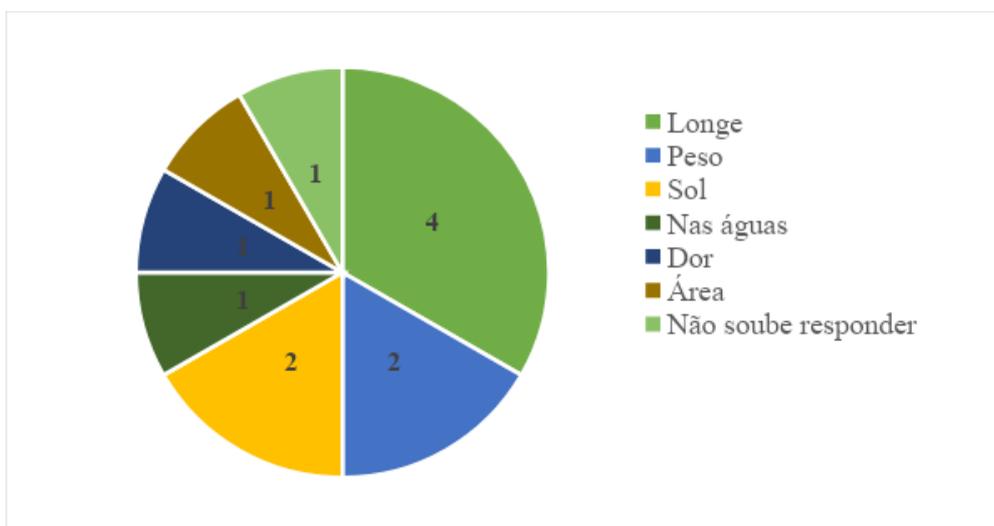
Quando se trata da venda desses produtos, todas indicam que são vendidos para pessoas de fora da comunidade. Isso significa que as vendas acontecem principalmente em Cavalcante e Alto Paraíso, ou em feiras e cursos que podem acontecer nas cidades. Outra forma de venda é através das visitas. O que foi visto é que pessoas de Goiás ou outros estados costumam ir até a comunidade para visitar essas mulheres e daí sempre costumam comprar algum produto das mãos delas. Uma estratégia usada devido à dificuldade de acesso descrita no início do texto, é de os visitantes levarem encomendas feitas por outros compradores. Assim, aproveita-se a viagem e em uma visita é garantida a venda de produtos para mais de uma pessoa. Isso significa mais produtos vendidos, economia de tempo, facilidade de entrega e, claro, mais dinheiro para dentro de casa.

As responsáveis pela venda desses produtos são elas mesmas, mas não significa que apenas elas façam essa atividade. Elas gerenciam, de fato, as vendas, mas outras pessoas da família (maridos e filhos) ordenam a comercialização também, como visto no trabalho de Nascimento e Perucchi (2020). Por vezes o pedido de determinado produto chega pelo marido, outras pelos filhos e assim acontece. Apesar de ser uma comunidade de tamanha dificuldade de acesso, a comercialização dos produtos acontece de forma

orgânica e estratégica. Essas mulheres desenvolveram uma lógica de comercialização que permite a elas a venda frequente de seus produtos. Quando perguntado se elas possuíam estoque de produtos, quatro mulheres responderam que sim. Apesar de duas responderem negativamente, na casa de uma delas foi vista certa quantidade de produtos disponíveis para venda. Já a outra mulher (a qual respondeu que não tinha estoque) costuma deixar seus produtos em uma loja de Cavalcante. Conclui-se que de tempos em tempos é necessário repor a prateleira da loja e que de fato possa haver certa quantidade de produtos aguardando para chegar nas prateleiras da cidade.

Na atividade extrativista, a maior dificuldade encontrada é a distância necessária a percorrer até chegar aos pés dos frutos. Essa condição foi citada quatro vezes (Figura 44). O peso da coleta dos frutos é um fator importante e foi citado duas vezes, assim como a questão da alta temperatura quando é época de seca. Outros aspectos foram citados apenas uma vez cada, como a dificuldade de coletar “nas águas”, a dor na coluna devido à posição de coleta, e a dificuldade de acesso à área em que os frutos estão. Uma entrevistada não soube responder à pergunta.

Figura 44 – Gráfico de maior dificuldade no extrativismo.



Fonte: Autoria própria

Tem-se um vasto território disponível com espécies da flora de grande importância para essas mulheres, onde não se observou competição por território de coleta, mas ao mesmo tempo essa vastidão é uma dificuldade para as extrativistas. Seria interessante o apoio da prefeitura de Cavalcante para o traslado desses frutos até suas

casas, ou até mesmo uma estrutura para onde os frutos pudessem ser levados e lá fossem processados, para depois serem vendidos por essas mulheres.

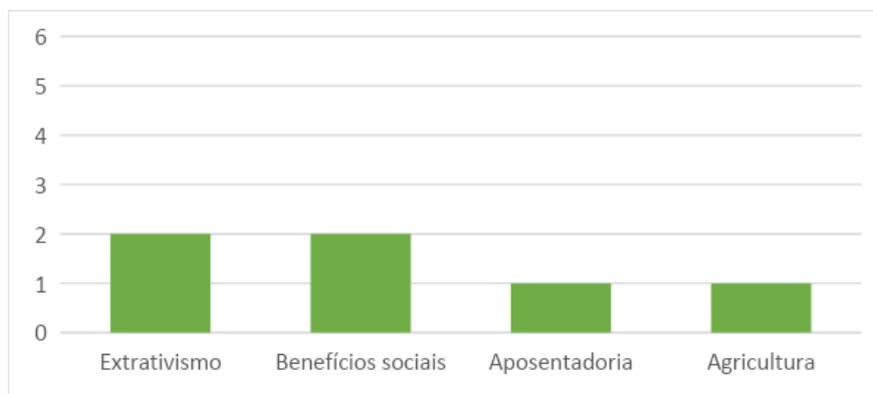
Quando perguntadas sobre como a atividade extrativista poderia ser mais fácil para as entrevistadas, quatro mulheres responderam que o transporte facilitaria porque elas não precisariam andar quilômetros com peso nas costas e nos braços. Uma mulher respondeu que se ela tivesse a certeza de venda dos seus produtos, ela acredita que seria melhor, pois ela teria o trabalho da mesma forma, mas que no fim teria certeza do retorno financeiro dentro de um prazo e não a incerteza de vender às vezes muito rápido e em outras, esperar semanas para ter retorno.

A existência de um coletivo fortalecido poderia fomentar esses pedidos e encorpar a importância da atividade na vida econômica, social, e cultural das mulheres Kalunga. O trabalho de Teles, Souza e Silva (2023) aponta a ausência de uma organização social de mulheres Kalunga no município de Monte Alegre, Goiás. Os autores consideram que a dificuldade de venda dos produtos do extrativismo poderia ser solucionada se houvesse uma maior cooperação entre as mulheres. No caso da comunidade Vão de Almas, a sabedoria e as estratégias de vendas elas já possuem. A habilidade de gerenciamento também. Se sem muito recursos, essas mulheres conseguem ir a campo coletar, se sem energia (até cinco anos atrás não possuía energia elétrica na comunidade) elas conseguem processar esses frutos, e se sem apoio conseguem fazer com que seus produtos cheguem a outros estados brasileiros, é possível imaginar quanto êxito iriam lograr se houvesse apoio do governo para o empreendedorismo tradicional, se houvessem cursos para otimizar o alcance desses produtos tradicionais através do uso de redes sociais, ou mesmo parcerias com institutos e organizações para construção ou doações de equipamentos e ferramentas para auxiliar no processamento dos frutos.

Em uma única casa foram vendidos 50kg de caju. Em outra casa havia um freezer cheio de caju para venda. Foram vistos metros e metros de algodão prontos para serem vendidos. Foram vistas polpas e frutas congeladas esperando venda. Foram vistos artesanatos com palha de buriti, bruaca, pilhas de sabão de tingui, litros e litros de diferentes tipos de óleos extraídos dos frutos do Cerrado. Foi vista a empolgação com que elas falam dos seus produtos. E foram vistas a naturalidade e simplicidade na forma como elas discorrem sobre os processamentos desses frutos. Simplicidade essa que não remete em nada a todo o processo, afinal, para extrair o óleo de qualquer fruto requer tempo, para fazer sabão requer tempo. Os processos não são simples, mas elas os fazem parecer.

Quando perguntadas sobre a composição de renda, as respostas circularam entre os seguintes elementos: os benefícios sociais, a aposentadoria, o extrativismo, a agricultura e o artesanato. As fontes de renda citadas como mais importantes foram o extrativismo e os benefícios sociais, como observado na Figura 45. Duas mulheres consideram o extrativismo a renda mais importante e outras duas mulheres consideram que os benefícios sociais são as rendas mais importantes. Uma mulher citou que sua principal renda vem da aposentadoria e outra apontou que a renda mais importante vem da venda dos produtos da agricultura. No trabalho de Fé, Nascimento e Gomes (2019), as principais fontes de renda para a Comunidade Quilombola de Currálinho (PI) eram os benefícios sociais e previdenciários devido à baixa organização produtiva. Assim como no trabalho de Jesus *et al.* (2019), onde esses benefícios também são as fontes mais importantes de renda para a Comunidade Quilombola Mafra, no Maranhão. Já no trabalho de Martins (2014), a principal fonte de renda da Comunidade Quilombola Salamina Putumuju vem das atividades extrativistas. As pesquisas citadas demonstram a importância dos benefícios sociais para a população quilombola, assim como o extrativismo que vem, em muitos casos, como complementação de renda, assegurando as condições para manutenção da família.

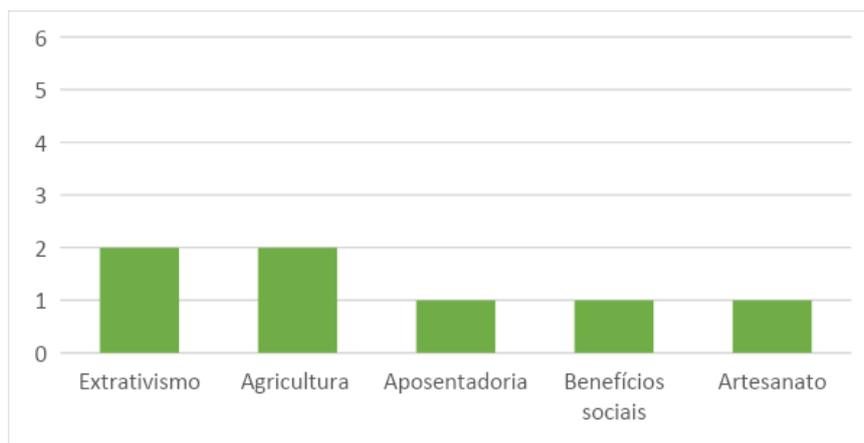
Figura 45 – Gráfico da principal fonte de renda.



Fonte: Autoria própria

Quando pedidas para apontar qual seria a segunda fonte de renda mais importante dentre as citadas, o gráfico muda de configuração, ficando então o extrativismo e a agricultura como os mais citados (Figura 46), seguidos por aposentadoria, benefícios sociais e artesanato. A soma de respostas ultrapassa 6 porque duas das entrevistadas afirmaram que dois elementos ocupariam a posição de segunda fonte de renda mais importante. Uma afirma que são o extrativismo e o artesanato e a outra aponta o extrativismo e a agricultura.

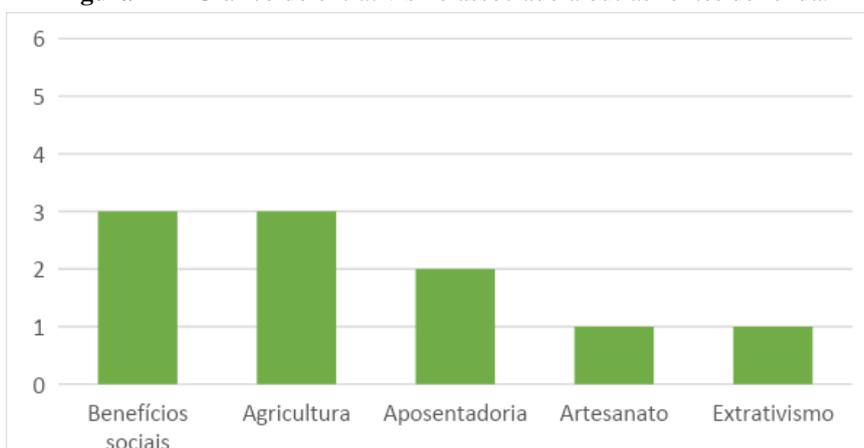
Figura 46 – Gráfico da segunda principal fonte de renda.



Fonte: Autoria própria

Três mulheres apontaram uma terceira fonte de renda. E as três responderam que o extrativismo era a terceira fonte de renda mais importante. Foi analisado com quais outras fontes de renda o extrativismo estava associado e o resultado é apresentado na Figura 47. O extrativismo, portanto, dentre as respostas dadas pelas mulheres, compunha a renda em três residências junto com os benefícios sociais, e em outras três residências é integrado com a renda da agricultura. O extrativismo junto com a aposentadoria fazia parte da composição de duas casas. Já quando somado ao artesanato, eram rendas de apenas uma casa. O extrativismo citado apenas uma vez no gráfico corresponde a mulher que afirmou ser sua única fonte de renda. Em outros trabalhos (PALHETA *et al.*, 2017; PONTES; STEWARD, 2019; NASCIMENTO; PERUCCHI, 2020), as rendas das famílias quilombolas também é diversificada, caracterizando a pluriatividade, uma estratégia de reprodução social.

Figura 47 – Gráfico do extrativismo associado a outras fontes de renda.



Fonte: Autoria própria

Retoma-se agora a pergunta do início do capítulo “A coleta de frutos do Cerrado é uma atividade importante para a senhora? Por quê?” Ressalta-se aqui cinco, das seis respostas. A primeira resposta foi “sim, é fonte de renda”. Simples, mas mostra a relevância de uma produção não apenas usada frequentemente em suas vidas, mas também fonte de recurso para manutenção da reprodução social. A segunda resposta vai no sentido da primeira, com “sim, a venda compensa o trabalho”. Apesar de ainda existirem dificuldades na venda, essa mulher entende que o valor do produto compensa as dificuldades relatadas no processo de coleta de frutos. Essas duas respostas demonstram de forma prática e direta o proveito da atividade que é a contribuição na composição da renda familiar.

As respostas seguintes soam de maneira mais profunda e trazem com elas um significado forte do que é o extrativismo para essas mulheres. Uma das respostas foi “sim, faço a vida toda”. Aqui, tem-se uma mulher de 55 anos a qual se lembra de que sempre foi para o cerrado coletar fruto, cresceu realizando a atividade e que ainda hoje continua no exercício. Observa-se que o tempo de extrativismo é significativo e que invariavelmente é parte importante de sua vida.

A próxima resposta tem a mesma linha de pensamento da anterior, porém, acrescida de uma frase que, dadas as circunstâncias em que foi falada e lembrando do rosto de quem a respondeu, percebe-se que vai além de ser apenas uma fonte de renda. A resposta “sim, muitos anos sendo extrativista, se não tiver faz até falta” mostra como a atividade é tão intrínseca que se chegar a época de fruto e essa mulher não sair para coletar, vai lhe causar estranheza. Poucas são as atividades que se eu e você deixarmos de realizar, irão nos fazer falta. O peso dessa resposta é tão grande que juntando os dados coletados, as análises feitas e a sinceridade no olhar de quem a falou, pode-se entender que, claro, é uma fonte de renda, mas que para algumas mulheres é mais que isso. É cotidiano, é vínculo com quem a acompanha, é conhecimento sendo perpetuado, faz parte de quem ela é, são saberes sendo compartilhados.

A resposta seguinte expressa muito sobre a última frase do parágrafo anterior, “sim, é a forma de passar conhecimento”. Diz sobre a importância desses saberes adquiridos por seus antecessores serem passados para seus sucessores a fim de preservar o modo de vida, a cultura e a tradição Kalunga.

Com essas respostas pode-se amarrar toda a pesquisa, pois mostra que de forma prática o extrativismo é uma fonte de renda - o que vimos pelos resultados da pesquisa.

E de forma profunda o extrativismo *é* parte da mulher Kalunga. E sendo parte, *é* difícil ser separada do todo. Afinal, o todo *é* o conjunto de cada parte da vida dessas mulheres. No entanto, caso falte o extrativismo, o todo não deixará de ser todo, mas será um todo sem uma parte. Se você cortar um bolo e tirar um pedaço, o que ficou, deixou de ser bolo? Não, só não *é* mais o mesmo bolo que você viu antes. Mas ele ainda *é* bolo, ele ainda alimenta. A ideia *é* essa, ao faltar uma parte, não se acaba com o todo, mas torna o todo uma versão diferente. Assim *é* o extrativismo, uma parte importante que completa o todo do significado de ser mulher Kalunga.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar a função do extrativismo dos frutos do Cerrado nos sistemas produtivos Kalunga e entender como é afirmada a garantia das condições mínimas para a reprodução social da família. A forma escolhida para entender tal relação foi, primeiramente, caracterizar o sistema agroextrativista, em seguida, identificar os fluxos de insumo, produtos e rendas do sistema e, por último, descrever a divisão social do trabalho dentro do sistema. Norteadas pela pergunta “Qual a contribuição do extrativismo para a reprodução social da família no sistema agroextrativista Kalunga?”, apresentam-se algumas considerações.

A resposta para a pergunta talvez não tenha sido plenamente alcançada nesta pesquisa. No entanto, existem reflexões que serão deixadas. A primeira, trata-se da incapacidade de dissociação da atividade extrativista com a família Kalunga. As relações, como podem ser vistas, são tão fortemente ligadas que, além de comporem renda, garantirem recurso nutricional, são uma atividade tradicional onde, a partir dessa prática, o modo de vida é repassado para as novas gerações, que a recebem de forma orgulhosa e com a garantia de permanência de vida e território. Foram observados no território jovens engajados com sua história e jovens que voltaram para a comunidade para viverem assim como seus pais viveram. A força que há nessa relação povo-território traduz a resistência de um povo e a garantia de que não apaguem a história dos Kalunga e, como consequência, não apaguem a história do Brasil e da diáspora africana.

O acordo social do uso do território permite que as famílias Kalunga criem seus animais de forma solta, permite que todos da comunidade se conheçam, permite que ainda seja um lugar tranquilo para viver. Permite que sejam realizadas trocas de produtos, de mão-de-obra, de doações. O entendimento de que o território é coletivo, que é o espaço para vivenciar suas crenças, cultura e tradições, é bem claro para cada uma.

A atividade extrativista é de responsabilidade das mulheres e, como foi dito, uma mulher em especial, que indicou quais mulheres poderiam aceitar participar do estudo. A marca “Mãe de óleos Kalunga” existe dentro do território e no momento está desarticulada, mas ainda sobrevive. As mulheres da pesquisa fazem parte desse coletivo e elas mesmas são a própria força do coletivo. Fica evidente a necessidade de uma organização social que contemple os moradores não apenas do Vão de Almas, mas também das demais comunidades. Como visto em trabalhos citados, a força do coletivo é fator essencial no alcance dos objetivos de uma comunidade.

O extrativismo, em regra, sempre é associado a alguma outra fonte de renda. Não é possível, no momento, que as famílias vivam apenas com essa renda. É uma atividade praticada desde a infância por essas mulheres, mas que não é suficiente para sustentar a família. Portanto, é uma atividade que não custeia as principais despesas, mas que tem papel importante na composição da renda. A sugestão de uma organização social poderia atuar no sentido de, dentro da capacidade do território, promover a história do povo Kalunga através dos seus produtos.

A segunda reflexão é sobre as produções agrícolas e as criações de animais. Os dois fatores remetem a duas considerações. A primeira sobre autossuficiência e a segunda como estratégia de renda. Sobre autossuficiência quer dizer sobre como se deu o estabelecimento dos Kalunga na região. Fugidos dos escravizadores, eles encontraram uma região de difícil acesso para viverem livres. A diversificação das produções foi necessária devido à localização em que viviam. O povo aprendeu a não depender do mundo externo à comunidade para garantia de sua liberdade. A configuração de extrativismo, produção agrícola e criação de animais permanece até hoje, o que nos leva à segunda consideração. Ao se ter diferentes fontes de alimentos, se tem também diferentes fontes de rendas. No caso de uma situação inesperada, as famílias vendem suas colheitas e animais para suprir suas necessidades.

Sobre o território, ainda hoje existem situações delicadas, como o que aconteceu em 2022 na época da chuva (dezembro-janeiro). Algumas famílias ficaram ilhadas devido à queda da ponte. As pessoas não passaram necessidade, primeiramente porque contam com as produções e, segundo, porque existe uma comunidade que trabalha por todos. Infelizmente, uma pessoa da comunidade precisou de ajuda médica nesse contexto e não conseguiu. A prefeitura ainda não tinha reconstruído a ponte na época da pesquisa (agosto 2022). Na comunidade, ainda existem casas sem energia elétrica, casas muito isoladas, que não se pode chegar de carro, apenas a pé. Em nenhuma casa visitada há banheiros. Em 2021 o território estava sendo invadido por búfalos, o que gerou grande alarde na população Kalunga, já que o território é de extrema sensibilidade ambiental. São situações vividas pela população e lutas travadas diariamente pelo direito de permanecer e existir em suas terras

A última reflexão é algo que se vê dentro do território, mas que ultrapassa as fronteiras físicas e geográficas. Como foi relatado no texto, persistem nas famílias entrevistadas papéis bem definidos sobre quem faz qual serviço. É fato que se observa o

protagonismo feminino na comunidade nas atividades da propriedade, nas tomadas de decisões, nas participações em cursos, oficinas e feiras. Mas questiona-se em que ponto o protagonismo pode se tornar uma sobrecarga de trabalho. É preciso um olhar atento e cuidadoso para essa questão na comunidade. O protagonismo não deve significar acúmulo de tarefas nem tampouco um protagonismo solo. Significa ter uma rede de apoio bem construída para o alcance daquilo que se almeja.

“Qual a contribuição do extrativismo para a reprodução social da família no sistema agroextrativista Kalunga?” Não se deseja deixar uma resposta fechada, mas indubitavelmente é um componente importante que alcança as esferas da soberania alimentar, da segurança – ou ao menos da complementação – financeira, e do aspecto cultural. Não se fala apenas de bens materiais, mas também de bens imateriais os quais possuem sua relevância e significado. Para a manutenção desses elementos, é interessante haver movimentos de fortalecimento da comunidade, assim como distribuição igualitária das oportunidades que chegam de fora do território. A concentração das oportunidades em apenas um grupo compacta a capacidade de um povo de mostrar que ainda que sejam *um só povo*, possuem particularidades individuais que os tornam únicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: HUCITEC, 1998.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.1, n. 1, p. 66-83, 1986.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. 2007 (Brochura de circulação restrita).

ALVES, Tanize Tomasi; SAHR, Cicilian Luiza Löwen. Território e Desenvolvimento Quilombola: Articulações entre Meio Ambiente e Produção Agropecuária em um Quilombo no Vale do Ribeira. **A pluralidade na geografia**. Ponta grossa: degeo/daglas, 2009.

AQK - Associação Quilombola Kalunga. **A conquista de um povo**. 2020. Disponível em: <https://quilombokalunga.org/press/territorio/>.

AVELINE, Igor Amaury. **A Agricultura Familiar e a Construção Social de Mercados em Assentamentos Rurais do Município de Mambai, Nordeste de Goiás**. Dissertação de mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

AZEVEDO, James Ribeiro *et al.* **Diagnóstico dos Sistemas de Produção Agroextrativista da Comunidade Quilombola Barro Vermelho e da Reserva Extrativista Chapada Limpa, Chapadinha-MA**. São Luís: EDUFMA, 2020.

BAIOCCHI, Mari de Nazaré. Kalunga - A sagrada terra. **Rev. Fac. Dir. UFG**, v. 19/20, n. 1, p. 107-120, 1996.

BARBOSA, Altair Sales; ARAÚJO, Luciane Martins de. Pré-História do Cerrado. **Élisée - Revista de Geografia da UEG**, v. 9, n. 2, Seção Especial Território Cerrado, 2020.

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no planalto central**: Eco-história do Distrito Federal - do indígena ao colonizador. Brasília: Solo, 1994.

BISPO, Tayline Walverde; DINIZ, Janaina Deane De Abreu Sá. Agroextrativismo no Vale do rio Urucuia-MG: uma análise sobre pluriatividade e multifuncionalidade no Cerrado. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 5, n. 3, p. 37-55, 2014.

BISPO, Tayline Walverde. **A transformação do agroextrativismo do cerrado**: casos do sul maranhense e do vale do Rio Urucuia em Minas Gerais–brasil. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

BOURDIEU, Pierre. Estratégias de reprodução e modos de dominação. Tradução: Patrícia C. R. Reuillard. Revisão técnica: Igor Gastal Grill e Rodrigo da Rosa Bordignon. **Actes de la recherche en sciences sociales**. v. 105, n. 1, 1994. Título original: Stratégies de reproduction et modes de domination.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 03 fev. 2022.

BROOKFIELD, Harold; STOCKING, Michael. Agrodiversity: definition, description and design. **Global Environmental Change**, v.9, p. 77-80, 1999.

BRUMER, Anita. A exploração familiar no Brasil. *In*: LAMARCHE, H. (coord.). **A Agricultura Familiar: Comparação internacional.** São Paulo: Editora da UNICAMP, p.179-234, 1993.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA**, ano 11, n. 12, p. 6-17, 2008.

CARVALHO, Igor Simoni Homem de. **Potenciais e limitações do uso sustentável da biodiversidade do Cerrado:** um estudo de caso da Cooperativa Grande Sertão no Norte de Minas. Dissertação de mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. Slow food e a educação do gosto: um movimento social sem pressa. **Revista Práxis**, v. 1, p. 101-107, 2008.

CARVALHO, Horácio Martins de (org.). **Chayanov e o campesinato.** 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2014.

CESTARI, Glauba Alves do Vale; GUIMARÃES, Márcio Soares; CARACAS, Luciana Bugarin; SANTOS, Denilson Moreira. Saberes tradicionais e interações na produção de artefatos cerâmicos na comunidade quilombola de Itamatatua – MA. **Estudos em Design**, v. 23, n. 1, p. 84 – 95, 2015.

CHAYANOV, Aleksandr. **The theory of peasant economy.** Illinois: Richard D. Irwin, INC., 1966.

CONTI, Valquíria et al. **O papel da escola na formação dos guardiões mirins das sementes crioulas de Ibarama – RS.** Encontro Nacional de geografia agrária, 21, 2012, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia.

COSTA, Vilmar Souza. **A Luta pelo território:** histórias e memórias do povo Kalunga. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Licenciatura em Educação do Campo – LedoC, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução: Magda Lopes. Consultoria, supervisão e revisão técnica: Dirceu da Silva. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. Título original: *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches.*

CSA BRASIL (Brasil). **CSA é um caminho que proporciona mais sustentabilidade.** Disponível em: <http://csabrasil.org/csa/>. Acesso em: 28 jan. 2022.

EMBRAPA. Amescla. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agrossilvipastoril/sitio-tecnologico/trilha-ecologica/especies/amescla>. Acesso em 20/08/2023.

FABRINI, João Edmilson. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. *In*: PAULINO, E.T.; FABRINI, J.E. (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1. Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, p.239-274, 2008.

FÉ, Elisângela Guimarães Moura; NASCIMENTO, José Edilson do; GOMES, Jaíra Maria Alcobaça. Organização socioprodutiva e a questão da terra na comunidade Quilombola Curralinho – Esperantina (PI). **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 8, p. 12846-12868, 2019.

FERNANDES, Cecília Ricardo. **Sobre Ter e Não Faltar: Segurança Alimentar e Territorialidade Kalunga no Cerrado.** Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **Donos do Lugar: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte – ES.** Tese de doutorado. Departamento de Geografia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

FLORA DO BRASIL. *Protium heptaphyllum*. Disponível em: <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/reflora/listaBrasil/>. Acesso em 20/08/2023.

FORTES, Meyer. Introduction. *In*: GOODY, Jack. **The developmental cycle in domestic groups**. Cambridge, 1969. p. 1-14.

FRANÇA, Sebastião Fontenele. **As condições que sacralizaram o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga na Microrregião da Chapada dos Veadeiros - Nordeste de Goiás.** Tese de Doutorado. Departamento de Geografia. Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

FREITAS, Rodrigo Rodrigues de; HAVERROTH, Moacir; SIVIERO, Amauri. Educação agroflorestal para resiliência socioecológica de Reservas Extrativistas da Amazônia. *In*: SIVIERO, M.; et al (org.). **Etnobotânica e botânica econômica do Acre**. Rio Branco: Edufac, 2016. p. 81-95.

FRITZ FILHO, Luiz Fernando; MIGUEL, Lovois de Andrade; FRITZ, Karen Beltrame Becker. Diferenciação e Dinâmica dos Sistemas Agrários do Município de Passo Fundo, no Planalto Médio do Estado do Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento em questão**. Editora Unijuí, ano 16, n. 42, p. 301-341, 2018.

GARCIA, Jessica Pereira. **Valorização de produtos agroextrativistas do Cerrado: comercialização e construção de mercados da sociobiodiversidade.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

GOIÁS. Lei Nº 11.409, de 21 de janeiro de 1991. Dispõe sobre o sítio histórico e patrimônio cultural que especifica. Goiânia, GO: Diário Oficial da União, 1991.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. O extrativismo como atividade agrária. **Revista Jus Navigandi**. Teresina, ano 5, n. 42, 2000.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Uma tentativa de interpretação teórica do processo extrativo. **Boletim da Fundação Brasileira para conservação da natureza**. Rio de Janeiro, v. 16, p.136-141, 1980.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Uma tentativa de interpretação teórica do extrativismo vegetal**. Acta Amazônica. Ano XII, n. 2, p. 251-255, jun. 1982.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **A dinâmica do extrativismo vegetal na Amazônia: uma interpretação teórica**. Belém: EMBRAPA-CPATU, Documentos, 53, p. 38, 1990.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades**. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental. - Brasília: EMBRAPA-SPI,1993.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Extrativismo, manejo e conservação dos recursos naturais na Amazônia. *In*: MAY, P. H. (org.). **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 353-372, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Portal Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 27 de junho de 2022.

JESUS, Paulo Protásio de; SILVA, Ernandes Oliveira; MONTELES, Josinete Sampaio; FERREIRA, Vanessa Fernandes; FUNO, Izabel Cristina da Silva Almeida. Percepção socioeconômica de uma comunidade quilombola do município de Bequimão – MA, Brasil. **IV congresso internacional de ciências agrárias**. Apresentação oral, 2019.

LACERDA, Tatiana Ferreira Nobre de; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Agricultura orgânica, representação territorial e reprodução social da agricultura familiar. **Revista RURIS**, v. 2, n. 2, p. 137-158, 2008.

LAMARCHE, Hugues. **A Agricultura familiar: Comparação internacional**. Tradução de Angela Maria Naoko Tijiwa. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1993. Título original: L'agriculture familiale.

LAMARCHE, Hugues. **A Agricultura familiar: Do mito à realidade**. Tradução de Frédéric Bazin. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1998. Título original: L'agriculture familiale.

MARINHO, Thais Alves. **Identidade e Territorialidade entre os Kalunga do Vão do Moleque**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MARTINS, Viviane Souza. **As Cores Negras da Lama: Etnoecologia Abrangente na Comunidade Quilombola Salamina Putumaju, Recôncavo da Bahia**. Tese de doutorado.

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MELO, Sued Wilma Caldas. **Extrativismo Vegetal como Estratégia de Desenvolvimento Rural no Cerrado**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MIGUEL, Lovois de Andrade; MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. Abordagem sistêmica e sistemas agrários. *In*: Lovois de Andrade Miguel. (Org.). **Dinâmica e Diferenciação de Sistemas Agrários**. 1ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, v. 1. p. 11-38, 2009.

MOTA, Dalva Maria da; SILVA JUNIOR, Josué Francisco; SCHMITZ, Herbiert; RODRIGUES, Raquel Fernandes. **A Mangabeira as catadoras o extrativismo**. Belém, PA: Embrapa Amazônia oriental; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011.

NARS, Luciana. **Saberes Ambientais de Agricultores Assentados no Entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros**. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural), Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

NASCIMENTO, Elcio Costa do; PERUCCHI, Loyvana Carolina. A roça nossa de cada dia: segurança alimentar e nutricional através da produção para subsistência na comunidade Quilombola do Baixo Acaraqui, PA. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020.

NEPOMUCENO, Iamara de Almeida; ARAGI, Juliana Cesário. Rede de conhecimento sobre a produção quilombola de alimentos no IFSP Campus Registro: cultura e tradição alimentar. **Revista Ingesta**, v. 2, n. 1, 2020.

NETO, Benedito Silva; LIMA, Arlindo Jesus Prestes; BASSO, David. Teoria dos Sistemas Agrários: Uma Nova Abordagem do Desenvolvimento da Agricultura. **Extensão rural**, v. 1, n.1, p. 6-19, 1997.

NOGUEIRA, Mônica; FLEISCHER, Soraya. Entre tradição e modernidade: potenciais e contradições da cadeia produtiva agroextrativista no Cerrado. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 13, n. 1, p. 125-157, 2005.

OLIVEIRA, Euclides Reuter de *et al.* Práticas extensionistas no desenvolvimento sustentável da comunidade quilombola de Dourados, Mato Grosso do Sul. **Em Extensão**, v.11, n. 2, p. 82-95, 2012.

PALHETA, Renata de Almeida *et al.* Extrativismo de produtos não madeireiros: um estudo de caso na comunidade quilombola menino Jesus – PA. **Anais VI Simpósio de estudos e pesquisas em ciências ambientais na Amazônia**, v. 2, 2017.

PERONDI, Miguel Angelo; RIBEIRO, Áureo Eduardo Magalhães. As estratégias de reprodução de sítios no oeste de Minas Gerais e de Colonos no sudoeste do Paraná. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v.2, n. 2, p. 3-15, 2000.

PETERSEN, Paulo; SILVEIRA, Luciano Marçal da; FERNANDES, Gabriel Bianconi; ALMEIDA, Sílvio Gomes de. **Método de análise econômico-ecológica de Agroecossistemas**. 1. ed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017.

PETERSEN, Paulo; SILVEIRA, Luciano Marçal da; FERNANDES, Gabriel Bianconi; ALMEIDA, Sílvio Gomes de. **LUME: Método de análise econômico-ecológica de agroecossistemas**. 1. ed. Rio de Janeiro: AS-PTA – Agricultura familiar e Agroecologia, 2021.

PONTES Maria Cristina Cordeiro Lopes; STEWARD, Angela May. Invisibilidade da pluriatividade da mulher quilombola: o caso de Moju-Miri. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v.13 , n. 2, p. 186-207, 2019.

PORRO, Noemi Sakiara Miyasaka; SALES, Sammy Silva. Reflexões sobre a lei formal e as regras locais: A reprodução do conhecimento tradicional através das relações sociais entre gerações em comunidades quilombolas. **Amazônica - Revista de Antropologia (Online)**, v. 5, n. 3, p. 584-599, 2013.

PORRO, Roberto. Camponeses, assentados e a expansão da pecuária no Médio Mearim, Maranhão. *In*: Wood, C.H.; Tourrand, J.F.; Toni, F. (orgs.). **Pecuária, uso da terra e desmatamento na Amazônia: um estudo comparativo do Brasil, do Equador e do Peru**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 103-135, 2015.

RAMIRO, Patrícia Alves; MENEGAT, Alzira Salete. Reordenamento agrário e reprodução social no início do século XXI: considerações iniciais. **Revista de Ciências Sociais**, n. 45, p. 13-24, 2016.

SANTOS, Paola Camargo. Águas Kalunga: uma perspectiva ribeirinha na comunidade ribeirão dos bois. *In*: ALMEIDA, M.G. (org.). **O território e a comunidade Kalunga: quilombola em diversos olhares**. Goiânia: Gráfica UFG, 2015. p. 113-138.

SANTOS, Aldalena do Socorro da Costa dos; CLAUDINO, Livio Sergio Dias. As dinâmicas da produção da farinha de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) em uma comunidade quilombola, Abaetetuba, Pará, Brasil. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020.

SAVOLDI, Andréia; CUNHA, Luiz Alexandre. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, Pronaf e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. **Revista Geografar**, v. 5, n. 1, p. 25-45, 2010.

SAWYER, Donald; LOBO, Andréa de Souza. O papel da sociedade no estabelecimento de políticas públicas para savana. *In*: FALEIRO, F.G.; NETO, A.L.F. (edts) **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Brasília, DF: Embrapa informação tecnológica, p. 1153-1181, 2008.

SAWYER, Donald. O Cerrado numa perspectiva eco-social. **Ateliê geográfico**, v. 5, n. 2, p. 339-346, 2011.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SHACKLETON, Sheona; SHANLEY, Patricia; NDOYE, Ousseynou. Invisible but viable: recognizing local markets for non-timber forest products. **International Forestry Review**, Oxford, v. 9, n. 3, p. 697-712, 2007.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, ano 8, n. 7 p. 1-21, 2005.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. *In*: PAULINO, E.T.; FABRINI, J.E. (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1. Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, p.23-29, 2008.

SILVA, Agnaldo Moraes. **Biodiversidade e Geração de Trabalho e Renda: O Caso dos Produtos do Cerrado**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SILVA, Alessandra Karla da; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Territórios em Rede: a criatividade político-cultural dos Povos do Cerrado. *In*: PORTO-GONÇALVES, C. W. (Org.). **Os cerrados vistos por seus povos: o agroextrativismo no Cerrado**. Goiânia: CEDAC, p. 53-74, 2008.

SILVA, Camila Vieira da; MIGUEL, Lovois de Andrade. Extrativismo e Abordagem Sistêmica. **Novos Cadernos NAEA**, v. 17 n. 2, p. 189-217, 2014.

SILVA, Liliane Santos Pereira; FERNANDES, Saulo Luders; SILVA, Gustavo Barbosa; GALINDO, Dolores Cristina Gomes; CAZEIRO, Felipe. A Produção da Identidade Política de Mulheres em uma Comunidade Quilombola do Sertão Alagoano. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, p. 1-15, 2022.

SOUSA, Claudiane de Fátima Melo de. Resistências e reprodução social, política e econômica: a produção de boa gente no campesinato quilombola amazônico. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v.8, n.1 e 2, 2014.

TELES, Telma Ferreira da Costa; SOUZA, Josélia Batista Dias de; SILVA, Edson Arlindo. Cooperação e associação econômica de mulheres kalungas na extração e venda de sementes e frutos do cerrado: um estudo na comunidade quilombola de Monte Alegre-GO. **Altus ciência**, v. 17, 2023.

TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos; DINIZ, Raphael Fernando. Gênero, agricultura familiar e (re)organização do espaço rural em comunidades quilombolas de Minas Novas e Chapada do Norte – Vale do Jequitinhonha/MG/Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial EGAL, p. 1-18, 2011.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VEIGA, José Eli da; ZATZ, Lia. **Desenvolvimento sustentável**, que bicho é esse? Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

VIA CAMPESINA. **Food sovereignty now**: a guide to food sovereignty. Bruxelas: European Coordination Via Campesina, 2018.

VIZOLLI, Idemar; SANTOS, Rosa Maria Gonçalves. Produção de farinha da mandioca: um estudo na Comunidade Quilombola Lagoa da Pedra. **Anais** do X Encontro Nacional de Educação Matemática Comunicação Científica. Salvador, Bahia, 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Encontro Anual da ANPOCS, 20, 1996. Caxambu, Minas Gerais.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, sup. 1, p. 25-44, 2014.

WOORTMANN, Ellen. O sítio camponês. **Anuário Antropológico**, n. 81, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 164-203, 1983.

WOORTMANN, Klaas. “Cum parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, n. 87. Editora Universidade de Brasília: Tempo Brasileiro, p. 11-73, 1990.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO

DATA:

ENTREVISTADO(A):

NOME DA PROPRIEDADE:

LOCALIZAÇÃO:

PARTE I – COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA e INFRAESTRUTURA

1. Quais pessoas moram na residência?

Nome	Idade	Parentesco	Residem	Ocupações

2. Desde quando o senhor/a senhora mora nesse lote?

3. Como esse lote foi adquirido? (Comprou, herdou, atribuição inca...)

-
4. Há uso de terra de terceiros (alugada ou uso comunitário)? Se sim, qual o tamanho dessa terra?

-
5. Tem alguém que trabalha fora da propriedade? Quem? Em qual trabalho?
-

PARTE II – SISTEMAS PRODUTIVOS

As informações aqui são referentes ao ciclo de 1 ano produtivo.

6. O senhor/a senhora pode detalhar as produções realizadas aqui?

Tipo da produção	Quantidade e produzida	Consumo	Venda	Troca/doação	Pessoas envolvidas

7. Contrata mão de obra para alguma atividade na produção? () sim () não
Se sim, para qual(is)?

8. O senhor/a senhora coleta frutos do Cerrado? Quais frutos do Cerrado o senhor/a senhora coleta?

9. Desde quando o senhor/a senhora trabalha com a coleta de frutos do Cerrado?

10. O senhor/a senhora realiza a coleta dos frutos do Cerrado dentro do seu lote?
Existe outro lugar onde o senhor/a senhora coleta?

11. A área fora do lote é de uso comum?

12. Quem participa na coleta dos frutos?

13. Quais frutos do Cerrado o senhor/a senhora consome?

Fruto	Consumo (x na semana)	Venda	Troca/doação	Produtos

14. Para quem são vendidos esses produtos e/ou frutos do Cerrado?

15. Quem comercializa os produtos e/ou frutos do Cerrado?

16. Com quem fica o dinheiro da venda de produtos e/ou frutos do Cerrado?

17. Há um estoque de produtos e/ou frutos do Cerrado?

18. Para o senhor/ a senhora qual a maior dificuldade na coleta dos frutos do Cerrado?

19. A coleta de frutos do Cerrado é uma atividade importante para o senhor/a senhora?
Por quê?

20. O que poderia tornar a coleta de frutos do Cerrado menos dificultoso para o senhor/a senhora?

PARTE III – FONTES DE RENDAS

21. Quais as fontes de renda do senhor/da senhora? Qual a fonte de renda mais importante para a residência? E qual a menos importante?

Fonte de renda	Importância
Agricultura (venda dos cultivos e/ou das criações)	
Extrativismo (venda frutos e/ou polpas)	
Artesanato	
Aposentadoria	
Salário	
Benefícios sociais	

APÊNDICE B

Tabela 03 – Atributo autonomia família 1

PARÂMETROS		2022	JUSTIFICATIVAS
BASE DE RECURSOS AUTOCENTRO LADA	Equipamentos/Infraestrutura	5	A casa conta com energia elétrica, com diferentes construções dentro da propriedade como local para fogão a lenha, local para venda de produtos, local para torrar castanha de caju e fazer sabão, local para guardar doações e produtos. Além de um freezer para os produtos frescos.
	Capacidade de Trabalho	4	Pai e mãe trabalham com a roça e o extrativismo, respectivamente, os filhos auxiliam nas atividades, porém não se dedicam devido a outras atividades que exercem.
	Fornagem/Ração	4	A criação come o que a família oferece e o que tem de disponível no Cerrado. Ocasionalmente suprem com compra de alimentação na cidade.
	Disponibilidade de Água	5	A família conta com bomba elétrica, cisterna, o que faz com que a água chegue no chuveiro elétrico, no tanque e na pia de lavar louças.
	Disponibilidade de Terra	5	Possui total domínio sobre o espaço ambiental para a atividade agroextrativista.
	Autoabastecimento alimentar	5	A família possui autonomia na alimentação, contudo, como as questões de acessibilidade e financeira melhoraram, compram itens na cidade periodicamente.
RECURSOS PRODUTIVOS MERCANTIS	Terra de terceiros	5	Totalmente autônomos, não pagam nenhum valor em nenhuma terra que usam.
	Sementes, mudas, mat. propag., crias	5	Recebem recursos de troca dentro da comunidade ou de amigos de fora da comunidade que vem visitar.
	Água	5	Totalmente autônomos, não há pagamento pelo recurso.
	Fornagem/Ração	4	A criação come o que a família oferece e o que tem de disponível no Cerrado. Ocasionalmente suprem com compra de alimentação na cidade.
	Trabalho de terceiros	5	Não contratam mão de obra externa, porém possuem condições, caso precisem.

Fonte: Autoria própria

Tabela 04 – Atributo responsividade família 1

PARÂMETROS	2022	JUSTIFICATIVAS
Biodiversidade (Planejada ou associada)	5	A configuração de plantio com o ambiente já está estabelecida.
Diversidade de Mercados Acessados	5	Muito bem articulada com o mercado, vendendo através de redes sociais e em oportunidades que tem em expor seus produtos, chegando inclusive em outras cidades do país.
Diversidade de Rendas (agrícolas e não-agrícolas)	3	Além da renda do extrativismo, recebe um benefício social.
Estoques de Insumos	5	Alta capacidade de estoque, realiza estratégias para sempre ter produtos para venda.
Estoques Vivos	5	Possui gado e galinha. O gado de corte é criado principalmente para venda.

Fonte: Autoria própria

Tabela 05 – Atributo integração social família 1

PARÂMETROS	2022	JUSTIFICATIVAS
Participação em espaços político-organizativos	5	A mulher e a filha participam de coletivos, possuem boa articulação com a comunidade, estão envolvidas com a Associação.
Acesso a políticas públicas	5	Recebem o bolsa família.
Participação em redes sociotécnicas de aprendizagem	5	A mulher participa da organização mãe de óleos e também em oficinas, feiras e cursos.
Participação em espaços de gestão de bens comuns	5	A filha está envolvida com a Associação e a mãe expõe na região.

Fonte: Autoria própria

Tabela 06 – Atributo gênero família 1

PARÂMETROS	2022	JUSTIFICATIVAS
Divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados (adultos)	1	Apenas a mãe trabalha dentro da casa, a filha auxilia. O pai e o filho trabalham na área externa.
Divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados (jovens)	1	A filha auxilia dentro de casa e o filho fora de casa.
Participação nas decisões de gestão do agroecossistema	5	A mãe e o pai tomam as decisões.
Participação em espaços sócio-organizativos	5	Mãe e filha são mais envolvidas.
Apropriação da riqueza gerada no agroecossistema	5	Lucro da venda dos produtos ficam com a mãe, que gerencia essa renda.
Acesso a políticas públicas	5	Recebe bolsa família para a neta. Ela que gerencia.

Fonte: Autoria própria

Tabela 07 – Atributo autonomia família 2

	PARÂMETROS	2022	JUSTIFICATIVAS
BASE DE RECURSOS AUTOCENTRALIZADA	Equipamentos/Infraestrutura	4	A casa conta com energia elétrica, um banheiro em construção (único das casas visitadas).
	Capacidade de Trabalho	5	Esposa e marido trabalham juntos nas atividades.
	Fornagem/Ração	3	No ano dessa pesquisa, o milho não vingou, fazendo com que a família recorresse a compra da alimentação animal.
	Disponibilidade de Água	5	A família conta com bomba elétrica para levar água até a casa.
	Disponibilidade de Terra	5	Possui total domínio sobre o espaço ambiental para a atividade agroextrativista.
RECURSOS PRODUTIVOS	Autoabastecimento alimentar	5	A família possui autonomia na alimentação, contudo, como as questões de acessibilidade e financeira melhoraram, compram itens na cidade periodicamente.
	Terra de terceiros	5	Totalmente autônomos, não pagam nenhum valor em nenhuma terra que usam.
	Sementes, mudas, mat. propag., crias	5	Recebem recursos de troca de dentro da comunidade.
	Água	5	Totalmente autônomos, não há pagamento pelo recurso.

MERC ANTIS	Forragem/Ração	3	No ano da pesquisa, o milho não vingou e tiveram que comprar ração. Porém, entendeu-se que isso não é frequente e que em regra, as criações são alimentadas com o que dá na propriedade.
	Trabalho de terceiros	5	Quando o dinheiro sobra, contratam por um ou mais dias.

Fonte: Autoria própria

Tabela 08 – Atributo responsividade família 2

PARÂMETROS	2022	JUSTIFICATIVAS
Biodiversidade (Planejada ou associada)	5	A configuração de plantio com o ambiente já está estabelecida.
Diversidade de Mercados Acessados	3	Os canais de venda se dão através das visitas que recebem em sua propriedade ou quando o marido vai até Alto Paraíso.
Diversidade de Rendas (agrícolas e não-agrícolas)	5	A família recebe benefício social, possuem renda dos produtos do extrativismo, do artesanato, e dos cultivos.
Estoques de Insumos	4	Possuem capacidade de estoque.
Estoques Vivos	5	Possui gado e galinha. O gado de corte é criado principalmente para venda.

Fonte: Autoria própria

Tabela 09 – Atributo integração social família 2

PARÂMETROS	2022	JUSTIFICATIVAS
Participação em espaços político-organizativos	5	A mulher participa da organização mãe de óleos.
Acesso a políticas públicas	5	Recebem o Auxílio Brasil.
Participação em redes sociotécnicas de aprendizagem	5	A mulher participa da organização mãe de óleos e de oficinas, feiras e cursos.
Participação em espaços de gestão de bens comuns	4	A mulher participa de exposições na região.

Fonte: Autoria própria

Tabela 10 – Atributo gênero família 2

PARÂMETROS	2022	JUSTIFICATIVAS
Divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados (adultos)	1	Apenas a mulher trabalha dentro da casa. O marido trabalha na área externa.
Divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados (jovens)	—	Não se aplica pois não há jovens na família.
Participação nas decisões de gestão do agroecossistema	5	A mulher e o marido participam.
Participação em espaços sócio-organizativos	3	A mulher é a envolvida nesses espaços.
Apropriação da riqueza gerada no agroecossistema	5	A renda dos produtos fica com o casal.
Acesso a políticas públicas	5	Recebem o Auxílio Brasil.

Fonte: Autoria própria

Tabela 11 – Atributo autonomia família 3

PARÂMETROS		2022	JUSTIFICATIVAS
BASE DE RECURSOS AUTOCENTRALIZADA	Equipamentos/Infraestrutura	4	A casa conta com energia elétrica e freezer para guardar produtos.
	Capacidade de Trabalho	5	Pai e mãe trabalham com a roça e o extrativismo.
	Forragem/Ração	4	A criação come o que a família oferece e o que tem de disponível no Cerrado. Ocasionalmente suprem com compra de alimentação na cidade.
	Disponibilidade de Água	5	A família conta com bomba elétrica.
	Disponibilidade de Terra	5	Possui total domínio sobre o espaço ambiental para a atividade agroextrativista.
	Autoabastecimento alimentar	5	A família possui autonomia na alimentação, contudo, como as questões de acessibilidade e financeira melhoraram, compram itens na cidade periodicamente.
RECURSOS PRODUTIVOS MERCANTIS	Terra de terceiros	5	Totalmente autônomos, não pagam nenhum valor em nenhuma terra que usam.
	Sementes, mudas, mat. propag., crias	5	Recebem recursos de troca dentro da comunidade.
	Água	5	Totalmente autônomos, não há pagamento pelo recurso.
	Forragem/Ração	4	A criação come o que a família oferece e o que tem de disponível no Cerrado. Ocasionalmente suprem com compra de alimentação na cidade.
	Trabalho de terceiros	5	Contratam mão-de-obra para roçagem.

Fonte: Autoria própria**Tabela 12 – Atributo responsividade família 3**

PARÂMETROS	2022	JUSTIFICATIVAS
Biodiversidade (Planejada ou associada)	5	A configuração de plantio com o ambiente já está estabelecida.
Diversidade de Mercados Acessados	3	Vende através de pedidos que chegam ou quando há oportunidade de expor.
Diversidade de Rendas (agrícolas e não-agrícolas)	4	A família recebe benefício social, possuem renda dos produtos dos cultivos e do extrativismo.
Estoques de Insumos	5	Consegue manter estoques de produtos, inclusive frescos devido a família possuir um freezer para guardar frutos.
Estoques Vivos	5	Possui gado e galinha. O gado de corte é criado principalmente para venda.

Fonte: Autoria própria**Tabela 13 – Atributo integração social família 3**

PARÂMETROS	2022	JUSTIFICATIVAS
Participação em espaços político-organizativos	5	A mulher participa da organização mãe de óleos.
Acesso a políticas públicas	5	Recebe o benefício social devido ao filho.
Participação em redes sociotécnicas de aprendizagem	5	A mulher participa da organização mãe de óleos e também em oficinas, feiras e cursos.
Participação em espaços de gestão de bens comuns	4	A mulher participa de exposições na região.

Fonte: Autoria própria

Tabela 14 – Atributo gênero família 3

PARÂMETROS	2022	JUSTIFICATIVAS
Divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados (adultos)	1	A mãe trabalha dentro da casa. O pai trabalha na área externa.
Divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados (jovens)	2	O filho auxilia a mãe em algumas atividades.
Participação nas decisões de gestão do agroecossistema	5	A mãe e o pai tomam as decisões.
Participação em espaços sócio-organizativos	5	A mãe é mais envolvida.
Apropriação da riqueza gerada no agroecossistema	5	Lucro da venda dos produtos ficam com a mãe, que gerencia essa renda.
Acesso a políticas públicas	5	A mãe recebe o benefício social, o qual gerencia.

Fonte: Autoria própria

Tabela 15 – Atributo autonomia família 4

	PARÂMETROS	2022	JUSTIFICATIVAS
BASE DE RECURSOS AUTOCENTRALIZADA	Equipamentos/Infraestrutura	2	A casa não possui energia elétrica. No entanto, acredita-se contar com equipamentos e algumas estruturas pois a família vive do extrativismo e dos cultivos.
	Capacidade de Trabalho	5	Toda a família trabalha nas atividades.
	Fornecimento/Ração	4	A criação come o que a família oferece e o que tem de disponível no Cerrado. Ocasionalmente suprem com compra de alimentação na cidade.
	Disponibilidade de Água	4	A família não possui energia elétrica para ter bomba, mas conta com sistema de armazenamento de água.
	Disponibilidade de Terra	5	Possui total domínio sobre o espaço ambiental para a atividade agroextrativista.
	Autoabastecimento alimentar	5	A família possui autonomia na alimentação, contudo, como as questões de acessibilidade e financeira melhoraram, compram itens na cidade periodicamente.
RECURSOS PRODUTIVOS MERCANTIS	Terra de terceiros	5	Totalmente autônomos, não pagam nenhum valor em nenhuma terra que usam.
	Sementes, mudas, mat. propag., crias	5	Recebem recursos de troca dentro da comunidade.
	Água	5	Totalmente autônomos, não há pagamento pelo recurso.
	Fornecimento/Ração	4	A criação come o que a família oferece e o que tem de disponível no Cerrado. Ocasionalmente suprem com compra de alimentação na cidade.
	Trabalho de terceiros	5	Ocasionalmente contratam mão-de-obra para roçagem.

Fonte: Autoria própria

Tabela 16 – Atributo responsividade família 4

PARÂMETROS	2022	JUSTIFICATIVAS
Biodiversidade (Planejada ou associada)	5	A configuração de plantio com o ambiente já está estabelecida.

Diversidade de Mercados Acessados	5	Bem articulada com o mercado, deixa seus produtos em lojas na cidade (dentre as entrevistadas, estratégia adotada somente por ela) e vende através de pedidos que chegam pelo marido.
Diversidade de Rendas (agrícolas e não-agrícolas)	4	Além da renda do extrativismo, e dos cultivos, recebe um benefício social.
Estoques de Insumos	3	Não há possibilidade de realizar estoque de produtos frescos, devido a falta da energia elétrica. No entanto, como a mulher trabalha com plantas medicinais, acredita-se que há algum estoque de produtos não perecíveis que devem ser repostos nas lojas da cidade.
Estoques Vivos	4	Possui galinha. Não foi comentado sobre criação de gado.

Fonte: Autoria própria

Tabela 17 – Atributo integração social família 4

PARÂMETROS	2022	JUSTIFICATIVAS
Participação em espaços político-organizativos	5	A mulher participa da organização mãe de óleos.
Acesso a políticas públicas	5	Recebe o bolsa família.
Participação em redes sociotécnicas de aprendizagem	5	A mulher participa da organização mãe de óleos e também em oficinas, feiras e cursos.
Participação em espaços de gestão de bens comuns	4	A mulher participa de exposições na região.

Fonte: Autoria própria

Tabela 18 – Atributo gênero família 4

PARÂMETROS	2022	JUSTIFICATIVAS
Divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados (adultos)	1	Mãe e filhas trabalham dentro da casa. O pai e elas trabalham na área externa.
Divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados (jovens)	5	As filhas auxiliam em todas as atividades.
Participação nas decisões de gestão do agroecossistema	5	A mãe e o pai tomam as decisões.
Participação em espaços sócio-organizativos	5	A mãe é mais envolvida nesses espaços.
Apropriação da riqueza gerada no agroecossistema	5	Lucro da venda dos produtos é "da casa" e pai e mãe gerenciam.
Acesso a políticas públicas	5	Recebem bolsa família, pai e mãe gerenciam.

Fonte: Autoria própria

Tabela 19 – Atributo autonomia família 5

	PARÂMETROS	2022	JUSTIFICATIVAS
BASE DE RECURSOS AUTOCONTIDA	Equipamentos/Infraestrutura	5	A casa conta com energia elétrica, com diferentes construções dentro da propriedade como local para venda de produtos. Além de um freezer para os produtos frescos.
	Capacidade de Trabalho	5	Todos trabalham nas atividades, inclusive os idosos.
	Fornagem/Ração	4	A criação come o que a família oferece e o que tem de disponível no Cerrado. Ocasionalmente suprem com compra de alimentação na cidade.

	Disponibilidade de Água	5	A família conta com bomba elétrica.
	Disponibilidade de Terra	5	Possui total domínio sobre o espaço ambiental para a atividade agroextrativista.
	Autoabastecimento alimentar	5	A família possui autonomia na alimentação, contudo, como as questões de acessibilidade e financeira melhoraram, compram itens na cidade periodicamente.
RECURSOS PRODUTIVOS MERCANTIS	Terra de terceiros	5	Totalmente autônomos, não pagam nenhum valor em nenhuma terra que usam.
	Sementes, mudas, mat. propag., crias	5	Recebem recursos de troca dentro da comunidade.
	Água	5	Totalmente autônomos, não há pagamento pelo recurso.
	Forragem/Ração	4	A criação come o que a família oferece e o que tem de disponível no Cerrado. Ocasionalmente suprem com compra de alimentação na cidade.
	Trabalho de terceiros	5	Ocasionalmente contratam mão-de-obra para roçagem.

Fonte: Autoria própria

Tabela 20 – Atributo responsividade família 5

PARÂMETROS	2022	JUSTIFICATIVAS
Biodiversidade (Planejada ou associada)	5	A configuração de plantio com o ambiente já está estabelecida.
Diversidade de Mercados Acessados	3	Os canais de venda se dão através das visitas que recebem em sua propriedade ou pedidos que chegam.
Diversidade de Rendas (agrícolas e não-agrícolas)	5	A família recebe benefício social, possuem renda dos produtos do extrativismo, do artesanato, e dos cultivos.
Estoques de Insumos	5	Possuem capacidade de estoque, contando com uma lojinha dentro da propriedade.
Estoques Vivos	5	Possui gado e galinha. O gado de corte é criado principalmente para venda.

Fonte: Autoria própria

Tabela 21 – Atributo integração social família 5

PARÂMETROS	2022	JUSTIFICATIVAS
Participação em espaços político-organizativos	5	A mulher participa da organização mãe de óleos.
Acesso a políticas públicas	5	Recebe aposentadoria.
Participação em redes sociotécnicas de aprendizagem	5	A mulher participa da organização mãe de óleos e também em oficinas, feiras e cursos.
Participação em espaços de gestão de bens comuns	4	A mulher participa de exposições na região.

Fonte: Autoria própria

Tabela 22 – Atributo gênero família 5

PARÂMETROS	2022	JUSTIFICATIVAS
Divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados (adultos)	1	As mulheres trabalham dentro da casa. Os homens trabalham na área externa.
Divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados (jovens)	5	A filha auxilia a mãe no trabalho dentro de casa.
Participação nas decisões de gestão do agroecossistema	5	Os adultos
Participação em espaços sócio-organizativos	5	A mulher e a filha participam desses espaços.

Apropriação da riqueza gerada no agroecossistema	5	A mulher que gerencia essa renda.
Acesso a políticas públicas	5	A mulher que gerencia essa renda.

Fonte: Autoria própria

Tabela 23 – Atributo autonomia família 6

	PARÂMETROS	2022	JUSTIFICATIVAS
BASE DE RECURSOS AUTOCENTROADA	Equipamentos/Infraestrutura	3	A casa não possui energia elétrica. No entanto, conta com equipamentos e uma estrutura onde deixa seus produtos.
	Capacidade de Trabalho	5	A mulher e os filhos trabalham nas atividades.
	Fornagem/Ração	5	A criação come o que dá na roça.
	Disponibilidade de Água	4	A família não possui energia elétrica para ter bomba, mas conta com sistema de armazenamento de água.
	Disponibilidade de Terra	5	Possui total domínio sobre o espaço ambiental para a atividade agroextrativista.
	Autoabastecimento alimentar	5	A família possui autonomia na alimentação, contudo, como as questões de acessibilidade e financeira melhoraram, compram itens na cidade, ainda que ocasionalmente.
RECURSOS PRODUTIVOS MERCANTIS	Terra de terceiros	5	Totalmente autônomos, não pagam nenhum valor em nenhuma terra que usam.
	Sementes, mudas, mat. propag., crias	5	Recebem recursos de troca dentro da comunidade.
	Água	5	Totalmente autônomos, não há pagamento pelo recurso.
	Fornagem/Ração	5	A criação come o que a dá na roça.
	Trabalho de terceiros	5	Ocasionalmente contratam mão-de-obra para roçagem.

Fonte: Autoria própria

Tabela 24 – Atributo responsividade família 6

PARÂMETROS	2022	JUSTIFICATIVAS
Biodiversidade (Planejada ou associada)	5	A configuração de plantio com o ambiente já está estabelecida.
Diversidade de Mercados Acessados	5	Boa articulação nas vendas, vendendo através de pedidos que chegam, em feiras, cursos ou na cidade.
Diversidade de Rendas (agrícolas e não-agrícolas)	4	Além da renda do extrativismo, recebe um benefício social e a diária feita pra fora.
Estoques de Insumos	3	Possuem capacidade de estoque, contando com uma lojinha dentro da propriedade. Apenas produtos não perecíveis devido a falta de energia elétrica.
Estoques Vivos	3	Possui criação de galinha.

Fonte: Autoria própria

Tabela 25 – Atributo integração social família 6

PARÂMETROS	2022	JUSTIFICATIVAS
Participação em espaços político-organizativos	5	A mulher participa da organização mãe de óleos.
Acesso a políticas públicas	5	Recebem aposentadoria.
Participação em redes sociotécnicas de aprendizagem	5	A mulher participa da organização mãe de óleos e também em oficinas, feiras e cursos.
Participação em espaços de gestão de bens comuns	4	A mulher participa de exposições na região.

Fonte: Autoria própria

Tabela 26 – Atributo gênero família 6

PARÂMETROS	2022	JUSTIFICATIVAS
Divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados (adultos)	1	Ao que parece a mulher é quem realiza a maior parte dos serviços dentro de casa.
Divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados (jovens)	1	Os filhos auxiliam a mãe.
Participação nas decisões de gestão do agroecossistema	5	A mulher é quem toma decisões.
Participação em espaços sócio-organizativos	5	A mãe é mais envolvida nesses espaços.
Apropriação da riqueza gerada no agroecossistema	5	A mulher gerencia essa renda.
Acesso a políticas públicas	5	O pai recebe aposentadoria. A mulher que gerencia.

Fonte: Autoria própria